



RELATÓRIO ANUAL 2023



Relatório Anual 2023

Salvo disposição em contrário, os valores contidos neste relatório são expressos em dólares estadunidenses.

www.fonplata.org

Sede:

Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
Telefone: +591 3 315 9400.
Av. San Martín N° 155, bairro Equipetrol.
Edifício Ambassador Business Center, 4º andar.

Escritórios de Monitoramento de Projetos:

Buenos Aires, Argentina
Telefone: +54 11 3989 7321.
Avenida Libertador N° 218, C1001ABP.
Edifício Libertador Bureau, 5º andar.

La Paz, Bolívia
Av. 6 de Agosto N° 2455, entre B. Salinas e P. Salazar.
Edifício Hilda, 9º andar, escritório 903.

Brasília, Brasil
Telefone: +55 61 32517220,
Bancário Norte, Quadra 01, N° 14, CEP 70.041-902.
Edifício CNC, Bloco B, 5º andar.

Assunção, Paraguai
Telefone: +595 217290224,
Edifício Torre Aviadores, 10º andar, Escritório C.
Avenida Aviadores del Chaco, N° 3100, canto Iturbe, CP 3100.

Montevideú, Uruguai
Telefone: +598 2908 9951,
Plaza Independencia N° 759, CP 11000.
Edifício Victoria Plaza Office Tower, 11º andar.

Fotografías:
Capa: Município de São Gonçalo do Amarante / Cortesia BEI.
FONPLATA: (pp. 6, 8, 10, 14, 22, 25, 26, 27, 29, 30, 67, 68, 76).
Cortesia de AYSA, Argentina: (p. 38).





Sumário

Mensagem da Presidente-Executiva	10
I. CONTEXTO ECONÔMICO GLOBAL	14
1. Matérias-primas	16
2. Globalização	17
3. Financiamiento soberano	18
4. Panorama subregional	19
5. Perspectivas e balanço de riscos	20
II. OPERAÇÕES POR PAÍS	22
1. Argentina	25
2. Bolívia	26
3. Brasil	27
4. Paraguai	29
5. Uruguai	30
6. Empréstimos de risco não soberano	31
7. Prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo	31
8. Relatório das operações de cooperação técnica aprovadas	32
9. Compromisso com a sustentabilidade	34
III. RESULTADOS FINANCEIROS DE 2023	36
1. Modelo de negócios	40
2. Estrutura do capital, capacidade de empréstimo y fontes dos recursos de financiamento	41
3. Composição patrimonial	42
4. Efeitos da COVID-19 e da crise geopolítica	43
5. Utilização de capital e capacidade de empréstimo	47
6. Evolução dos empréstimos	49
7. Carteira de empréstimos por país	51
8. Desempenho dos saldos de créditos a receber e de empréstimos aprovados	51
9. Cumprimento das metas estratégicas da visão	53
10. Consistência com a missão	56
11. Eficiência operacional	58
12. Solidez financeira e patrimonial	59
13. Financiamento dos empréstimos – liquidez e endividamento	60



14. Endividamento e alavancagem	60
15. Liquidez	61
16. Eficácia institucional	63
17. Gestão de riscos e <i>compliance</i>	63
18. Contribuição para o crescimento da sub-região	64
ANEXOS	65

I. Informações históricas das operações aprovadas	66
II. Demonstrações financeiras auditadas 2023-2022	74

Sumário de tabelas

Tabela 1: Crescimento do PIB no âmbito global	16
Tabela 2: Crescimento do PIB nos países membros do FONPLATA	20
Tabela 3: Estrutura de capital	42
Tabela 4: Patrimônio	43
Tabela 5: Retorno sobre ativos e passivos financeiros	46
Tabela 6: Capacidade de empréstimo e suficiência de capital	48
Tabela 7: Saldo de créditos a receber por país	51
Tabela 8: Destino da carteira de empréstimos por setor	53
Tabela 9: Contribuição para o desenvolvimento da integração geográfica em regiões fronteiriças	57
Tabela 10: Complementaridade estratégica	58
Tabela 11: Gestão da carteira de investimentos	62
Tabela 12: Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico	64

Sumário de gráficos

Gráfico 1: Evolução do índice de preços dos principais produtos e bens	17
Gráfico 2: Emissões de títulos globais LATAM e financiamento	18
Gráfico 3: Receitas e despesas	45
Gráfico 4: Índice de cobertura de empréstimos	49
Gráfico 5: Montante das aprovações e desembolsos de empréstimos	50
Gráfico 6: Montante médio dos empréstimos aprovados e dos desembolsos	50
Gráfico 7: Evolução dos empréstimos da carteira	51
Gráfico 8: Evolução da carteira de empréstimos	52
Gráfico 9: Destino da carteira de empréstimos por subsetor – ano 2023	53
Gráfico 10: Eficiência operacional	59
Gráfico 11: Capacidade de endividamento e dívidas a pagar	61

MENSAGEM DA PRESIDENTE- EXECUTIVA



Como Presidente-Executiva, tenho a honra de partilhar, em nome do FONPLATA, nossas principais conquistas e os desafios de 2023. Em 10 de abril de 2023, há quase um ano, fui confirmada no cargo pela Assembleia de Governadores, e sou muito grata à nossa governança pela responsabilidade que me foi confiada. Estamos unidos no mandato de apoiar nossos países membros em seus esforços de promover o desenvolvimento social, econômico e de integração, melhorando a qualidade de vida dos habitantes da nossa região, que são os beneficiários dos projetos e atividades que promovemos.

Começamos 2023 reconhecendo que a região e nossa instituição encontravam-se num ponto de inflexão, com grandes desafios e oportunidades. Por esse motivo focamos nossa energia em reafirmar nossos valores institucionais: ser um Banco ágil, proativo, adaptável e que busca os melhores índices de eficiência para nossos países membros em seus esforços para conseguir maior desenvolvimento e integração regional em benefício de seus habitantes.

Completando o leque de oportunidades com que iniciamos 2024, e em consonância com a entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo, em 5 de fevereiro de 2024, a Assembleia de Governadores, em sinal claro de confiança na vigência plena e na projeção futura do FONPLATA como Banco de Desenvolvimento, aprovou aumento do capital autorizado de USD 3,014 bilhões para USD 6,5 bilhões.

Em 2023, alcançamos outro marco em termos de aprovações, que totalizaram USD 578 milhões, equivalente a crescimento de 27% em relação às aprovações de 2022. Em relação aos desembolsos, chegamos a USD 282 milhões em financiamentos para Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, o que representa aumento de 22% em relação ao total desembolsado para esses quatro países membros em 2022.

É importante notar que as aprovações de tais operações foram formuladas e processadas nos menores prazos registrados até o momento, como foi o caso do financiamento de USD 60 milhões para mitigar a emergência hídrica no Uruguai, que foi aprovado e desembolsado em menos de 60 dias. Da mesma forma, destaca-se o apoio crescente com financiamentos a municípios de diversos estados do Brasil.

Além disso, demonstramos claramente nossa capacidade de planejamento e gestão prudencial com a aprovação pela Assembleia de Governadores de dois cenários orçamentários para 2024, o que permitiu reduzir o nível de incerteza ao contar com um “norte” claro para iniciar o novo ano.

Por outro lado, no final de março de 2023, como corolário da aprovação de nosso Quadro de Dívida Sustentável, emitimos duas séries de títulos no mercado japonês, demonstrando a credibilidade e aceitação da marca FONPLATA nos mercados de capitais. Ao mesmo tempo, iniciamos os processos para inscrever o FONPLATA como emissor público junto à Comissão Nacional de Valores Mobiliários

do México, mercado que oferece condições atrativas para a captação de fundos, e demos início a Programa de Endividamento de Médio Prazo junto à Bolsa de Valores de Londres, Inglaterra.

Em 21 de abril, a Diretoria-Executiva tomou conhecimento da carta do então Governador pela República Argentina, em que expressava a vontade soberana de seu governo de iniciar o processo de sua retirada do FONPLATA. O apoio da Governança e a determinação de que essa situação seria superada foram fundamentais para focar nossa gestão na reafirmação de nossos valores institucionais. Com efeito, em 18 de janeiro de 2024, o Governador pela Argentina, em representação das autoridades de seu governo, ratificou a vontade soberana de seu país de permanecer como membro pleno de nossa instituição.

Como se detalha nos capítulos II “Operações por País” e III “Resultados Financeiros de 2023” deste relatório, e como resultado das medidas adotadas pela Assembleia de Governadores em relação à carta de intenção recebida da Argentina, foi determinada suspensão temporária da consideração de novas operações e do atendimento de solicitações de desembolso por parte desse país.

Em consequência, para analisar objetivamente a forma pela qual conseguimos transformar tais desafios em oportunidades de crescimento e avaliar nossa resiliência, é necessário isolar da comparação dos números do crescimento nominal das operações os efeitos da suspensão, aprovada pela Assembleia de Governadores, da concessão de novos financiamentos e da liberação de desembolsos, que afetaram o desenvolvimento normal da carteira mantida com a Argentina entre 21 de abril e 31 de dezembro de 2023.

Com o apoio de nossa Governança e o compromisso inabalável de nossos colaboradores de reafirmar nossa natureza de instituição para o desenvolvimento e a integração, iniciamos 2024 tendo superado com êxito os desafios invulgares enfrentados em 2023. Aproveitamos essa experiência para estimular nossa determinação de continuar lutando pelo crescimento do Banco, como forma de fortalecer sua capacidade de apoiar os esforços de nossos cinco países membros, que também conformam o Mercosul, para melhorar a qualidade de vida de suas populações.

A partir do segundo trimestre de 2024, trabalharemos com nossa Governança na elaboração de cenários para aumentar o capital subscrito e integralizado, considerando também a possibilidade que confere nosso Convênio Constitutivo de enriquecer e expandir nossa membresia, aceitando novos membros.

Gostaria de agradecer mais uma vez a confiança depositada em nossa instituição, que celebrará seu cinquentenário em 12 de junho, convidando-os a se juntarem a nós neste novo caminho de crescimento que estamos empreendendo com confiança e determinação.

Luciana Botafogo
Presidente-Executiva



I.

CONTEXTO ECONÔMICO GLOBAL

A economia global desafiou as previsões em 2023. Embora alguns dos riscos previstos no início do ano tenham se materializado, a resiliência de economias como a dos EUA, juntamente com as respostas políticas de países como a China ajudaram a evitar o temido cenário de recessão. O aumento generalizado das taxas de juros permitiu redução progressiva da inflação, mas, como esperado, teve efeito negativo sobre os investimentos. No entanto, o aumento do consumo privado combinado com o estímulo fiscal nos EUA e, principalmente, na China sustentaram o crescimento global.

No início do ano, a velocidade e a coordenação com que as taxas de política monetária estavam sendo elevadas em todo o mundo levantaram dúvidas sobre a capacidade do sistema financeiro de operar em tal contexto. As preocupações tinham fundamento. Em março, houve o colapso repentino do SVB, seguido pelo de dois outros bancos dos EUA e, algumas semanas depois, o UBS absorveu um Crédit Suisse em dificuldades como forma de preservar a credibilidade do sistema financeiro. A escala e a velocidade da intervenção para proteger os depositantes pelos órgãos reguladores dos EUA e da Europa impediram o contágio e restauraram a calma após a crise bancária mais aguda desde a Grande Crise Financeira de 2007–2009.

Todo o episódio durou menos de um mês e praticamente não interferiu no processo de aumento das taxas, que nos países centrais continuou até o terceiro trimestre de 2023. Em termos globais, o núcleo da inflação diminuiu de forma lenta, mas constante, ao longo do ano. Esse fenômeno foi o resultado de processos diferentes. Por um lado, a inflação de bens caiu acentuadamente como resultado da reversão dos preços das commodities e da resolução dos gargalos nos setores de manufatura e transporte. Por outro, a inflação no setor de serviços mostrou maior persistência, o que é explicado em grande medida pelo mercado de trabalho restrito e pela mudança da demanda global para o setor de serviços, especialmente durante o primeiro semestre do ano.

A inflação geral caiu acentuadamente no primeiro semestre do ano, depois desacelerou e apresentou leve tendência de queda. Além dessas reduções, as taxas de inflação ainda permaneceram acima da meta na maioria das economias avançadas ao final de 2023. A situação foi substancialmente melhor nas economias emergentes que operam sob regime de metas para inflação. Nessas economias, o processo de aumento das taxas começou mais cedo do que nas economias avançadas — especialmente no caso da América Latina —, o que permitiu que aproximadamente metade delas terminasse o ano com a inflação dentro da meta e com cortes nas taxas de política monetária.

De acordo com estimativas preliminares, o PIB global teria crescido 3,1% em 2023, ou seja, 4 décimos de ponto percentual abaixo do ano anterior. Trata-se, no entanto, de crescimento maior do que se esperava há um ano. A partir do segundo trimestre de 2023, as previsões de crescimento para os EUA, a América Latina e o

Caribe (ALC) e a Europa Emergente foram progressivamente ajustadas para cima. Em retrospecto, as principais surpresas vieram dos EUA e da ALC, para os quais os analistas projetaram crescimento nos primeiros meses de 2023 ligeiramente acima de 1%, mas acabaram crescendo 2,5%. De fato, durante o primeiro trimestre de 2023, a opinião majoritária entre os analistas era de que os EUA entrariam em recessão em algum momento do ano. No entanto, o país conseguiu reduzir drasticamente a inflação com crescimento econômico e praticamente nenhum impacto negativo no mercado de trabalho. Isso naturalmente teve impacto positivo na economia mexicana, o que explica quase metade do desempenho melhor do que o esperado da ALC. A outra parte se explica pelo Brasil, cuja economia cresceu 3,1%, superando em muito as previsões iniciais.

Tabela 1: Crescimento do PIB no âmbito global
(Em %)

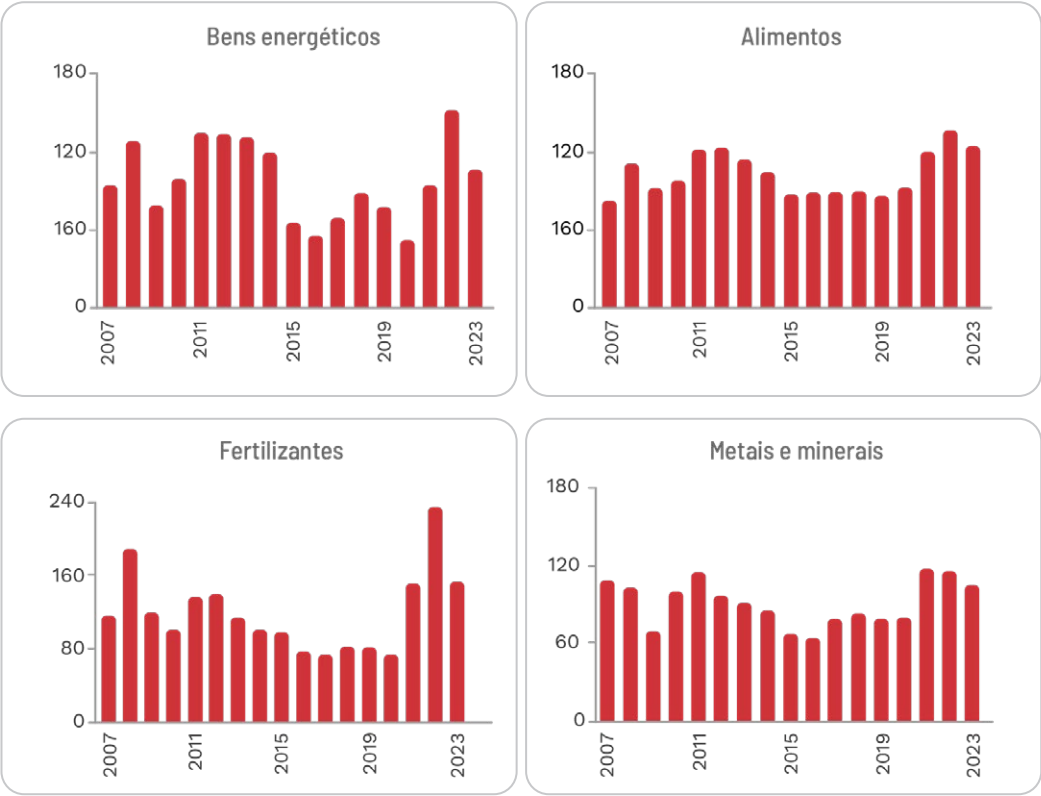
Região/Sub-Região	2022	2023	2024*	2025*
Economia mundial	3,5	3,1	3,1	3,2
Economias avançadas	2,6	1,6	1,5	1,8
EUA	1,9	2,5	2,1	1,7
Zona Euro	3,4	0,5	0,9	1,7
EMDE**	4,1	4,1	4,1	4,2
China	3	5,2	4,6	4,1
Ásia Emergente	4,5	5,4	5,2	4,8
Europa Emergente	1,2	2,7	2,8	2,5
América Latina e o Caribe (ALC)	4,2	2,5	1,9	2,5

Fonte: WEO (FMI).
* Dados projetados.
** Mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

1. Matérias-primas

Em 2023, os preços das *commodities* caíram na maioria dos grupos, depois de atingirem máximas históricas em vários itens importantes em 2022. Os grupos que registraram as maiores quedas de preços foram os de fertilizantes (35%) e energia (30%). Esses foram seguidos por metais e minerais (11%) e alimentos (9%). A exceção durante o ano foi o preço do ouro, que atingiu seu valor mais alto desde o início dos registros.

Gráfico 1: Evolução do índice de preços dos principais produtos e bens



Fonte: Banco Mundial.

2. Globalização

O declínio da globalização¹ é evidenciada tanto pela redução de 3% no comércio global experimentada em 2023 — obtida pela média da queda no comércio de bens (-5%), parcialmente compensada pelo aumento do comércio de serviços (+8%) — quanto pelo modesto crescimento de 3% nos fluxos de investimento estrangeiro direto, que permanece abaixo da média de 2010. Outros indicadores, como a redução do número de novos acordos de livre comércio assinados a cada ano ou o aumento das restrições ao comércio global, não prenunciam mudança de tendência no futuro próximo.

No caso do comércio, a redução nos fluxos comerciais entre países durante 2023 é preocupante. Essa redução foi mais pronunciada nos países em desenvolvimento, onde as exportações caíram em média 7% e as importações em 5% (em comparação com reduções de 3% e 4% em países desenvolvidos). O comércio Sul-Sul caiu 10% e foi o mais afetado.

A análise dos padrões de comércio bilateral em 2023 mostra a consolidação de duas tendências: concentração do comércio e crescimento do comércio entre países com “afinidade geopolítica”. Esta, também conhecida como *friend-shoring* (UNCTAD 2023), é uma das manifestações mais claras da fragmentação geopolítica em curso, impulsionada pela priorização de questões de segurança nacional pelas grandes potências, o que se traduz, na esfera econômica, pela

1 A análise dos fluxos econômicos internacionais nesta subseção usa dados em dólares correntes compilados pela UNCTAD.

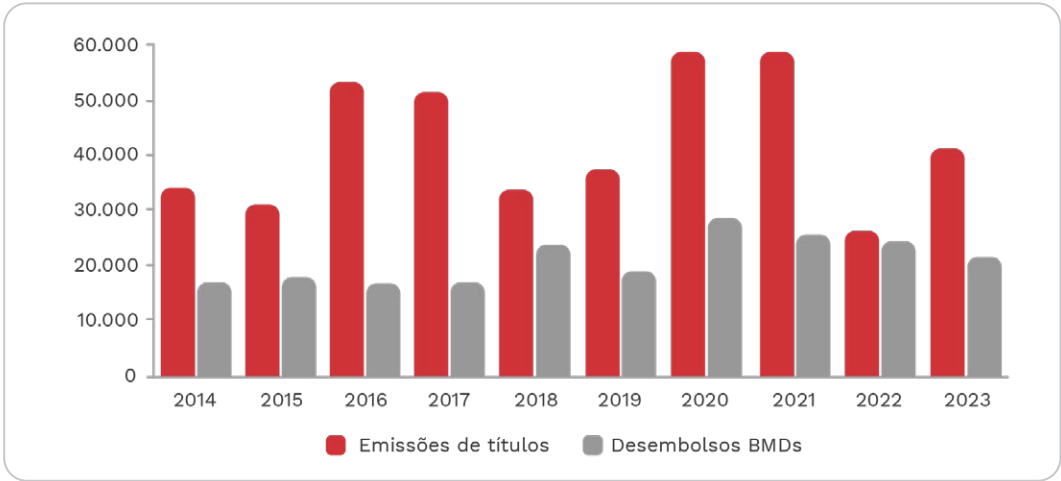
busca por cadeias de valor mais resilientes, maior autonomia econômica e, acima de tudo, menor interdependência com economias percebidas como rivais. Essa tendência se alimenta de fenômeno mais antigo, que é a proliferação de plataformas eleitorais/políticas que aumentam o ceticismo sobre os benefícios da globalização.

3. Financiamiento soberano

Quanto aos fluxos financeiros internacionais, os fluxos de financiamento soberano para os países da América Latina e o Caribe (ALC) são de particular importância para nossa instituição. Após a queda acentuada observada em 2022, a emissão de títulos soberanos nos mercados internacionais pelos países da região se recuperou em 2023, atingindo USD 41,482 bilhões (contra USD 26,414 bilhões no ano anterior). No entanto, esse valor é muito menor do que o observado em 2020 e 2021, quando, aproveitando o ambiente de taxas de juros baixas, os países da região emitiram cerca de USD 60 bilhões por ano.

Em termos de financiamento soberano multilateral, nos concentramos na análise dos desembolsos de empréstimos com garantia soberana para países da ALC por bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs),² que chegou a USD 21 bilhões, em 2023. Essa é a terceira queda consecutiva desde o pico de USD 28,572 bilhões registrado em 2020. A comparação com o período pré-pandêmico mostra que os valores desembolsados pelos BMDs em 2023 são muito semelhantes à média dos anos anteriores à pandemia.

Gráfico 2: Emissões de títulos globais LATAM e financiamento
(Em milhões de dólares estadunidenses)



Fonte: HSBC Bond Radar e Relatórios Anuais do Banco Mundial, BID, CABEL, CAF e FONPLATA.

2 Os BMDs considerados são: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE), Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e FONPLATA.

4. Panorama subregional

Os países que compõem a sub-região do FONPLATA continuaram, em 2023, a trajetória de baixo crescimento, com divergências crescentes entre eles. As últimas informações disponíveis mostram que Uruguai e Bolívia tiveram crescimento menor em 2023 do que no ano anterior, enquanto a economia argentina registrou declínio. O Brasil, por outro lado, repetiu a mesma taxa de crescimento do ano anterior e foi o único país da sub-região que teve desempenho melhor do que o esperado.³ Por fim, o Paraguai, que teve crescimento praticamente nulo em 2022, se recuperou e atingiu a maior taxa de crescimento da sub-região.

As exportações das economias da sub-região foram afetadas pela queda dos preços internacionais das *commodities*, como carne, soja, trigo e zinco. Além disso, no caso de Argentina, Bolívia e Uruguai, os volumes de exportação agrícola caíram devido ao fenômeno climático El Niño, o que reforçou o fraco desempenho do setor de exportação nesses países. A situação foi diferente para Brasil e Paraguai, que, apesar da queda dos preços, conseguiram aumentar suas vendas externas devido ao aumento das quantidades exportadas, principalmente de origem agrícola. Com relação à queda dos preços da energia, o impacto é positivo para todos os países, exceto para o Brasil, que é exportador líquido.

A desaceleração da demanda doméstica é generalizada nos países da sub-região. Os níveis de investimento público e privado foram baixos em todos os países, em grande parte afetados pelas altas taxas de juros. Além disso, o investimento total como percentagem da produção está abaixo da média dos últimos 20 anos, com exceção do Paraguai. O consumo das famílias, por outro lado, tem sido o componente mais dinâmico da demanda doméstica, em grande parte devido à recuperação dos salários reais pós-pandemia.

O processo de consolidação fiscal, que deveria ter sido iniciado em 2023, foi adiado para 2024. Por diferentes motivos, nenhum dos países da sub-região conseguiu reduzir seus déficits fiscais em 2023, num contexto de endividamento alto e de aumento dos custos de financiamento externo e interno. Por isso, todos os sinais apontam para o início do processo de consolidação fiscal a partir do próximo ano.

No âmbito monetário, as taxas de inflação diminuíram no Brasil, Paraguai e Uruguai, e agora estão em torno da meta estabelecida pelos respectivos bancos centrais. A queda dos preços do petróleo e dos alimentos desempenhou papel fundamental na redução da inflação de bens nesses países. Em vista dessa redução da inflação, as autoridades monetárias começaram a reduzir as taxas de juros, embora o viés contracionista continue. A Bolívia, por outro lado, encerrou 2023 com inflação controlada e continua a ser a mais baixa da sub-região. Por outro lado, a inflação da Argentina ficou na casa dos três dígitos, em desacordo com os outros países da sub-região.

Num contexto de setor externo fraco, baixo investimento e início de um processo de consolidação fiscal, as perspectivas da sub-região para 2024 são ruins, acentuando a desaceleração do crescimento nos países.

3 Com base em dados publicados pelo World Economic Outlook (WEO) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e suas respectivas atualizações durante 2023.

Tabela 2: Crescimento do PIB nos países membros do FONPLATA
(Em %)

País	2022	2023	2024e	2025e
Argentina	5,0	-1,6	-3,5	3,2
Bolívia*	3,5	2,4	2,5	2,5
Brasil	2,9	2,9	1,9	2,0
Paraguai	0,1	4,7	4,0	4,0
Uruguai	4,9	0,4	3,3	2,0

Fonte: Contas Nacionais e Pesquisas de Expectativas Econômicas dos respectivos bancos centrais dos países.
* Valores estimados para 2023.

5. Perspectivas e balanço de riscos

A probabilidade de pouso forçado da economia global em 2024 foi consideravelmente reduzida, e as últimas projeções do FMI apontam que o crescimento em 2024 e 2025 será igual ou muito semelhante ao de 2023. As decisões de política monetária tomadas pelos bancos centrais permitiram reduzir significativamente a inflação. Com exceção do Japão e da Turquia, nenhum banco central aumentou as taxas até o momento. Alguns países, como a maioria das economias sul-americanas, já estão em processo de redução das taxas, enquanto outros, como os EUA e a zona euro, devem reduzir as taxas a partir do segundo semestre de 2024. Em muitos países, a inflação em 2024 permanecerá acima do nível que seus bancos centrais gostariam, mas, na ausência de novos choques, a inflação continuará a cair.

As perspectivas de curto e médio prazos para a sub-região são heterogêneas. O Paraguai é o único país do grupo para o qual se projetam investimentos dinâmicos e taxas médias de crescimento da ordem de 4% para os próximos dois anos. Para a Argentina, por outro lado, espera-se que a recessão se aprofunde em 2024, com a economia voltando a crescer somente em 2025. Apesar de Bolívia, Brasil e Uruguai terem indicadores macroeconômicos muito diferentes, têm em comum a expectativa de taxas de crescimento modestas para o período de 2024–2025.

Embora o balanço de riscos para a economia global seja relativamente equilibrado, o alto endividamento, principalmente nos mercados emergentes, limita a margem de manobra da política fiscal. Com relação à inflação global, a gama de cenários é ampla. Há o risco de a inflação se tornar mais persistente do que o previsto atualmente por analistas e investidores, o que adiaria e/ou retardaria o processo de cortes nas taxas de juros nas economias avançadas. Poderão até ser necessários novos aumentos da taxa de juros se, por exemplo, a instabilidade geopolítica levar a novos choques nos preços das commodities. Em especial, o conflito em Gaza e Israel pode se espalhar pela região, afetando o fornecimento de hidrocarbonetos, enquanto a guerra na Ucrânia pode gerar novos choques nos preços da energia ou de outras matérias-primas. Por outro lado, também é possível que a inflação diminua mais rapidamente nas economias em que continua alta, permitindo que as taxas caiam mais rapidamente e impulsionando o crescimento econômico.

Ocorre algo semelhante no que diz respeito ao crescimento da China, um dos principais impulsionadores da economia global e, em particular, da ALC. Seja porque os problemas no setor imobiliário se resolvam mais rapidamente do que o esperado ou porque o governo opte por políticas de gastos mais expansionistas, o crescimento nesse país seria maior do que o cenário base projetado, com todos os efeitos positivos que isso teria sobre o restante da economia global. Porém, um cenário pior do que o cenário base também é viável. Ou seja, é possível que a crise no setor imobiliário se prolongue ou que os governos locais enfrentem restrições de financiamento para executar políticas fiscais expansionistas.

Por fim, choques climáticos, como os causados pelo fenômeno El Niño na região nos últimos anos, podem voltar a ocorrer, impactando direta e negativamente a atividade econômica. Ademais, isso poderia aumentar indiretamente os preços dos alimentos, ameaçando o processo de desinflação.



OPERAÇÕES POR PAÍS



Após a contração econômica e a inflação resultantes da pandemia que atingiram fortemente as economias dos países integrantes do Mercosul, seguida pelos processos eleitorais em três dos cinco países membros entre o final de 2022 e 2023, este último ano foi caracterizado por desaceleração do crescimento econômico. Essa contração teve impacto negativo na criação de empregos nos países membros do FONPLATA, acentuando o emprego informal e as lacunas de gênero, entre outros efeitos.

Além disso, como nenhum país do mundo está isolado dos efeitos da mudança climática, as economias da região foram afetadas por fenômenos climáticos que geraram efeitos muito negativos em termos econômicos de médio e longo prazos e com perdas de vidas humanas.

Em 2023, os aumentos recordes de temperatura desencadearam eventos climáticos extremos, como secas, inundações, ondas de calor e incêndios, que afetaram não apenas a base econômica produtiva, a qualidade ambiental e de vida das pessoas e a saúde dos ecossistemas, mas também desafiaram as instituições e as próprias economias dos países a lidar com esses impactos.

Além disso, em maio, a OMS suspendeu a emergência internacional referente à pandemia de covid-19, marcando o início de uma etapa que nos obriga a conviver com essa doença e seus efeitos.

Nesse cenário global, o FONPLATA trabalhou arduamente para atingir as metas operacionais estabelecidas para o ano, buscando flexibilizar seus processos e adaptar-se aos desafios impostos por nossos países, sempre trabalhando em estreita colaboração com os países membros e seus parceiros estratégicos, em consonância com nossa Missão.

O ano de 2023 foi singular, começou com grandes expectativas de crescimento, depois que a Assembleia de Governadores concluiu o processo de transição da Presidência-Executiva, com a nomeação de Luciana Botafogo Brito em 10 de abril de 2023, e aprovou a reestruturação organizacional por meio da eliminação das Divisões de Operações e Países e de Finanças e Administração e da criação de quatro Vice-Presidências.

No entanto, em 21 de abril de 2023, essa conjuntura favorável foi substituída por uma de grande incerteza, como resultado do recebimento da carta do então Governador pela Argentina, comunicando a intenção de seu governo de iniciar o processo de saída do Banco.

Apesar dessa situação regional e da suspensão temporária da aprovação de novos financiamentos e desembolsos para a Argentina, aprovada pela Assembleia de Governadores como consequência da comunicação de saída, o Banco, longe de paralisar suas atividades, concentrou-se em continuar seu trabalho em total

conformidade com seus objetivos de ser parceiro confiável, ágil e proativo, que garante os menores custos possíveis das transações.

Em 2023, dez projetos de risco soberano foram aprovados totalizando USD 535 milhões, o que representa aumento de USD 79 milhões em relação ao ano anterior, com aprovações recordes para o Brasil e o Uruguai, de USD 211 milhões e USD 210 milhões, respectivamente.

No final de 2023, a carteira operacional consistia em 113 operações, totalizando USD 3,608 bilhões, divididas da seguinte forma: 27 operações em fase de amortização do principal, no valor de USD 400 milhões; 8 operações pendentes no valor de USD 358 milhões; 57 operações em execução no valor de USD 2,293 bilhões; e 20 operações, no valor de USD 517 milhões, em processo de encerramento.

Também é digno de nota o apoio prestado à crise hídrica do Uruguai por meio de projeto de Resposta a Emergências, de valor global de USD 60 milhões, elaborado em duas etapas. A partir disso, foi possível desenvolver e regulamentar um instrumento financeiro flexível de “Empréstimo e Linha de Crédito Contingentes para Resposta Imediata a Situações de Emergência”, que pode ser usado oportunamente pelos países em situações semelhantes.

O fortalecimento do novo escritório de ligação em Assunção, Paraguai, acompanhada da incorporação de colaboradores aos quatro escritórios de ligação, permitiu que trabalhássemos de forma mais próxima e coordenada com os órgãos de execução, buscando conjuntamente soluções para os problemas que surgem durante a execução dos projetos.

Em relação à operacionalidade do Banco, foi possível:

1. Implementar metodologia de vinculação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (de acordo com as necessidades de gestão e informação exigidas pelo Quadro de Dívida Sustentável – QDS), que permite ao Banco distinguir claramente, para cada projeto, sua contribuição tanto para os ODS primários quanto para os secundários, aumentando a capacidade do FONPLATA de demonstrar que as atividades propostas em um projeto específico produzem resultados ou impactos que, de uma forma ou de outra, contribuem para um ou mais ODS.
2. Consolidar a perspectiva de gênero dentro da instituição e especialmente nas operações, com base na Estratégia de Gênero e Diversidade 2023–2030 e na Linha de Compensação “Equidade de Gênero e Juventude”, instrumento desenvolvido durante a atual administração, por meio do qual os países membros poderão acessar condições financeiras mais favoráveis. Antes do encerramento do exercício, foi aprovada a primeira operação que se beneficiará dessa linha de financiamento, para o município de Campina Grande, Brasil, no valor de USD 26 milhões.
3. Introduzir os fatores de risco e a vulnerabilidade dos projetos às mudanças climáticas nas análises de risco ambiental. Ao final de 2023, 35% da carteira de projetos já contava com esta análise.

Além disso, demos prosseguimento ao desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas operacionais de TI, colocando em plena produção o sistema de Situação e Planejamento Estratégico de Projetos (SyPEP) e institucionalizando a

classificação da carteira operacional do Banco para fins de planejamento de curto prazo. Atualmente, o FONPLATA está desenvolvendo solução de TI para informatizar os processos de planejamento e gestão de aquisições em projetos por meio do Sistema de Gestão de Aquisições (SGA), com recursos completos de interação remota com clientes externos. Dessa forma, busca-se alavancar o uso crescente da tecnologia da informação para ajudar a reduzir a carga de trabalho dos órgãos de execução e analisar o comportamento das aquisições nos projetos para tomar decisões e desenvolver ações com nível mais alto de confiabilidade. Por fim, está sendo concebido o Sistema de Gestão de Operações (SGO), plataforma que reunirá todos os sistemas desenvolvidos e permitirá o gerenciamento integrado de projetos desde a fase de preparação até o encerramento.

A seguir apresenta-se a carteira de operações de cada um dos cinco países membros.



Devido à incerteza da situação da Argentina, o desenvolvimento normal das atividades operacionais foi interrompido a partir de 21 de abril de 2023. Essa interrupção terminou em janeiro de 2024, com a comunicação formal do Governador, em nome das novas autoridades governamentais, ratificando a decisão soberana da Argentina de permanecer como membro pleno do Banco. Como resultado, o diálogo construtivo foi retomado a fim de apoiar as novas autoridades no avanço de suas prioridades relacionadas à integração e ao desenvolvimento econômico e social, levando a processo de redefinição de prioridades e reestruturação das operações em 2024.

A carteira de financiamentos da Argentina totaliza USD 916 milhões e consiste em 45 operações, das quais 12 estão na fase de amortização do principal (USD 141 milhões), 8 foram totalmente desembolsadas e estão em processo de assinatura da ata de encerramento (USD 137 milhões), 23 estão em execução, no valor de USD

594 milhões, e 2 aguardam a assinatura do respectivo contrato de empréstimo (USD 44 milhões).



 **2. Bolívia**

Durante o ano de 2023, o país solicitou o apoio do Banco para financiar projetos de infraestrutura viária, geração de empregos e infraestrutura esportiva em instituições educacionais. Foram aprovados dois projetos, no valor total de USD 113 milhões. O primeiro refere-se ao aumento do número de pistas no trecho Senkata-Apacheta da malha viária principal, parte integrante do Corredor Bioceânico que liga La Paz a Oruro, no valor de USD 57 milhões. O segundo, à pavimentação de rodovia departamental em Yapacaní, Departamento de Santa Cruz, região altamente produtiva do país, no valor de USD 56 milhões. Ademais, duas outras operações estão em preparação: a quarta fase do programa Geração de Emprego em nível nacional, com foco em gênero e juventude, no valor de USD 100 milhões; e a construção de infraestrutura esportiva complementar em unidades educacionais em todo o país, no valor de USD 50 milhões.

Em termos de operações em execução, destaca-se a terceira fase do programa Geração de Emprego, que tem enfoque de gênero e juventude e alcançou progresso excepcional, atingindo 86% de execução e apresentando, globalmente, participação de jovens e mulheres de 30%, em linha com os objetivos previstos.

No encerramento do exercício de 2023, a carteira em execução era de USD 674 milhões, distribuídos em 18 operações: 4 projetos em estágio de amortização do principal (USD 69 milhões); 7 em processo de assinatura da ata de encerramento (USD 210 milhões); 5 operações em plena execução (USD 282 milhões); e 2 em processo de efetivação (USD 113 milhões). Além disso, 2 projetos encontram-se em processo de preparação (USD 150 milhões).



3. Brasil 

Como resultado do trabalho realizado com as prefeituras e com o mecanismo da Comissão de Financiamento Externo (COFIEX), o exercício de 2023 marcou recorde histórico de aprovações, com cinco projetos aprovados pelo total de USD 211 milhões, consolidando a presença do Banco no Brasil. Assim, a carteira chegou a 28 operações, totalizando USD 820 milhões, que compreendem 6 operações em fase de amortização (USD 20 milhões), 18 operações em fase de execução e desembolso (USD 599 milhões) e 4 operações aprovadas aguardando assinatura (USD 201 milhões).

O foco do Banco no Brasil é o apoio a municípios entre 100 mil e 300 mil habitantes, além contribuir com os governos dos estados das regiões Norte e Nordeste. Com esses recursos, dá-se prioridade às ações de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, o que se traduz na concessão de financiamento favorável por meio da Linha Verde do Banco, no valor de USD 58 milhões.

A seguir, apresenta-se descrição de cada uma das 5 operações aprovadas em 2023.

A operação de Maceió, no valor de USD 40 milhões, tem como objetivo melhorar a resiliência e a qualidade urbana da cidade, contribuindo para a qualidade de vida de seus habitantes por meio de ações de estabilização de encostas e da melhoria das condições do comércio, com a construção do mercado central da cidade. Com foco na adaptação às mudanças climáticas, o projeto se beneficiou das taxas de juros preferenciais oferecidas pelo FOCOM no âmbito da Linha Verde, cobrindo até USD 10 milhões em financiamento.

Para o município de Itabuna, no estado da Bahia, foi aprovada operação de USD 30 milhões, pela qual o governo municipal pretende reduzir a poluição do rio Cachoeira, por meio da construção de coletores e emissários de esgoto, além de

expandir e otimizar a estação de bombeamento de águas residuais São Judas e a estação de tratamento de esgoto do bairro São Pedro. Além disso, foram financiadas obras de integração urbana e construção de espaços urbanos. Do total da operação, USD 10 milhões foram financiados pela Linha de Financiamento Verde do Banco.

Após décadas sem conceder financiamentos a governos estaduais, o FONPLATA aprovou projeto para o governo do estado do Acre, no valor total de USD 39 milhões. A operação, denominada Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre – PROISA – Cidade de Rio Branco, permitirá concretizar parte do Arco Metropolitano em trecho de aproximadamente 19 km, buscando agilizar o tráfego de veículos gerado pela rota internacional BR-364. Ademais, será construída a ponte Bairro XV, unindo as duas margens do rio Acre na região central de Rio Branco. A operação será beneficiada pela Linha de Financiamento Verde, no valor de até USD 13 milhões.

A operação de USD 50 milhões para o município de Florianópolis tem como objetivo melhorar a mobilidade urbana e promover o desenvolvimento econômico e social por meio da execução de trecho de 4,5 km da Avenida Beira Mar Norte Continental – Etapa II, proporcionando melhorias estruturais à cidade e aumentando a qualidade de vida da população. O projeto complementa intervenções realizadas no ano de 2004 e se beneficiará da Linha de Financiamento Verde, no valor de USD 25 milhões.

Por fim, para o município de Campina Grande, Paraíba, foi aprovado crédito de USD 52 milhões, por meio do qual se contribuirá para a redução de inundações em bairros de maior vulnerabilidade, com a realização de obras de macro e microdrenagem, a construção de sistema de tratamento de esgoto cloacal, a implementação de parque às margens de parte da bacia hidrográfica, além da incorporação de uma solução para a coleta e o tratamento de águas residuais que permita deter a contaminação das águas da represa. Esses investimentos visam a geração de empregos, desenvolvimento econômico local e criação de oportunidades para jovens de famílias de baixa renda.



Em 2023, os esforços do FONPLATA no país foram direcionados para a entrada em vigor de toda a carteira e sua execução eficiente.

Ao final de 2023, a carteira ativa no Paraguai totalizava USD 820 milhões, distribuídos em onze operações: duas em fase de amortização do principal, no valor de USD 66 milhões, e as demais, em plena execução, no valor de USD 648 milhões. O volume de aprovações esperado para os próximos anos é de USD 310 milhões.

A carteira do FONPLATA no Paraguai concentra-se nos setores de transporte e energia e se destaca por sua participação em projetos emblemáticos para melhorar a competitividade e a conectividade das regiões. Por exemplo, em dezembro de 2023, foi iniciada a obra da rodovia Alberdi–Pilar, antigo sonho da população dessas localidades, que permitirá a conexão com Assunção, melhorando a acessibilidade a serviços sociais e de saúde, impulsionando a economia do departamento de Ñeembucú e o desenvolvimento do porto de Pilar. Também merece destaque a contribuição do Banco para a obra da subestação de energia de Valenzuela, que, juntamente com a já inaugurada subestação de Iguaçu, permitirá que o país aproveite ao máximo a energia fornecida pelo sistema hidrelétrico nacional.

O Banco também participa do desenvolvimento econômico e social do Chaco paraguaio. Por meio de processo de licitação internacional, foram contratadas as empresas que serão responsáveis pela construção e manutenção de 227 km da Rodovia PY-15 no trecho Mariscal Estigarribia–Pozo Hondo (Corredor Bioceânico). A contratação dos serviços de fiscalização das obras está em andamento e espera-se que as obras comecem até o final do primeiro trimestre de 2024. Essa estrada é parte central do eixo rodoviário de integração latino-americana que conectará não apenas o Chaco paraguaio, mas também o norte da Argentina e o sudoeste do Brasil com os portos do Atlântico e do Pacífico.

Além disso, também nessa região, foi iniciada a preparação dos documentos de licitação para a construção da linha de transmissão de 220 kV, que aumentará a capacidade do sistema de transmissão no norte e no oeste da região e do sistema de distribuição do Bajo Chaco. Essa obra garantirá o fornecimento de eletricidade com confiabilidade e segurança para o crescimento esperado da demanda.

Por fim, entrou em vigor em meados de 2023 a operação de empréstimo para a construção da Rodovia Nacional nº 17, entre Pedro Juan Caballero–Capitán Bado–Itanará–Ypejhú (Rota da Soberania), projeto de singular importância para o desenvolvimento social e econômico da região nordeste e para a integração econômica do Paraguai. Foi elaborado, no segundo semestre de 2023, o edital da licitação internacional para a obra e sua fiscalização, que será publicado no início de 2024.



5. Uruguai



FONPLATA ha acompañado históricamente a Uruguay en el financiamiento del. Historicamente, o FONPLATA tem acompanhado o país no financiamento do plano de investimento de empresas públicas em setores estratégicos, como o setor de infraestrutura viária, que representa 76% do valor total da carteira em execução; enquanto água e saneamento representam 16% e o setor produtivo, 8%. Ao final de 2023, a carteira de empréstimos ativos totalizava USD 484 milhões, composta por onze operações distribuídas da seguinte forma: três operações em fase de amortização do principal (USD 104 milhões); cinco em processo de encerramento (USD 170 milhões); e três operações em execução (USD 210 milhões).

O setor de infraestrutura e transporte no Uruguai é considerado um dos principais pilares para aumentar a competitividade dos setores exportadores e alavancar o desenvolvimento produtivo do país. Em 2023, o Banco aprovou sua maior operação de empréstimo com garantia soberana, no valor de USD 300 milhões, para o setor de infraestrutura viária, por meio do Programa de Melhoria da Competitividade da

Malha Viária Nacional vinculada ao Transporte de Carga Agroindustrial e Florestal e Integração com a Rede Ferroviária. Essa operação financia a melhoria de três dos quatro trechos de um dos principais corredores internacionais do país, a Rodovia 5, nos departamentos de Florida e Durazno, além da reabilitação e manutenção de outros trechos e obras rodoviárias auxiliares para melhorar as conexões com a rede ferroviária. Esse importante investimento complementa as intervenções executadas no âmbito do “Programa de Adaptação da Infraestrutura Viária às Necessidades do Transporte Florestal”, que financiou parcialmente um conjunto de investimentos em infraestrutura da malha rodoviária para a reabilitação e manutenção de trechos rodoviários e construção e reabilitação de pontes.

Além disso, no contexto da emergência hídrica declarada em 2023 pelo governo uruguaio, que afetou particularmente a bacia do rio Santa Lucia, a principal fonte de abastecimento de água doce da região metropolitana, o FONPLATA aprovou em tempo recorde operação de empréstimo de USD 60 milhões para manter a quantidade, continuidade e qualidade da água distribuída a mais de 60% da população uruguaia, a fim de mitigar os riscos para a saúde humana e os ecossistemas.

Nos últimos anos, o Banco se posicionou no Uruguai com o instrumento de financiamento proporcional de investimentos (FPI) e sua estruturação em etapas sucessivas, que permite ao país optar pela disponibilidade dos recursos no momento oportuno, utilizar sistemas nacionais e acompanhar seus planos nacionais para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

6. Empréstimos de risco não soberano

As operações não soberanas tiveram dinâmica importante em 2023. A carteira chegou a USD 164 milhões ao final de 2023, representando aumento de 36,6% em relação ao exercício anterior. Os desembolsos também mostraram comportamento positivo, chegando USD 59,5 milhões ao final de 2023, cerca de 77% acima do registrado em 2022.

Durante o ano de 2023, foram aprovadas duas novas operações não soberanas para o Brasil. A primeira é a ampliação de linha existente com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor USD 34 milhões, destinada a conceder financiamentos para atender a demanda de recursos financeiros por parte dos municípios do Estado de Minas Gerais. Os recursos serão aplicados principalmente para investimentos em obras, bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade ambiental.

A segunda operação concedeu financiamento de até USD 10 milhões para o Badesul – Agência de Desenvolvimento e tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento regional por meio do financiamento de projetos nos setores produtivos, em infraestrutura urbana e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Cabe mencionar que essa operação não soberana foi a primeira a aplicar condições financeiras flexíveis, que permitem a possibilidade de modificar o calendário, valor das amortizações do principal, moeda de desembolso e taxa de juros.

7. Prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo

O FONPLATA continua dando prioridade ao processo de prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo. Por operar exclusivamente com o setor

público dos países membros, este risco continua sendo baixo para o Banco. O processamento dos pagamentos a terceiros, solicitado pelos órgãos de execução no âmbito das operações financiadas é apenas marginal e tais desembolsos estão sujeitos aos controles oportunos e eficazes por parte da Administração. Em 2023, não foram registradas operações que por sua natureza ou atores envolvidos levantassem suspeita ou que merecessem atenção especial.

8. Relatório das operações de cooperação técnica aprovadas

O Programa de Cooperação Técnica tem por objetivo apoiar o processo de identificação e preparação de projetos, bem como a troca de conhecimentos para a disseminação de boas práticas e incorporação de novas tecnologias.

Em 2023, o Banco aprovou 6 operações de cooperação técnica não reembolsáveis, no valor total de USD 795 mil, dos quais USD 175 mil estavam ainda por desembolsar em 31 de dezembro de 2023.

A seguir, descreve-se o propósito das principais cooperações técnicas aprovadas em 2023, a maioria das quais se relaciona com estudos necessários para a preparação de projetos financiados pelo Banco.

-OCT/NR-ARG-61/22 “Programa de Desenvolvimento da Bacia do Rio Bermejo” – USD 100 mil: O FONPLATA aprovou o financiamento do Programa de Desenvolvimento da Bacia do Rio Bermejo – Etapa 2, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Bermejo e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Dada a importância da operação, o Banco considerou oportuno aprovar cooperação técnica complementar alinhada com o empréstimo em preparação a fim de apoiar e complementar o Programa, bem como auxiliar na identificação de projetos que contribuam para o desenvolvimento de explorações produtivas da Bacia Inferior do Rio Bermejo, por meio do financiamento de estudos técnicos suplementares relevantes que permitam contribuir com o Programa e a região objeto de intervenção.

As atividades que serão realizadas no contexto da cooperação técnica estão relacionadas com a preparação de estudos técnicos de pré-investimento, que incluem, dentre outros temas organizacionais/operacionais, a operação do serviço de abastecimento de água para analisar a questão hídrica e as condições de operação e administração para o fornecimento de água.

-OCT/NR-PAR-62/23 “Fortalecimento Institucional de áreas prioritárias da administração pública do governo da República do Paraguai” – USD 80 mil: Como um dos objetivos do Programa de Cooperação Técnica do FONPLATA é o fortalecimento das capacidades intelectuais, técnicas e institucionais dos governos dos países membros, o Banco aprovou recursos não reembolsáveis para o fortalecimento da Equipe de Transição do Paraguai. O objetivo principal da cooperação técnica foi contribuir para o processo de transição de governo, apoiando os funcionários e técnicos que serão responsáveis pela política econômica e financeira da nova Administração.

A operação implicava realizar documento-quadro do plano de governo que estabelece as linhas gerais da visão do programa de governo para o período 2023–2028, bem como outras atividades técnicas do processo de transição, como o gerenciamento do processo de transmissão de comando, desenvolvimento de metodologia para elaboração de roteiro para os primeiros 100 dias das principais

instituições e uma proposta de Programa de Governo que incorpore a proposta base e roteiros para as dez instituições priorizadas.

A operação permitiria que as novas autoridades econômicas pudessem avançar na definição dos aspectos centrais da estratégia econômica e financeira da nova administração. Além disso, pretendia-se que a cooperação técnica contribuísse para definir a agenda de reformas prioritárias que impulsionarão as autoridades econômicas do governo eleito.

-OCT/NR-BRA-63/23 “Fortalecimento do programa Transforma Campina” – USD 75 mil: A Linha Especial para Atividades de Pré-Investimento (LEAP), no âmbito do Programa de Cooperação Técnica, tem como principal objetivo apoiar as ações relacionadas aos projetos de pré-investimento dos países membros do FONPLATA, que levem à elaboração de potenciais novas operações de empréstimo para o Banco. É por meio deste instrumento que o FONPLATA aprovou uma CT-LEAP para o município de Campina Grande, Paraíba, com o objetivo de fortalecer as capacidades técnicas, sociais e operacionais do município, impactando positivamente a elaboração e execução do Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande, enquadrado na Lei Municipal Nº 8.591, que autoriza o Poder Executivo Municipal a contrair dívidas com o FONPLATA.

Especificamente, essa operação de cooperação técnica previa o apoio técnico à Prefeitura de Campina Grande por meio da idealização, elaboração e execução de estratégia de risco para a revitalização funcional da Feira Grande. Da mesma forma, previa-se o fortalecimento das capacidades técnicas de diferentes Secretarias Municipais para auxiliar no processo de idealização e elaboração dos projetos executivos. Espera-se que esses esforços resultem na mitigação dos riscos identificados durante a fase de preparação, tanto na fase de projeto quanto no início da execução das obras, por meio de projetos executivos de qualidade e dentro do prazo exigido pelo contrato de empréstimo.

-CT/NR-URU-64/23 “Emergência Hídrica no Uruguai” – USD 150 mil: O FONPLATA, em sua função de Banco de Desenvolvimento, apoia, na medida de suas possibilidades, a demanda de recursos dos governos dos países membros para ajudar a mitigar os efeitos negativos das emergências naturais ou sanitárias. Quando o Presidente uruguaio, enfrentando uma das piores secas da história recente do país, decretou emergência hídrica para Montevideu e suas imediações e solicitou apoio ao FONPLATA, o Banco respondeu rapidamente, aprovando cooperação técnica para ajudar a mitigar os impactos dessa situação nas populações mais vulneráveis, cooperando com o plano de emergência nacional, por meio de ações concretas e firmes, como a entrega de garrafas de água potável.

-OCT/NR-BOL-65/23 “Implementação do estudo ERCE Pós-Pandemia” – USD 160 mil: Nos últimos anos, observaram-se, na Bolívia, disparidades no acesso à educação, na qualidade do ensino e na aprendizagem efetiva. Essa situação foi drasticamente agravada pelo encerramento do ano letivo em 2020 devido à pandemia da COVID-19 e à irregularidade da oferta educacional em 2021 e 2022. Esses desafios levaram o governo boliviano a obter dados confiáveis e atualizados sobre a qualidade da educação na Bolívia, a fim de elaborar políticas e estratégias eficazes para abordar as lacunas existentes e avançar em direção a um sistema educacional de qualidade e mais equitativo.

Considerando que a última avaliação da educação primária foi realizada em 2017, pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação,

o Governo da Bolívia solicitou apoio por meio de cooperação técnica não reembolsável para apoiar a implementação do Estudo Regional Comparativo e Explicativo (ERCE) pós-pandemia, com o objetivo de avaliar a qualidade da educação em nível nacional nas unidades de educação comunitária dos nove departamentos do país.

-OCT/NR-ILAT-60/22 “Aliança ILAT – Gestão 2023” – USD 200 mil: A Aliança para a Integração e o Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ILAT) é formada por três instituições, BID, CAF e FONPLATA, que concordaram em formar uma aliança como espaço autônomo que não depende da conjuntura política dos países. Seu objetivo é identificar, planejar e priorizar projetos e iniciativas de integração junto com os países, gerando conhecimento e tecnologia aplicados aos projetos, a fim de desenvolver espaços de integração binacionais e/ou multinacionais e executar obras de infraestrutura regional com altos padrões de qualidade técnica e transparência.

Dentro da estrutura do Plano de Trabalho de três anos, foram definidos três componentes principais: 1) Projetos de infraestrutura de integração; 2) Programas de integração e desenvolvimento; 3) Conhecimento e tecnologia aplicados a projetos de integração. Além de um componente transversal que é posicionamento e divulgação. Nesse sentido, o FONPLATA cofinancia, por meio desta cooperação técnica, o Plano de Trabalho da Aliança para 2023, que tem como objetivo consolidar e posicionar a ILAT como espaço de trabalho para o desenvolvimento de infraestrutura de integração inovadora e de qualidade, em contexto de transparência e colaboração.

9. Compromisso com a sustentabilidade

A missão estabelecida no Plano Estratégico Institucional do FONPLATA (2022–2026) incorpora e destaca a importância de promover resultados socioeconômicos sustentáveis para fomentar o desenvolvimento inclusivo dos países membros do Banco. Esse conceito engloba a sustentabilidade ambiental e implica o compromisso de promover o uso eficiente dos recursos naturais, reduzindo os impactos econômicos e sociais das mudanças climáticas e dos desastres naturais, contribuindo assim para a realização dos compromissos globais com o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o FONPLATA adotou seu QDS, em 2021, para orientar a futura emissão de instrumentos de dívida verde, social e sustentável, incluindo títulos, empréstimos ou outros instrumentos financeiros em diferentes formatos, vencimentos e tipos de ofertas.

O ano de 2023 registrou marcos que reforçam o posicionamento do FONPLATA como banco comprometido com a sustentabilidade. Ao mesmo tempo, constituem plataforma para impulsionar um novo ciclo do Banco, com alinhamento forte e crescente com a sustentabilidade, aprimorando os resultados de desenvolvimento em seus países membros.

Os marcos registrados em 2023 resultam do avanço incremental nos últimos anos da missão do Banco e, em alguns casos, marcam a conclusão de etapas importantes da evolução institucional. Um dos marcos que representou tanto a culminação de um processo incremental quanto o início de uma nova fase para o Banco foi a primeira emissão de Títulos Sustentáveis do FONPLATA no

âmbito de seu Quadro de Dívida Sustentável, realizada em março, no Japão. Essa emissão bem-sucedida, no valor de USD 54 milhões, concretizou o objetivo de estabelecer um programa de financiamento sustentável nos mercados de capital internacionais e posicionou o Banco para acessar novas oportunidades de gerar maior valor e expandir sua contribuição para o desenvolvimento sustentável de seus países membros.

Outro marco do ano foi a conclusão do processo de desenvolvimento de metodologia atualizada para vincular as operações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), produto do trabalho iniciado anteriormente. A adoção da metodologia atualizada melhorou a capacidade do Banco de demonstrar como os resultados das atividades propostas para cada projeto contribuem para os ODS, identificando de maneira fundamentada para quais objetivos o projeto contribui e em que medida. Também foi assinado Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de gerar colaboração ativa entre as duas instituições, que inclui como uma das áreas de atuação conjunta o aprofundamento do alinhamento da carteira de projetos do FONPLATA com os ODS, o que aperfeiçoará ainda mais a metodologia do Banco e aumentará sua contribuição para o cumprimento dos ODS.

Também houve progresso significativo, em 2023, no âmbito da Estratégia Socioambiental do Banco, por meio de suas operações de empréstimo. Durante o ano, trabalhou-se na atualização das Diretrizes de Gestão de Risco Ambiental e Social, com o objetivo de incorporar atualizações que permitirão melhor gerenciamento dos riscos sociais nos projetos. Da mesma forma, houve avanço na ampliação da aplicação de análise de risco ambiental mais refinada aos projetos.

Na área social, avanço importante no ano foi a adoção da primeira Estratégia de Gênero e Diversidade do Banco. Isso formalizou e reforçou o compromisso do FONPLATA com a inclusão, contemplando a proteção dos direitos dos grupos mais vulneráveis, como crianças, adolescentes, desempregados, deficientes e idosos, e com foco na abordagem da perspectiva de gênero. O compromisso com a inclusão também levou à aprovação da Linha de Compensação “Equidade de Gênero e Juventude” que, com base na experiência da Linha Verde do Banco, oferece condições financeiras mais favoráveis para operações que apoiem a equidade de gênero e a geração de oportunidades para os jovens. Com isso, o FONPLATA está posicionado para continuar contribuindo para a expansão dos resultados do desenvolvimento social em seus países membros.

O compromisso do FONPLATA com a sustentabilidade também se refletiu em sua participação em várias iniciativas em 2023. Com protagonismo, o Banco organizou, em parceria com a Latin America Investment Facility (LAIF), o “Fórum de Prefeitos: Cidades Sustentáveis”, em Brasília, evento apoiado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). No Fórum, ministros, prefeitos, representantes e executivos de organizações internacionais, agências de desenvolvimento, acadêmicos e especialistas compartilharam boas práticas de desenvolvimento sustentável e promoveram a transferência e a adaptação de tecnologias e conhecimentos aplicados a questões de financiamento climático, bem como o papel da liderança feminina no desenvolvimento da região. Além disso, é importante destacar a participação do Banco na COP28, em Dubai, onde foi assinado acordo com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), pelo qual ambas as instituições se comprometem a promover iniciativas conjuntas em infraestrutura sustentável, transição energética e mudanças climáticas.



RESULTADOS FINANCEIROS DE 2023



Esta seção apresenta análise comparativa das realizações do Banco para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

O ano de 2022 marcou o retorno ao modo de trabalho híbrido-presencial após quase dois anos de trabalho à distância e restrições que afetaram as interações humanas normais como resultado da pandemia da COVID-19. O retorno à modalidade de trabalho presencial permitiu que o Banco acentuasse seu foco no aprofundamento de sua presença em seus países membros e do diálogo regular com eles, em linha com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2022–2026. De acordo com esse objetivo, foram abertos escritórios de ligação em Buenos Aires e Brasília, e 25% do quadro de colaboradores foi alocado nos escritórios em Assunção, Buenos Aires, Brasília e Montevideu.

Em meados de setembro de 2022, tendo em vista o término do segundo mandato de 5 anos do Presidente Executivo, a Assembleia de Governadores nomeou Luciana Botafogo Brito, então Gerente de Operações e Países, como Presidente interina por período de 6 meses, a fim de viabilizar o processo de sucessão.

Esse processo culminou em 10 de abril de 2023, com a nomeação de Luciana Botafogo Brito como Presidente-Executiva do Banco, com mandato de cinco anos.

Simultaneamente à nomeação da Presidente-Executiva, a Assembleia de Governadores determinou a criação de quatro vice-presidências, a saber, Vice-Presidência-Executiva, Vice-Presidência de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico, Vice-Presidência de Operações e Países e Vice-Presidência de Finanças, e a eliminação das Gerências de Operações e Países e de Finanças e Administração, sem afetar o orçamento originalmente aprovado para 2023.

Em 21 de abril de 2023, o então Governador pela Argentina, em carta entregue em mão à Presidente-Executiva do Banco e endereçada à Governança, expressou a disposição de seu país de iniciar o processo de saída do Banco, de acordo com as disposições do Convênio Constitutivo.

Essa comunicação levou a várias reuniões da Governança para esclarecer o procedimento a ser seguido, que estabelece período de 12 meses a partir da comunicação de um país membro para efetivar seu desligamento.

Entre os pontos relevantes acordados, ficou determinada a suspensão dos desembolsos das operações vigentes da Argentina e a não aprovação de novos financiamentos a partir da data da comunicação. Também foi estabelecido que tais medidas seriam invalidadas, caso a Argentina decidisse retirar a carta apresentada antes do vencimento do período de 12 meses contados a partir de 21 de abril de 2023, ou se os atos formais necessários para renunciar aos Artigos do Convênio Constitutivo, de acordo com as leis em vigor na República Argentina, não fossem realizados.

Tais medidas foram tornadas sem efeito pelo recebimento da carta assinada pelo Governador em exercício pela Argentina, em 18 de janeiro de 2024, ratificando a disposição de seu país de continuar como membro pleno do Banco e retirando a carta enviada por seu antecessor, em 21 de abril de 2023.

Essa comunicação marcou o fim de um período de pouco mais de 10 meses, caracterizado por maior grau de incerteza que afetou o nível de crescimento projetado para 2023.

Dentre os efeitos diretos mais importantes de tais eventos, destacam-se:

- Menor crescimento da carteira de créditos a receber, devido à suspensão dos desembolsos.
- Suspensão temporária das atividades de captação de fundos que estavam em andamento e contemplavam o registro do FONPLATA como emissor público junto à Comissão Nacional de Valores do México e o registro de Programa de Endividamento de Médio Prazo junto à Bolsa de Valores de Londres, Reino Unido.
- Suspensão da revisão da estrutura organizacional secundária, para concluir o processo de reestruturação iniciado com a criação das quatro vice-presidências aprovada pela Assembleia de Governadores em 21 de abril de 2023.

Deve-se destacar que essa situação serviu para galvanizar a vontade e o apoio da Governança, bem como para demonstrar a resiliência da Administração e de toda a equipe de colaboradores e sua determinação de permanecer um passo à frente para continuar avançando em seu papel de apoiar os países membros em seus esforços para a integração e o desenvolvimento inclusivo de suas populações, por meio do financiamento de novos projetos.

Nesse contexto, é importante observar que, em 2023, foram aprovadas 12 operações, no valor total de USD 578,3 milhões, incluindo duas operações sem garantia soberana no valor de USD 44 milhões, o que representa aumento de 26,7% em relação aos USD 456 milhões aprovados em 2022, estabelecendo novo recorde na história do Banco. Além disso, foram desembolsados USD 291,7 milhões, incluindo USD 59,5 milhões em empréstimos sem garantia soberana, e foram recebidos USD 175,5 milhões em amortizações de principal, dos quais USD 37,2 milhões correspondiam a empréstimos sem garantia soberana.

Com base nesses números, o crescimento da carteira de créditos a receber, principal ativo financeiro do Banco, foi de USD 116,4 milhões, ou 6,6%, que é significativamente menor do que os USD 241,2 milhões de 2022, que equivale a 15,9%. Essa queda pode ser explicada pela suspensão dos desembolsos de empréstimos em execução para a Argentina, juntamente com a cobrança de USD 35,8 milhões em amortizações de principal.

Ao isolar o efeito temporário da Argentina, o crescimento real da carteira de empréstimos foi de USD 146 milhões, equivalente a 11,5%, bastante próximo ao crescimento de 12% projetado no momento da aprovação do Documento de Programas e Orçamento para 2023. Isso demonstra o compromisso e os esforços do Banco na obtenção dos resultados esperados, apesar das circunstâncias difíceis que teve de enfrentar.

A título de ilustração e com base nos resultados de 2012, que é a referência inicial para o primeiro PEI, abrangendo o ciclo 2013–2022, a capacidade média anual de empréstimo aumentou 11 vezes e a carteira de empréstimos cresceu 7,4 vezes, à taxa média de 20%.⁴ O capital autorizado cresceu pouco mais de 6 vezes, de USD 489,2 milhões para USD 3,014 bilhões. A nota de classificação de risco recebida ao final de 2016 pela Standard & Poor's foi de A-, elevada para A com perspectiva estável em 2021, modificada para perspectiva negativa em 2023,⁵ e novamente modificada para perspectiva estável, em fevereiro de 2024. Enquanto a nota de risco dada pela Moody's permaneceu como A2 com perspectiva estável.

Embora os últimos nove meses de 2023 tenham sido caracterizados por alto grau de incerteza, o apoio incondicional da Governança e a determinação inabalável da Administração e dos colaboradores de reafirmar os valores que fazem parte do DNA institucional do FONPLATA, como parceiro confiável, proativo e adaptável para responder com agilidade e eficácia às demandas de seus países membros em termos de financiamento, para reduzir as lacunas existentes no desenvolvimento social inclusivo, na saúde, na educação e na infraestrutura, foram decisivos para superar com sucesso os desafios enfrentados.

A reafirmação do Governo da Argentina de continuar como membro pleno do FONPLATA, em 18 de janeiro de 2024, foi seguida, em 27 de janeiro de 2024, pela entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo do Banco, que, entre seus aspectos mais relevantes, denomina o capital em ações e abre a adesão a novos membros, países e instituições.

Completando o quadro de boas perspectivas para o crescimento futuro do Banco, e como corolário do trabalho realizado em 2023 pela Administração e pela Diretoria-Executiva, em 5 de fevereiro de 2024 a Assembleia de Governadores aprovou aumento do capital autorizado de USD 3,014 bilhões para USD 6,5 bilhões, possibilitando considerar futuros aumentos do capital subscrito e integralizado e do capital comprometido, além da incorporação de novos membros.

Desde 2013, o Banco tem se caracterizado pela gestão prudencial de ativos e passivos financeiros, em linha com as expectativas dos mercados de capitais, aos quais teve acesso direto para poder captar recursos em melhores condições e com menor custo financeiro em benefício de seus países membros.

Como parte do planejamento do endividamento e como consequência da aprovação do QDS, certificado pela Sustainalytics no final de 2022, o Banco emitiu, em 24 de março de 2023, duas séries de títulos sustentáveis no Japão, captando JPY 7 bilhões, equivalente a USD 54 milhões, sob a modalidade de emissão privada. Após essa emissão, e como resultado da incerteza criada pela intenção da Argentina de sair do Banco, o programa de emissão planejado foi suspenso e foram tomados empréstimos de USD 59,8 milhões das linhas de crédito existentes,⁶ do total de captação de USD 113,8 milhões.

4 Com base em dados de 31 de dezembro de 2012.
5 Isso como consequência da vontade da Argentina de se retirar da adesão ao Banco, como já foi mencionado.
6 USD 19,5 milhões da linha de crédito de USD 100 milhões contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e USD 18 milhões do Banco Europeu de Investimento (BEI), completando assim o total contratado de USD 60 milhões. Foram recebidos EUR 21 milhões, equivalentes a USD 22,8 milhões, de linha de crédito contratada com o KfW em dezembro de 2022.

Os fundos captados serão destinados ao financiamento dos desembolsos de empréstimos a serem requeridos nos próximos 12 meses, ao serviço da dívida e ao pagamento das despesas operacionais do Banco, em conformidade com a política de liquidez.

Vale destacar, ainda, que o Banco afirmou sua posição estratégica como administrador do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), função que teve início em 2020 como demonstração da confiança e do prestígio da instituição.

Em suma, apesar das dificuldades decorrentes do alto grau de incerteza enfrentado entre maio e dezembro de 2023, o apoio da Governança, aliado à firme determinação da Administração e dos colaboradores de reafirmar o papel do Banco como parceiro confiável, ágil, flexível e econômico, permitiu que o Banco atravessasse com sucesso essa conjuntura desfavorável e a transformasse em futuro promissor a partir do início de 2024.

1. Modelo de negócios

A arquitetura do modelo de negócios foi criada para ajudar os países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, por meio do financiamento de projetos voltados para a melhoria da integração e do desenvolvimento socioeconômico. O Banco financia seu programa de empréstimos alavancando seu patrimônio líquido, que é composto de caixa e subscrições de capital exigíveis, bem como reservas provenientes de lucros acumulados.

A capacidade de empréstimo do Banco atualmente é de USD 4,65 bilhões e é calculada com base em multiplicador de 3 vezes o valor do patrimônio líquido, que, em 31 de dezembro de 2023, era de USD 1,55 bilhão (2022 – USD 1,329 bilhão). A capacidade de endividamento do Banco atualmente é de USD 3,83 bilhões e é calculada com base em multiplicador de 2 vezes o valor do patrimônio líquido mais os ativos líquidos (2022 – USD 3,214 bilhões).

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos concedidos a seus países membros. A totalidade dos ativos financeiros e parte dos passivos financeiros são contratados e denominados em dólares estadunidenses e acumulam juros com base em uma taxa de referência mais margem operacional. Os passivos contratados em moedas e taxas diferentes da taxa de juros de referência dos empréstimos são trocados por obrigações denominadas em dólares estadunidenses e com base na taxa de referência dos empréstimos, reduzindo assim os riscos de exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros, em conformidade com as políticas financeiras do Banco.

Para todos os empréstimos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, a taxa de referência é a SOFR composta, que também é a taxa de referência para contratos de empréstimo aprovados antes dessa data e que foram convertidos por acordo mútuo com os países membros. Todos os contratos de empréstimo foram convertidos para o SOFR em 31 de dezembro de 2023, exceto 16 empréstimos concedidos à Bolívia (cuja taxa de referência é a taxa Libor sintética⁷ e a data de conversão para a SOFR é 10 de janeiro de 2024; a data de conversão do último

7 A taxa Libor sintética em 31 de dezembro de 2023 é bastante semelhante à taxa SOFR.

empréstimo é 14 de março de 2024) e dois empréstimos concedidos a municípios do Brasil, que permanecem à taxa Libor de 6 meses.

O Banco mantém liquidez com o objetivo de garantir sua capacidade de cumprir os compromissos estimados de desembolso de empréstimos, pagar os serviços da dívida e custear as despesas operacionais e de investimentos de capital planejados para o período de 12 meses após o encerramento de cada mês. A liquidez é investida com o único objetivo de reduzir custos e otimizar o uso dos recursos necessários para manter o nível de liquidez exigido pelas políticas do Banco.

As seções e subseções a seguir contêm explicação detalhada do desempenho financeiro para os exercícios de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Nesse sentido, como o aumento do patrimônio líquido é função direta do aumento dos ativos sobre os passivos, incluiu-se explicação detalhada da evolução dos ativos e passivos financeiros para ilustrar o crescimento e a solidez financeira alcançados até o momento.

2. Estrutura do capital, capacidade de empréstimo y fontes dos recursos de financiamento

O processo de subscrição e empenho de todo o capital exigível correspondente aos dois aumentos de capital, aprovados em 2013 e 2016, foi concluído em 2018. Neste último ano, foram recebidas as contribuições em dinheiro correspondentes ao primeiro aumento e iniciou-se o cronograma de pagamento do segundo aumento. O total de capital recebido em 2023 foi de USD 129 milhões (2022 – USD 75 milhões), para um total de capital em dinheiro, em 31 de dezembro de 2023, de USD 1,21 bilhão (2022 – USD 1,082 bilhão). Ademais, em 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu USD 70 milhões em pagamento da maior parte do montante devido pelo Brasil em parcelas de capital a ser integralizado em dinheiro.

A Tabela 3 mostra a evolução da estrutura de capital para cada um dos últimos três exercícios.

Tabela 3: Estrutura de capital
(Em milhões de dólares estadunidenses)

Capital	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2021	2022	2023
Autorizado*	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665,0	1.665,0	1.665,0
Subscrito	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665,0	1.665,0	1.665,0
Disponível	2.581,8	2.671,4	2.746,7
Integralizado em dinheiro	1.006,4	1.081,7	1.210,4
Exigível comprometido	1.665,0	1.665,0	1.665,0

* Em 27 de janeiro de 2024, entrou em vigor o novo Convênio Constitutivo do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento, após a conclusão do processo de aprovação legislativa pelos países membros, e, em 5 de fevereiro de 2024, a Assembleia de Governadores, com base em recomendação da Diretoria-Executiva, aprovou aumento do capital autorizado do Banco em USD 3,485 bilhões, passando assim de USD 3,014 bilhões para USD 6,5 bilhões. Esse aumento do capital autorizado possibilitará que a Assembleia de Governadores avalie a possibilidade de aumento do capital integralizado em dinheiro e do capital exigível comprometido dos países membros, bem como de admissão de novos membros contemplada pelo novo Convênio Constitutivo.

3. Composição patrimonial

O patrimônio do Banco cresce por meio: (i) da integralização de capital em dinheiro por seus países membros; e (ii) do excedente positivo entre as receitas e as despesas financeiras e administrativas. As receitas resultam da cobrança de juros sobre empréstimos e do rendimento de investimentos dos ativos líquidos, que compõem os ativos financeiros (líquidos de provisões para perdas esperadas em empréstimos e investimentos). As despesas referem-se ao custo de captação e juros e às taxas referentes às dívidas contratadas, que compõem o passivo financeiro, bem como as despesas necessárias ao normal funcionamento do Banco. As seções a seguir contêm análise mais detalhada da evolução dos ativos e passivos financeiros durante o exercício de 2023.

Conforme mostrado na Tabela 4, em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido totalizava USD 1,55 bilhão, representando aumento de 17% ou USD 179 milhões em relação ao valor alcançado em 2022, de USD 1,329 bilhão. A tabela a seguir mostra a composição desse aumento:

Tabela 4: Patrimônio

Patrimônio Líquido		Montante	
PL em 31 de dezembro de 2022		1.329	
Integralizações de capital em dinheiro recebidas em 2023		129	
Alocação de rendimentos ao FOCOM e PCT pela A.G.		(4)	
Lucros não realizados em investimentos — ORA		4	
Receita líquida do exercício de 2023		92	
Total de aumento líquido do exercício		221	
PL em 31 de dezembro de 2023		1.550	

Item	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2021	2022	2023
Capital em dinheiro	1.006,5	1.081,7	1.210,4
Reservas	174,5	199,6	247,1
Resultados acumulados	24,0	47,6	92,1
Total de ativos	1.205,0	1.328,9	1.549,6

4. Efeitos da COVID-19 e da crise geopolítica

A partir del cuarto trimestre de 2021, las tasas de interés han aumentado A partir do quarto trimestre de 2021, as taxas de juros subiram rapidamente, devido aos esforços das grandes economias em conter a inflação gerada pela disrupção das cadeias mundiais de produção e abastecimento durante a pandemia. Esse aumento foi acelerado pelos conflitos derivados da invasão da Ucrânia pela Rússia e acentuado pela instabilidade causada pelo conflito no Oriente Médio. A taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate), que é a taxa de referência utilizada pelo Banco em suas operações de concessão de financiamento desde 1o de janeiro de 2022, aumentou 108 pontos base em 2023 em relação aos 425 pontos base registrados em 2022.

Embora se espere que o ciclo de aperto monetário iniciado pelo Federal Reserve dos EUA em 2022 chegue ao fim, a previsão é que as taxas de juros permaneçam inalteradas e possam começar a cair gradualmente a partir do segundo semestre de 2024, desde que o núcleo da inflação não ultrapasse 2% a 2,5% ao ano.

A receita de empréstimos, o principal ativo financeiro do Banco, que inclui juros e comissões de financiamento, totalizou USD 147 milhões, com retorno médio de 806 pontos base. Esse nível de receita, comparado aos USD 76 milhões obtidos em 2022, é resultado principalmente do aumento da taxa de juros de referência dos empréstimos e representa aumento equivalente a 346 pontos base ou 127% de rendimento médio nominal.

A receita de investimentos de ativos líquidos totalizou USD 30 milhões, o que representa taxa de retorno de 493 pontos base, enquanto em 2022 o rendimento foi de USD 2 milhões, equivalentes a uma taxa de retorno de 42 pontos base.

Como no caso dos empréstimos, o aumento do desempenho de investimentos deve-se principalmente à evolução das taxas de juros entre 2022 e 2023.

Em termos relativos, o custo de endividamento aumentou 380 pontos base ou 143%. Em termos nominais, o custo médio de endividamento aumentou de 264 pontos base, em 2022, para 644 pontos base, em 2023. O volume médio de endividamento ou passivos financeiros cresceu 6,4%, de modo que, como no caso do retorno sobre os ativos financeiros, o aumento do custo financeiro se deve principalmente ao aumento da taxa de juros de referência.

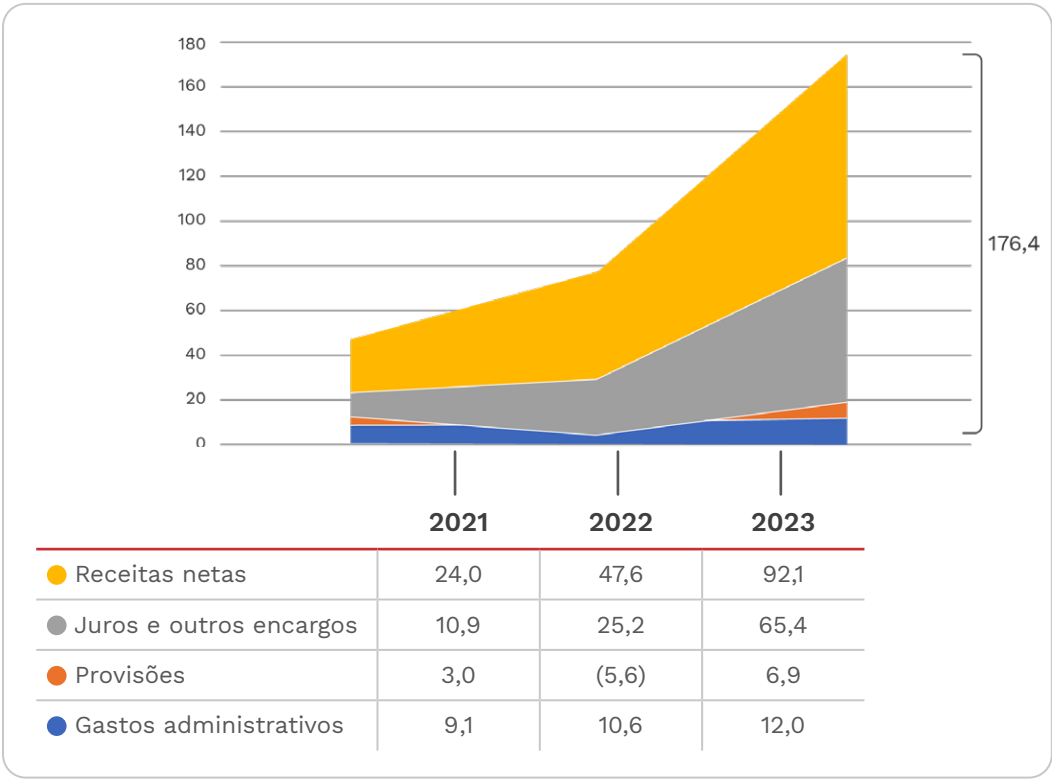
O retorno sobre os ativos financeiros líquidos, em 2023, foi de USD 112 milhões, com taxa média de retorno de 774 pontos base, o que é muito favorável em comparação com o retorno líquido de USD 53 milhões, equivalente a uma taxa média de 412 pontos base, obtida em 2022. O que representa aumento nominal de 111%.

O Gráfico 3 mostra a evolução das receitas sobre ativos financeiros, observando-se recuperação importante em relação ao nível de receitas no período mais crítico da pandemia de COVID-19, quando a taxa LIBOR de seis meses, que foi a taxa de referência dos empréstimos até 31 de dezembro de 2021, alcançou seu nível histórico mais baixo.

A receita gerada em 2023, de USD 177 milhões (2022 – USD 78 milhões), proporciona índice de cobertura 2,7 vezes maior que o valor dos custos de endividamento, de USD 65 milhões (2022 – 3,1 vezes). Essa redução do índice de cobertura de juros é normal na medida em que o Banco aumenta a sua carteira de empréstimos, que é financiada com dívidas captadas de terceiros.

Por fim, as despesas administrativas, compostas por todas as despesas para assegurar o funcionamento do Banco, totalizaram USD 11,7 milhões, comparados aos USD 10,6 milhões em 2022. Esse valor inclui USD 330 mil (2022 – USD 434 mil) correspondentes a itens que não representam desembolsos de recursos, mas meros ajustes contábeis, como depreciação do exercício e diferenças cambiais. Isso representa aumento de USD 1,1 milhão em relação às despesas administrativas de 2022. É importante observar que o aumento das despesas administrativas é nominal, pois em termos relativos, e em linha com o foco contínuo do Banco em garantir os menores custos de transação possíveis, os maiores volumes de transações foram compensados por ganhos de produtividade, que permitiram que o custo relativo fosse mantido em 83 pontos base, como em 2022.

Gráfico 3: Receitas e despesas
(Em milhões de dólares estadunidenses)



Ressalte-se, ainda, que o montante arrecadado em 2023 é 9,2 vezes maior que o valor das despesas administrativas antes dos custos de depreciação, diferenças cambiais e outros, totalizando USD 12 milhões (2022 – 4,9 vezes para total de USD 10,6 milhões). Isso reforça o compromisso do Banco em manter o menor custo possível em benefício de seus países membros.

A Tabela 5, abaixo, apresenta detalhe da evolução dos ativos e passivos financeiros, ativos líquidos e patrimônio líquido, bem como suas respectivas taxas de retorno durante os exercícios de 2021 a 2023, e é ilustrativo do crescimento e da força alcançados pelo Banco.

Tabela 5: Retorno sobre ativos e passivos financeiros
(Em milhões de dólares estadunidenses)

Item	31 de dezembro de								
	2021			2022			2023		
	Saldo médio	Receitas / (Despesas)	Retorno* %	Saldo médio	Receitas / (Despesas)	Retorno* %	Saldo médio	Receitas / (Despesas)	Retorno* %
Créditos a receber	1.385,5	42,2	3,05	1.640,2	75,5	4,60	1.819,1	146,7	8,06
Investimentos	488,4	4,8	0,98	546,2	2,3	0,42	603,0	29,8	4,93
Depósitos bancários	47,3	0,0	0,11	48,0	0,1	0,22	39,3	0,8	2,09
Ativos financeiros	1.921,2	47,0	2,45	2.234,4	77,9	3,49	2.461,4	177,3	7,20
Dívidas	(748,8)	(10,9)	(1,46)	(953,4)	(25,2)	(2,64)	(1.015,1)	(65,4)	(6,44)
Ativos financeiros líquidos	1.172,4	36,1	3,08	1.281,0	52,7	4,12	1.446,3	111,9	7,74
Provisões e outros encargos	--	(3,0)	(0,26)	--	5,5	0,43	--	(7,8)	(0,54)
Despesas administrativas	--	(9,1)	(0,78)	--	(10,6)	(0,83)	--	(12,0)	(0,83)
Ativos líquidos	1.172,4	24,0	2,05	1.281,0	47,6	3,72	1.446,3	92,1	6,37
Patrimônio líquido	1.157,3	24,0	2,08	1.267,0	47,6	3,76	1.439,2	92,1	6,40

* A rentabilidade é apurada com base nas receitas/despesas reais ao final do ano, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo inicial do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por 2, de forma que podem ser diferentes da média real.

Os principais indicadores financeiros são consistentes com os de uma instituição em crescimento, tendo registrado nos últimos 11 anos consecutivos aumento de dois dígitos no crescimento da carteira de créditos a receber, com média de 20% anual na última década.

Conforme mostra a Tabela 5, a média dos ativos financeiros em 2023 atingem o montante de USD 2,461 bilhões, o que representa crescimento de USD 227 milhões, ou 10%, em relação ao total alcançado em 2022, de USD 2,234 bilhões, que, por sua vez, representa 16% de aumento em relação a 2021.

Esse aumento na média dos ativos financeiros resulta do: (i) aumento líquido de USD 116 milhões (2022 – USD 241 milhões) no saldo de créditos a receber como resultado da diferença entre os desembolsos, no valor de USD 292 milhões (2022 – USD 355 milhões), e as amortizações de principal, no total de USD 176 milhões (2022 – US\$ 114 milhões); (ii) aumento de USD 174 milhões em ativos líquidos de investimento (2022 – USD 77 milhões); e (iii) aumento de USD 63 milhões (2022 – USD 48 milhões) em endividamento. O aumento dos ativos líquidos de investimento será utilizado, em grande parte, para o desembolso de empréstimos em execução.

O retorno sobre o patrimônio líquido⁸ mostra aumento de 264 pontos base em relação ao exercício de 2022, principalmente como resultado do aumento da taxa de juros de referência dos empréstimos.

5. Utilização de capital e capacidade de empréstimo

Conforme explicado na Seção 1 “Modelo de Negócios”, o Banco determina sua capacidade de endividamento e de empréstimo com base em multiplicador sobre o valor de seu patrimônio. Assim, a capacidade máxima de empréstimo é equivalente a 3 vezes o patrimônio. A exposição máxima da carteira de empréstimos por país não pode exceder 25% da capacidade de empréstimo, e a carteira de empréstimos pendentes por país não pode exceder 30% dos ativos totais.

Por seu turno, a capacidade de empréstimo utilizada é expressa como a soma do saldo dos empréstimos a desembolsar e créditos a receber e o saldo dos empréstimos aprovados ainda não vigentes. A capacidade restante de empréstimo decorre da diferença entre a capacidade máxima de empréstimo e a utilizada (Tabela 6).

Pelo exposto, o patrimônio e seu crescimento determinam a capacidade de empréstimo e de endividamento. Conforme explicado em mais detalhes nas seções 2 “Estrutura do capital e capacidade de empréstimo” e 3 “Composição patrimonial”, a capacidade de empréstimo cresce como resultado da integralização do capital a pagar em dinheiro recebida dos países membros e da acumulação de receita líquida. Em suma, o patrimônio líquido resulta da diferença positiva entre o total de ativos e passivos.

A Tabela 6, abaixo, mostra detalhe da capacidade máxima de empréstimo utilizada e restante em 31 de dezembro de 2023 e sua evolução durante o período 2021–2023. Como se pode observar, a capacidade de empréstimo restante é de USD 1,068 bilhão (2022 – USD 815 milhões), o que permitirá manter as aprovações de empréstimos nos próximos anos dentro do nível atual da capacidade de empréstimo anual, depois de considerar o resultado líquido projetado, as amortizações de principal esperadas, bem como a integralização de cotas restantes de capital em dinheiro.

Em consonância com a estrutura de capital do Banco, o crescimento da carteira de crédito se dá pela diferença positiva entre desembolsos e recebimentos de amortizações de principal. Esse crescimento exige o financiamento de parte dos desembolsos por meio da captação de dívida.

Nesse sentido, desde 2016, quando o Banco obteve nota de classificação de risco com grau de investimento das agências Standard & Poor’s e Moody’s, a Instituição tem captado recursos para financiar desembolsos dos empréstimos, o que, naturalmente, resulta na redução gradativa da percentagem de cobertura patrimonial. Essa redução foi considerada no planejamento financeiro e responde à filosofia de gestão prudencial, focada nos resultados e baseada em robusto modelo de controle e gestão integral de riscos.

8 Retorno sobre o patrimônio líquido: razão entre a receita líquida do exercício e o patrimônio médio.

Tabela 6: Capacidade de empréstimo e suficiência de capital
(Em milhões de dólares estadunidenses)

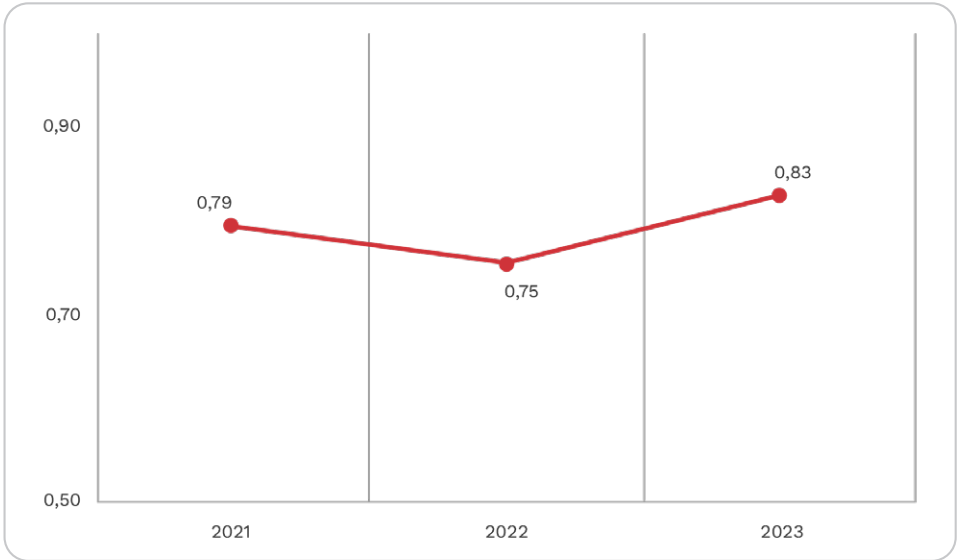
Item	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2021	2022	2023
Ativos líquidos	1.205	1.329	1.550
Capacidade máxima de empréstimo	3.615	3.987	4.650
Variação anual da carteira de créditos a receber	21,4%	15,9%	6,6%
Carteira de empréstimos a desembolsar	701	984	1.348
Carteira de empréstimos pendentes	1.519	1.761	1.877
Contratos de empréstimo não vigentes	690	427	358
Capacidade de empréstimo utilizada	2.911	3.172	3.582
Capacidade de empréstimo remanescente	704	815	1.068
Capacidade de empréstimo utilizada (%)	80,5%	79,6%	77,1%
Cobertura patrimonial s/Carteira bruta de empréstimos	79,2%	75,5%	82,5%
Exposição do patrimônio líquido (%)*	56,3%	57,7%	60,0%
Exposição da carteira ajustada pelo risco (em %)	57,7%	53,1%	50,8%
Limite mínimo de suficiência de capital (em %)**	35%	35%	35%

* (Patrimônio líquido + provisão para créditos de liquidação duvidosa – Imobilizado)/Ativos financeiros.
** Percentual mínimo de capital necessário para cobrir créditos a receber.

O coeficiente de cobertura da carteira de empréstimos indica o número de vezes que o patrimônio líquido excede o saldo dos empréstimos pendentes ou da carteira de empréstimos. Conforme ilustrado no Gráfico 4, esse coeficiente tem tendência gradualmente decrescente, pois parte do crescimento da carteira de empréstimos deve ser financiada com recursos de terceiros. Apesar disso, em 2023, observa-se leve crescimento como resultado do aumento das taxas de juros e crescimento proporcionalmente menor da carteira bruta de empréstimos. Esse coeficiente passou de 0,79 vezes, em 2021, para 0,75, em 2022, e para 0,83, ao final de 2023.

O Gráfico 4 mostra o espaço disponível para alavancagem como resultado da sólida posição patrimonial e financeira do Banco, a qualidade e maturidade de sua governança e gestão prudencial, bem como a validade de suas políticas operacionais e financeiras.

Gráfico 4: Índice de cobertura de empréstimos



6. Evolução dos empréstimos

O Gráfico 5 – “Montante de aprovações e desembolsos de empréstimos” mostra aprovações de novos financiamentos com garantia soberana, no valor de USD 576 milhões 2022 – USD 476 milhões), valor que denota aumento de USD 122 milhões das aprovações, equivalente a crescimento de 27%. Por outro lado, os desembolsos de empréstimos totalizaram USD 292 milhões (2022 – USD 355 milhões). Para avaliar adequadamente o esforço e os resultados alcançados em 2023, deve-se ter em mente que, como consequência da carta de intenção da Argentina de iniciar o processo de saída do Banco, a partir de 21 de abril de 2023 e até 18 de janeiro de 2024, por decisão da Assembleia de Governadores, o Banco suspendeu, para esse país, a consideração e a aprovação de novas operações de financiamento e os desembolsos para projetos em execução. Para uma comparação objetiva dos resultados dos desembolsos é necessário isolar o efeito dessas medidas temporárias. Assim, o valor desembolsado em 2023, de USD 282 milhões, deve ser comparado objetivamente com os USD 232 milhões desembolsados em empréstimos em execução referentes a Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai em 2022. O que indica crescimento dos desembolsos de USD 50 milhões, equivalente a 22% de aumento. Essa comparação é claramente diferente da simples comparação de desembolsos entre 2023 e 2022, que aparentaria indicar redução de USD 63 milhões, ou 18%.

Com a mesma lógica, o crescimento da carteira de empréstimos, em 2023, é sensivelmente superior aos 6,6% que surgem da comparação das carteiras brutas vigentes ao final de 2023, de USD 1,877 bilhão, e em 31 de dezembro de 2022, de USD 1,761 bilhão. O crescimento real da carteira requer comparar a carteira bruta sem a Argentina, ao final de 2023, USD 1,416 bilhão, e de 2022, USD 1,27 bilhão. Assim, vê-se aumento de USD 146 milhões, ou 11%, o que é marginalmente inferior aos 12% de crescimento projetado quando da elaboração do Documento de Programas e Orçamento para 2023.

O crescimento constante da carteira de empréstimos está diretamente alinhado com o mandado recebido da Assembleia de Governadores no momento do segundo aumento de capital, de aumentar de forma progressiva a capacidade de empréstimo e estreitar o diálogo com os países membros para antecipar suas

necessidades de financiamento para a integração e o desenvolvimento. Este último objetivo foi potencializado com a abertura dos escritórios de ligação e da alocação de 25% do quadro de colaboradores para eles.

Gráfico 5: Montante das aprovações e desembolsos de empréstimos
(Em milhões de dólares estadunidenses)

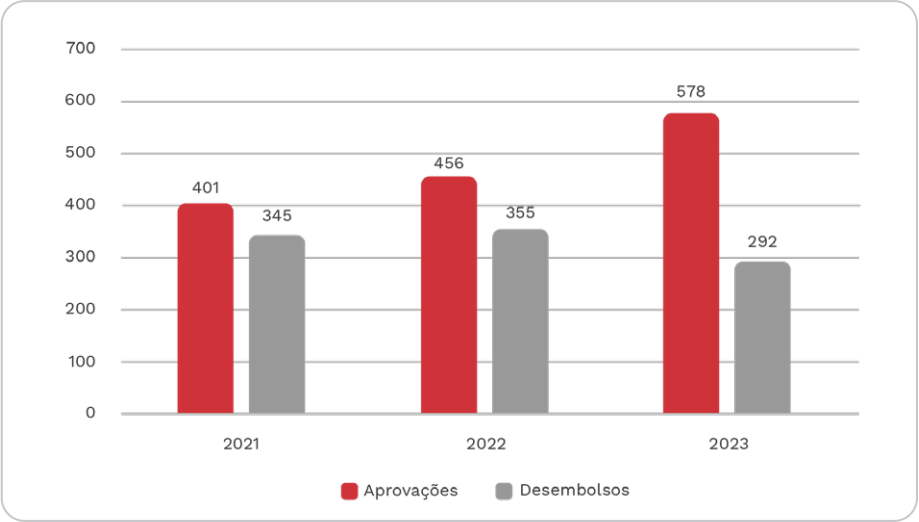
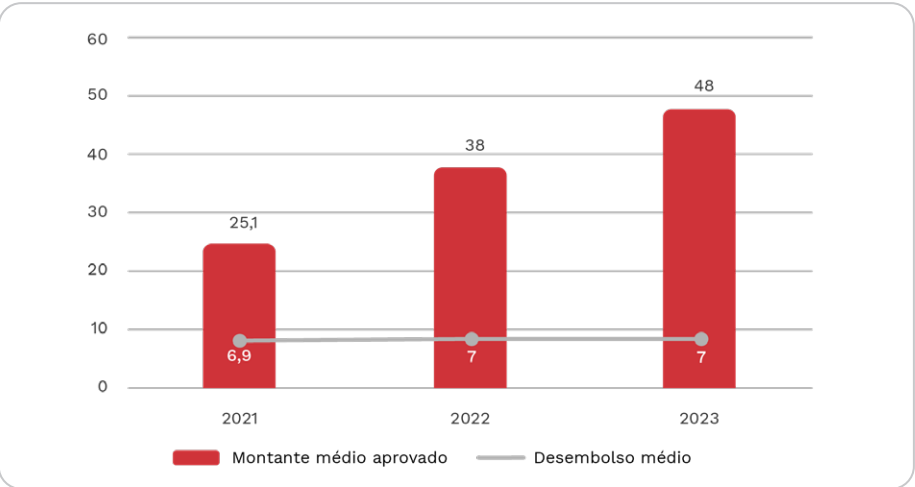


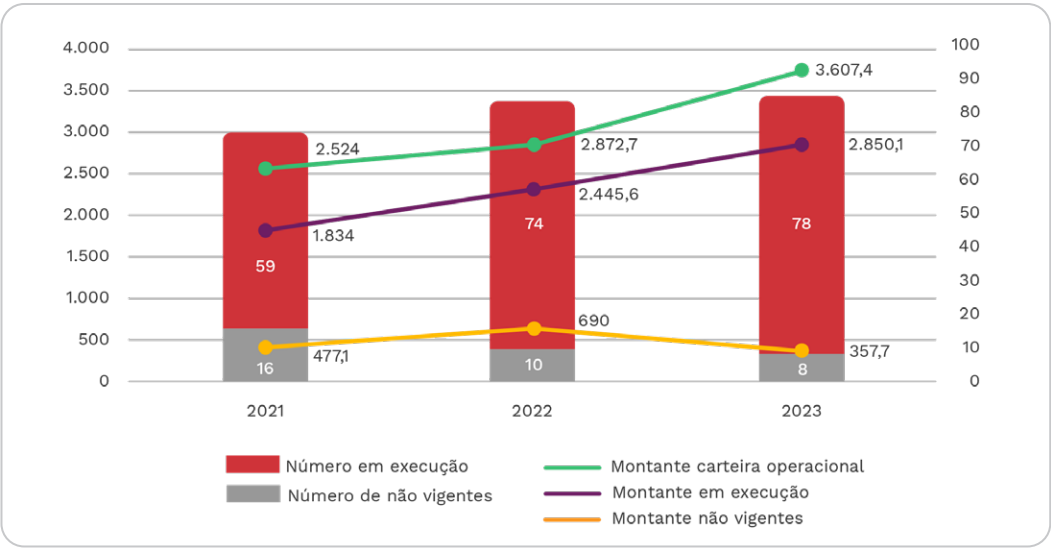
Gráfico 6: Montante médio dos empréstimos aprovados e dos desembolsos
(Em milhões de dólares estadunidenses)



O valor médio dos empréstimos individuais, em 2023, é de USD 48 milhões, o que representa aumento médio de USD 10 milhões em relação a 2022 e de USD 23 milhões em relação a 2021.

Por outro lado, o número total de projetos da carteira — que consiste em financiamentos na fase de pagamento, financiamentos na fase de desembolso e financiamentos aprovados que não entraram na fase de desembolso — passou de 75 operações, em 2021, para 84, em 2022, chegando a 86, em 2023, incluindo 8 operações não vigentes, sem considerar as 27 operações em etapa de amortização (2022 – 47 operações), o que representa aumento de 2 operações, equivalente a 2% (Gráfico 7).

Gráfico 7: Evolução dos empréstimos da carteira
(Em número de projetos e milhões de dólares estadunidenses)



7. Carteira de empréstimos por país

O Banco busca alcançar distribuição equilibrada ao longo do tempo entre seus países membros, tanto no nível de aprovações quanto no valor acumulado de créditos a receber.

A Tabela 7 mostra a participação relativa de cada país no saldo da carteira de créditos a receber no final de cada período entre 2021 e 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição por país da carteira está dentro dos limites prudenciais estabelecidos na política.

Tabela 7: Saldo de créditos a receber por país

País	2021	2022	2023
Argentina	27%	28%	25%
Bolívia	22%	22%	23%
Brasil*	12%	12%	14%
Paraguai*	21%	22%	20%
Uruguai	18%	16%	18%
Total	100%	100%	100%

Notas:
Apurado com base nos saldos a receber no final do exercício.
* Inclui carteira de empréstimos sem garantia soberana.

8. Desempenho dos saldos de créditos a receber e de empréstimos aprovados

Em 31 de dezembro de 2023, a carteira de empréstimos aprovados que se encontram na fase de execução, incluindo as operações aprovadas em 2023 e ainda pendentes de assinatura de contrato ou ratificação parlamentar, totaliza

USD 3,582 bilhões, o que representa aumento de USD 410 milhões, ou 13%, quando comparada com os valores alcançados em 2022 (Tabela 6). De fato, descontando o efeito das medidas tomadas pela Assembleia de Governadores em relação à carteira de operações mantidas com a Argentina no período de 21 de abril a 31 de dezembro de 2023, a carteira em execução em 2023 referente aos outros quatro países membros totalizou USD 2,312 bilhões, enquanto em 2022 chegou a USD 1,917 bilhão. Esses números mostram crescimento da carteira em execução de USD 395 milhões ou 21%.

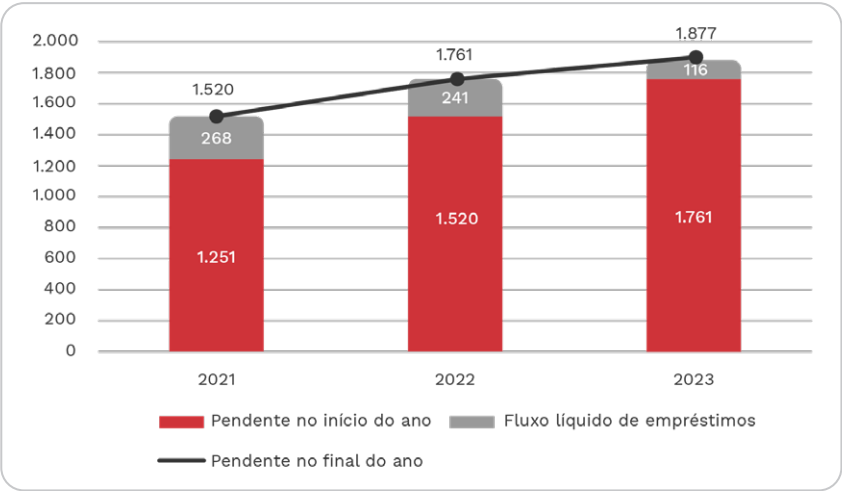
O crescimento observado de forma sustentada na carteira de empréstimos aprovados desde 2013 é reflexo do trabalho realizado e do compromisso de apoiar os países membros a aproximar o desenvolvimento das pessoas, realçando assim a relevância e o impacto do Banco como parceiro confiável para apoiar, promover e aprofundar o desenvolvimento e a integração regional.

Conforme explicado no item 6 “Evolução dos empréstimos”, considerando os saldos de créditos a receber mantidos com os cinco países membros do Banco, a carteira de créditos a receber teve crescimento líquido de USD 116 milhões, ou 6,6%, como resultado de desembolsos de USD 292 milhões, líquidos de amortizações de principal de USD 176 milhões. O valor da carteira de créditos a receber, antes de deduzir as taxas administrativas e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ascende a USD 1,877 bilhão (2022 – USD 1,761 bilhão) (Gráfico 8).

O saldo dos empréstimos a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de USD 1,348 bilhão, o que representa aumento de USD 364 milhões ou 37%, em relação ao saldo a desembolsar de USD 984 milhões, em 2022. Esse aumento, em comparação com o aumento de 40% em 2022, mostra ligeira melhora na velocidade dos processos de desembolso, que foram afetados como resultado de atrasos nos processos de licitação e execução devido aos efeitos da pandemia da COVID-19, bem como dos processos eleitorais em alguns países membros.

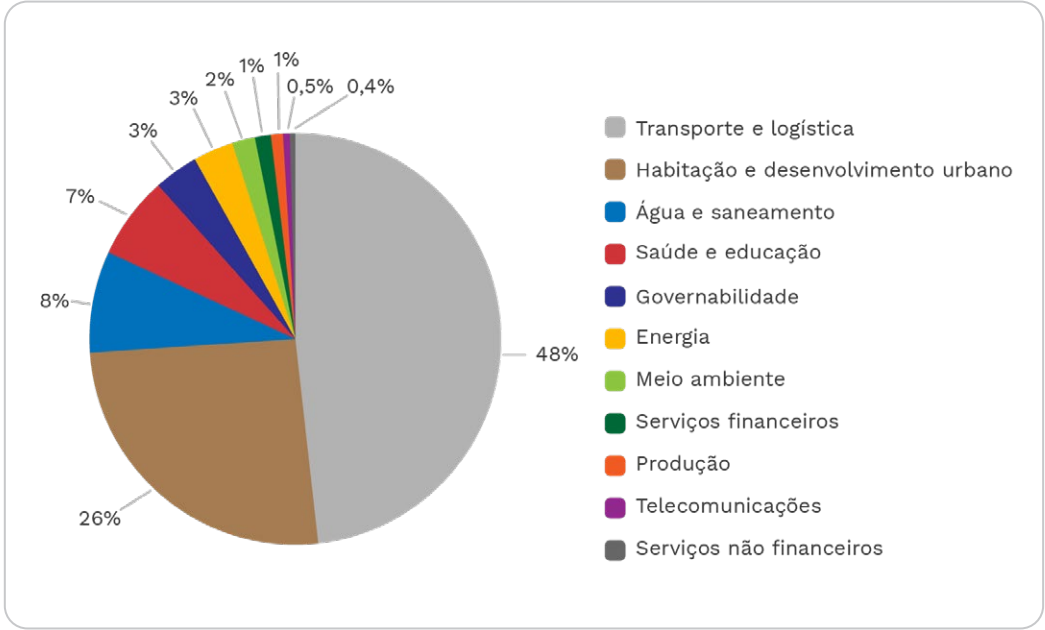
O saldo de empréstimos aprovados pendentes de assinatura ou ratificação parlamentar foi de USD 358 milhões que, se comparado aos USD 427 milhões em 2022, representa redução de USD 69 milhões, ou 16%, que é significativamente menor do que a redução de USD 263 milhões, ou 40%, entre 2022 e 2021, com saldo de empréstimos não vigentes de USD 690 milhões.

Gráfico 8: Evolução da carteira de empréstimos
(Em milhões de dólares estadunidenses)



Quanto à classificação setorial dos empréstimos (Tabela 8 e Gráfico 9), o setor de infraestrutura constitui o destino predominante dos financiamentos concedidos até o momento, principalmente no subsetor de transporte e logística, que representa 48% do total de financiamentos concedidos.

Gráfico 9: Destino da carteira de empréstimos por subsetor – ano 2023
(Em %)



Se deslocarmos o foco para o financiamento de projetos com impacto em mais de um país e com ênfase no desenvolvimento de regiões fronteiriças, eles representam cerca de um terço do total de aprovações.

O exercício conjunto de programação de operações, que se desenvolve em estreita coordenação com os países membros, determina o foco dos financiamentos concedidos (Tabela 8).

Tabela 8: Destino da carteira de empréstimos por setor
(Em %)

Setor	2021	2022	2023
Infraestrutura	75%	76%	78%
Desenvolvimento Socioambiental	13%	15%	16%
Desenvolvimento Econômico e Produtivo	12%	9%	6%

9. Cumprimento das metas estratégicas da visão

A tabela a seguir contém resumo do cumprimento das metas alcançadas em 2023. Essas metas são consistentes com os objetivos e diretrizes contidos no PEI 2022–2026, visando a consolidação do FONPLATA como banco de desenvolvimento regional.

Objetivo estratégico	Linha de ação
Ser instituição confiável, que responde com apoios técnico e financeiro necessários para mitigar as brechas de desenvolvimento dentro dos países e entre eles.	Assegurar o crescimento contínuo do capital e, portanto, das capacidades de empréstimo e patrimonial, bem como de sua habilidade para captar fundos com as melhores condições possíveis. - Em 2023, o desempenho do Banco viu-se afetado, entre 21 de abril e 31 de dezembro, pela intenção da Argentina de iniciar o processo de desligamento do Banco. Em virtude dessa decisão, a Assembleia de Governadores determinou a suspensão temporária de novas aprovações de empréstimos e de desembolsos para o país. Contudo, os resultados esperados para aprovações e desembolsos foram atingidos. A Carteira de créditos a receber cresceu 6,6%, mesmo considerando o efeito negativo da Argentina, e 11,5%, considerando apenas o crescimento dos outros quatro países membros. - Graças ao apoio dos países membros e sua confiança no FONPLATA como instituição em pleno vigor e projeção futura, e como corolário do trabalho levado a cabo pela Administração e a Diretoria-Executiva, em 5 de fevereiro de 2024, a Assembleia de Governadores aprovou o aumento do capital autorizado de USD 3,014 bilhões para USD 6,5 bilhões. Essa decisão ocorreu após a entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo do Banco, que expressa o capital em ações e permite a filiação de novos membros, países e instituições. Continuar a otimizar a estrutura organizacional para assegurar a qualidade, a rapidez e a eficácia das intervenções, mantendo o mais baixo custo das transações possível. - Após a nomeação da Presidente-Executiva, em 10 de abril de 2023, e a aprovação pela Assembleia de Governadores da reestruturação da Alta Administração do Banco, por meio da criação de quatro vice-presidências, a partir de maio de 2023, a Administração implementou a nova estrutura sem efeito sobre o orçamento aprovado para 2023 e mantendo o quadro de colaboradores dentro dos 85 cargos autorizados. Essa reorganização do nível executivo, ou estrutura primária, foi acompanhada da reorganização da estrutura secundária que, em princípio, constava do estudo especial encomendado pela Assembleia de Governadores. A contratação de tal estudo foi licitada no início de 2023, mas a adjudicação foi suspensa após a Assembleia de Governadores decidir não realizar o estudo. A análise da organização secundária, que se enquadra nos poderes delegados pela Assembleia de Governadores à Presidência-Executiva, será realizada durante o ano de 2024, utilizando-se economias orçamentárias. - No que diz respeito aos fluxos financeiros líquidos positivos, por exemplo, tem-se que para cada dólar de capital integralizado em dinheiro foram aprovados, em média, financiamentos de USD 6,1 (de USD 8 para cada USD 1, no caso dos três países de menor participação no capital, e de USD 4,3 para cada USD 1, para os dois de maior participação acionária).

Sustentar e fortalecer a classificação de risco de crédito.

- Em 2023, tanto a Standard & Poor’s como a Moody’s ratificaram a classificação de risco de crédito concedida ao Banco, de “A” e “A2”, respectivamente, embora a Standard & Poor’s tenha modificado a perspectiva para negativa considerando a situação da Argentina. A perspectiva foi novamente modificada para estável no início de 2024, com a ratificação pelas novas autoridades de governo da Argentina de que o país continuaria como membro pleno do FONPLATA.
- No início de 2023, foi emitido, pela primeira vez, título sustentável no valor de USD 54 milhões, por meio de colocação privada no Japão. Além disso, foram utilizados recursos, no valor de USD 60 milhões, das linhas de crédito existentes junto ao BID, BEI, AFD e KfD, o que demonstra o alto reconhecimento de que goza o FONPLATA como organismo multilateral de financiamento para o desenvolvimento e a integração de seus membros.

Propiciar a expansão da capacidade de empréstimo com a possível participação de outros países e órgãos de integração regional.

- A partir da entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo, no início de 2024, e da aprovação pela Assembleia de Governadores de aumento do capital autorizado de USD 3,014 bilhões para USD 6,5 bilhões, será possível iniciar a consideração da subscrição e integralização do capital, bem como da adesão de novos membros. Isso dará início a um novo ciclo institucional.

Institución proactiva, que responde con rapidez aportando soluciones innovadoras, en forma eficaz y eficiente desarrollo.

Implementar novos produtos financeiros.

- Em 2023, o Banco implementou nova linha de condições financeiras flexíveis que possibilita aos países uma gama de opções financeiras para seus financiamentos, tais como a possibilidade de modificar o calendário de pagamentos, o valor das amortizações do principal, a moeda de desembolso dos empréstimos e as taxas de juros. No início de 2024, o Banco aprovou a primeira transação utilizando este produto e desembolsou em moeda local empréstimo não soberano o valor de USD 10 milhões, negociando hedge cambial e de taxa de juros com uma contraparte financeira.
- Em 2023, foram implementadas duas novas linhas de subsídio à margem de compensação da taxa de operações por meio do FOCOM. Essas novas linhas estão diretamente relacionadas à promoção do financiamento de programas que contemplem a criação de empregos, com ênfase nas mulheres e nos jovens, e de projetos que contribuam para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Expandir a oferta adequada de serviços não financeiros.

- Como nos exercícios anteriores, e alavancando os recursos da cooperação técnica, serão realizados estudos e atividades com foco na integração regional e no apoio à busca de respostas adequadas para apoiar os países no enfrentamento dos desafios do financiamento da infraestrutura básica.

	• Esses estudos e atividades serão realizados com recursos de cooperação técnica, de modo que o efeito no orçamento de despesas administrativas seja representado pela utilização de pessoal e despesas operacionais incorridas no desenvolvimento dessas atividades. Assumir compromisso firme com a adaptação à mudança do clima e com o uso sustentável dos recursos naturais. • Em 2023 foram aprovados 4 financiamentos sob a Linha Verde, no valor de USD 58,4 milhões, a favor de governos estaduais do Brasil.
Instituição flexível, para se adequar de forma rápida e eficaz a mudanças nas expectativas e demandas de seus países membros, aliados no desenvolvimento, e mercados de capitais, mantendo a relevância e a solidez patrimonial e financeira da instituição.	Adequar a estrutura organizacional em vigor ao aumento das operações. • Como consequência do apoio da Governança e da robustez de seu perfil financeiro, em associação com a gestão prudencial que caracteriza a gestão dos recursos por parte da Administração, as agências de classificação de risco mantiveram suas respectivas notas durante 2023, embora a Standard & Poor's tenha atribuído perspectiva negativa como resultado da situação da Argentina. A perspectiva foi novamente modificada para estável no início de 2024, com a ratificação da Argentina de que o país continuaria como membro pleno do FONPLATA. Ser reconhecida como entidade financeira moderna, inovadora, ágil, eficaz e eficiente. • Em 2023, a Vice-Presidência de Desenvolvimento Estratégico, por meio da Área de Análise Econômica, continuou a produzir a análise da evolução da economia global e seu impacto nas economias dos países membros, divulgando as informações por meio do Monitor Econômico e do Relatório Semestral de Perspectivas, publicados no site do FONPLATA, bem como realizando seminários e apresentações internas. • Em 2023, foi dada continuidade ao processo de digitalização, particularmente dos sistemas de apoio a operações, contribuindo para manter o custo das transações no mesmo nível de 2022, otimizando assim o uso racional dos recursos.

10. Consistência com a missão

Consistente com seus objetivos estratégicos, desde 2013 o Banco vem focando suas ações na promoção de projetos que, por sua natureza, fomentam a integração geográfica e contribuem seja para a redução de custos ou para o aumento dos benefícios entre dois ou mais países membros.

A ênfase desses financiamentos é contribuir para que os países membros diminuam assimetrias causadas por vulnerabilidades que impactam negativamente a coordenação, logística, inclusão ou acesso às economias regional e global.

A Tabela 9, abaixo, mostra o percentual de operações de financiamento e o valor agregado dos empréstimos com impacto em mais de um país membro, bem como aqueles que focalizam áreas de fronteira.

Tabela 9: Contribuição para o desenvolvimento da integração geográfica em regiões fronteiriças*

Indicador		2018 - 2023**
Impacto esperado em mais de um país (%)***	Nº de empréstimos aprovados	31%
	Em milhares de dólares	37%
Foco em áreas geográficas de regiões fronteiriças (%)****	Nº de empréstimos aprovados	34%
	Em milhares de dólares	35%

* Com base nas informações do projeto das operações.
** Média ponderada.
*** Empréstimos aprovados com impacto em mais de um país membro/Total de empréstimos aprovados.
**** Empréstimos aprovados com impacto no desenvolvimento de regiões fronteiriças/Total de empréstimos aprovados.

Com base no número de projetos aprovados, destaca-se que 31% beneficiam mais de um país membro (37% em valor) e 34% beneficiam áreas geográficas fronteiriças da região (35% em valor).

O nicho estratégico do Banco são projetos de pequeno a médio porte que são complementares ao financiamento de outras instituições multilaterais ou regionais de desenvolvimento, priorizando projetos em áreas fronteiriças e com impacto em mais de um país membro, para promover o desenvolvimento regional e melhorar a inserção das economias regionais na economia global.

Com esse foco, o Banco procura complementar o financiamento dos países e de outras agências para o desenvolvimento, agregando valor por meio de suas intervenções. A Tabela 10, abaixo, mostra, em percentuais, o número de empréstimos que agregam valor aos países membros complementando o cofinanciamento de outros Organismos Multilaterais de Desenvolvimento (OMDs), bem como seu valor, em relação ao total de empréstimos financiados pelo Banco, e seu valor agregado.

Assim como na Tabela 9, o número de empréstimos aprovados e seu valor agregado são apresentados abaixo em percentuais relativos para as operações de financiamento que contribuíram para complementar os recursos fornecidos por outros OMDs.

Tabela 10: Complementaridade estratégica

Indicador		2018 - 2023*
Participação junto com outros OMDs	Nº de empréstimos aprovados	52%
	Em milhares de dólares	57%
Complementaridade com planos nacionais de investimento	Nº de empréstimos aprovados	86%
	Em milhares de dólares	90%
Ajuda para antecipar a decisão de investimento dos países	Nº de empréstimos aprovados	35%
	Em milhares de dólares	42%
Total de empréstimos aprovados	Nº de empréstimos aprovados	71
	Em bilhões de dólares	USD 2,694

* Média ponderada.

Em valores acumulados de aprovação de projetos desde 2018, a participação dos financiamentos concedidos pelo Banco em áreas beneficiadas pelo financiamento de outras organismos multilaterais de desenvolvimento atingiu 52%. Durante esse período, quase todas as operações das quais o Banco participou eram consideradas prioritárias nos planos nacionais de investimento público dos países membros. Além disso, 35% do montante dos recursos aprovados nesse período corresponde a iniciativas que possibilitaram antecipar a decisão de investimento dos tomadores de recursos, acelerando a oportunidade da materialização dos benefícios a serem atingidos.

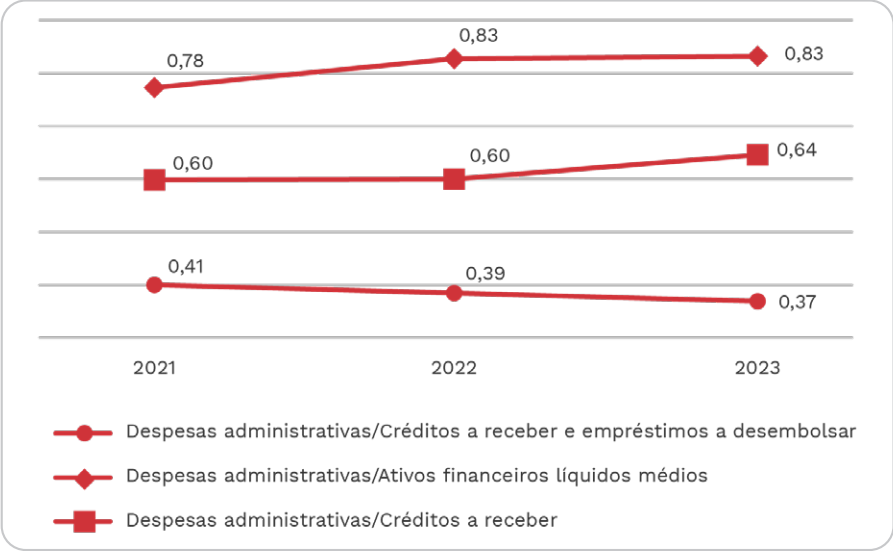
11. Eficiência operacional

Uma das características do DNA institucional do FONPLATA é seu compromisso de operar ao menor custo possível das transações sem afetar de forma alguma sua agilidade e capacidade de resposta, o que tem sido possível por meio do processo de profissionalização dos colaboradores e seu compromisso de manter consistentemente os altos níveis de produtividade e investimentos em tecnologia da informação.

Entre as medidas geralmente aceitas entre os BMDs para medir a eficiência, encontram-se os indicadores que relacionam as despesas administrativas seja com o valor da carteira de empréstimos em execução (saldos a receber e a desembolsar), com o saldo de créditos a receber ou com o valor médio dos ativos financeiros líquidos.

O gráfico a seguir ilustra a tendência do grau de eficiência alcançado no ano e o compromisso da Administração e dos colaboradores de assegurar o menor custo das transações possível.

Gráfico 10: Eficiência operacional



Como se vê no gráfico, as despesas administrativas, comparadas com a média dos ativos financeiros, permaneceu constante, embora a carteira de empréstimos tenha crescido 6,6%, considerando os países membros em seu conjunto, e 11,5%, isolando os efeitos das medidas temporárias adotadas em relação aos financiamentos para a Argentina, entre 21 de abril e 31 de dezembro de 2023.

Outro indicador relevante é o coeficiente que relaciona as receitas financeiras com as despesas de endividamento e despesas não financeiras. Dessa perspectiva, o Banco encontra-se situado numa relação de 2,3 para 1, o que lhe confere posição de conforto financeiro para fazer face a contingências, mantendo a tranquilidade no mercado de capitais (2022 – 2,2 para 1).

12. Solidez financeira e patrimonial

Como corolário dos resultados alcançados, as duas agências de classificação de risco de crédito que avaliam o Banco, Standard & Poor’s e Moody’s, mantiveram suas classificações de “A” e “A2”, respectivamente, embora a Standard & Poor’s tenha modificado a perspectiva para negativa como resultado da intenção da Argentina de sair do Banco.

Contudo, no início de 2024, em consequência da decisão da Argentina de ratificar sua vontade de permanecer como membro pleno do FONPLATA, a Standard & Poor’s modificou sua nota de classificação de risco para A com perspectiva estável.

Dado o grau de incerteza que afetou o princípio da preservação da empresa, entre 21 de abril e 31 de dezembro de 2023, a manutenção das notas de classificação de risco de crédito é indicador objetivo da importância do apoio da Governança, da determinação e capacidade de gestão da Administração e a solidez financeira do Banco.

O Banco conta com Governança robusta, que demonstrou seu apoio à Administração de forma contínua e está comprometida a assegurar que o Banco esteja nas melhores condições para apoiar o desenvolvimento e a integração de seus países membros.

O Banco possui processos de controle eficazes e eficientes, continuando a modernizar sua infraestrutura de sistemas de informação e comunicação, garantindo qualidade, validade, integridade e pontualidade em todos os seus processos financeiros e informações. Isso permitiu obter opinião sem ressalva em suas demonstrações financeiras anuais de forma contínua desde 2012 de empresas reconhecidas internacionalmente de auditores independentes. As Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas pela Ernst & Young, que emitiu seu relatório sem ressalvas, em 28 de fevereiro de 2024.

13. Financiamento dos empréstimos – liquidez e endividamento

Esta subseção inclui informações relevantes a respeito da administração do endividamento de longo prazo, bem como da liquidez e dos riscos que atingem sua gestão. Como explicado na seção 1 “Modelo de Negócio”, e com base na composição de seu capital, parte dos desembolsos do financiamento concedido deve ser financiada com recursos de terceiros.

Da mesma forma que a capacidade de empréstimo, a capacidade máxima de endividamento é determinada multiplicando por dois o total do patrimônio líquido mais os ativos líquidos de investimento. O Gráfico 11, abaixo, mostra a evolução da capacidade máxima de endividamento, utilizada e disponível para o período 2021–2023.

Em outubro de 2021, a Diretoria-Executiva aumentou o limite de endividamento de USD 1,3 bilhão para USD 2,5 bilhões, para cobrir as necessidades de financiamento projetadas até 2024.

14. Endividamento e alavancagem

Desde 2015, o FONPLATA estabelece alianças estratégicas com outros organismos internacionais multilaterais e bilaterais de cooperação para abrir diversas linhas de crédito e, em março de 2019, conseguiu acessar diretamente o mercado de capitais, com base em sua excelente classificação de risco de crédito, alcançada em 2016.

Como se indica na Nota 8.5 – “Endividamento”, das demonstrações financeiras, em 2023, o Banco contratou novos empréstimos no valor de USD 114 milhões, numa combinação de dívidas denominadas em dólares estadunidenses, no valor de USD 37 milhões, e em euros, no valor de EUR 23 milhões. Além disso, foram emitidos títulos sustentáveis no mercado japonês no valor de USD 54 milhões, e empréstimos no total de USD 105 milhões foram amortizados.

Dentre os valores captados, destaca-se por sua natureza a emissão do primeiro título sustentável emitido no Japão, em março de 2023, em duas séries no valor total agregado de JPY 7 bilhões, equivalentes a USD 54 milhões. A primeira série, equivalente a USD 22 milhões, tem vencimento em 2028, e a segunda, equivalente a USD 32 milhões, tem vencimento em 2029.

Além disso, foram tomados EUR 21 milhões, equivalentes a USD 23 milhões, da linha de crédito contratada com o KfW em dezembro de 2022, USD 19 milhões da linha de crédito contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e USD 18 milhões da linha de crédito contratada com o Banco Europeu de Investimento (BEI).

De maneira consistente com sua política de administração dos ativos e passivos financeiros, o montante captado em moedas diferentes do dólar estadunidense e em taxas diferentes da SOFR composta é objeto de operações de *hedge* para alinhar os passivos financeiros com o dólar estadunidense e a taxa de juros com a SOFR composta.

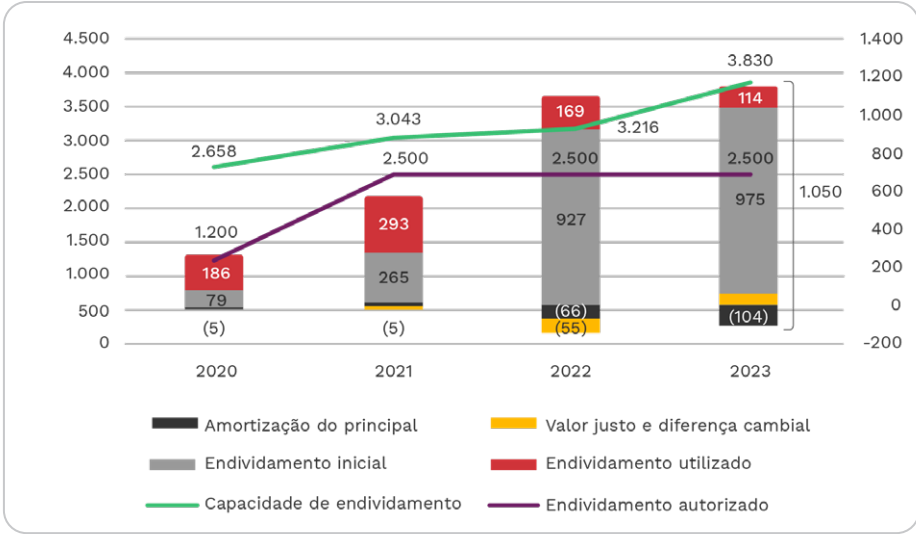
Essa política neutraliza a exposição desses passivos a mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros, mitigando o impacto potencial nos fluxos de caixa e nos resultados.

Como se indica nas Notas 4.10 e 8.5 (ii), essas operações de cobertura (*hedge*) estão classificadas em 31 de dezembro de 2023 como coberturas a valor justo. A adoção desse critério, que é consistente com a Norma Internacional de Relatório Financeiro (IFRS) 9, implica o reconhecimento da dívida original e das operações de cobertura a receber e a pagar por seu valor justo. O valor líquido dessas diferenças é registrado no resultado do exercício em outros resultados não operacionais. Em 2023, o resultado do exercício inclui perdas não realizadas em operações de cobertura de USD 1,4 milhão (2022 – USD 6,4 milhões de lucros não realizados).

O montante total de endividamento contratado a partir de 31 de dezembro de 2023, incluindo custos de captação não amortizados e ajustes a valor justo de empréstimos contratados sujeitos a operações de cobertura, é de USD 1,05 bilhão (2022 – USD 975 milhões).

O perfil de vencimento das dívidas contratadas abrange vencimentos entre 2023 e 2042, o que deixa capacidade de endividamento disponível de USD 2,796 bilhões em relação ao valor máximo de endividamento autorizado pela Diretoria-Executiva em 2021 (Gráfico 11).

Gráfico 11: Capacidade de endividamento e dívidas a pagar (Em milhões de dólares estadunidenses)



15. Liquidez

O principal objetivo dos investimentos é garantir nível suficiente de liquidez para atender os desembolsos de empréstimos atuais, o serviço e a amortização da dívida contratada e seus custos operacionais estimados por período de 12 meses.

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,2 e 1,7 ano, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a liquidez era de USD 731 milhões, dos quais USD 324 milhões correspondiam a caixa e equivalentes de caixa, e USD 407 milhões, a carteiras de investimentos disponíveis para venda. O valor de caixa e equivalentes de caixa inclui certificados de depósito de prazo fixo, classificados originalmente na carteira de investimentos mantidos até o vencimento, no valor de USD 279 milhões, e aqui registrados em caixa e equivalentes de caixa por terem sido adquiridos com prazo de vencimento original de até 90 dias desde a data da compra.

O total de ativos líquidos em 31 de dezembro de 2023 equivale a 47% dos ativos financeiros líquidos e do patrimônio líquido (2023 – 44%). Esses índices e cobertura de liquidez são consistentes com a política de liquidez do Banco, para responder à maior demanda por desembolsos em empréstimos contratados pelos países membros.

Com relação à gestão de investimentos e com base em sua política prudencial de gerenciamento de ativos e passivos financeiros, são estabelecidos limites de risco rigorosamente observados, garantindo que o risco médio da carteira de investimentos não seja menor que AA-.

A Tabela 11, a seguir, apresenta o desempenho em relação aos limites vigentes, estabelecidos na política e regulamento de investimentos, que foram cumpridos sem desvios em 2023 e 2022, respectivamente.

Tabela 11: Gestão da carteira de investimentos

Limites	2022	2023
Por tipo de ativo		
Soberano, inclui agências quase e subsoberanas	53%	44%
Organismos Multilaterais de Desenvolvimento	29%	38%
Setor financeiro privado	18%	18%
Por emissor		
Soberano, inclui agências quase e subsoberanas	14%	8%
Organismos Multilaterais de Desenvolvimento	9%	8%
Setor financeiro privado	12%	5%
Por classificação		
Média de classificação da carteira	AA+	AA
Classificação mínima de investimento	BBB	BBB-
Máximo de investimentos com BBB	0,50%	7,57%
Por prazo		
Liquidez mínima em milhões de dólares	USD 536,3	USD 706,8
Investimentos com vencimento máximo em anos	3,3	4,8

16. Eficácia institucional

Em 2023, apesar do alto grau de incerteza em relação ao princípio da preservação da empresa causado pela vontade da Argentina de sair do FONPLATA, como se vê nos parágrafos anteriores, a instituição continuou com o ritmo de crescimento iniciado ao final de 2012, com a implementação do modelo de gestão aprovado pela Assembleia de Governadores em 2010.

Entre 2012 e 2023, a capacidade de empréstimo média anual aumentou mais de 12 vezes, e a carteira de empréstimos cresceu mais de 7 vezes, a uma média anual de 20%. O capital autorizado aumentou mais de 6 vezes, de USD 489 milhões para USD 3,014 bilhões, e obtiveram-se notas de classificação de risco A e A2, com perspectiva estável, de duas das agências internacionais de classificação de risco de mais prestígio.

Os avanços na especialização funcional possibilitaram a transformação efetiva do FONPLATA, inicialmente concebido como fundo para apoiar a integração regional, em Banco multilateral para o desenvolvimento e a integração de seus países membros, o que foi potencializado com a entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo, em 27 de janeiro de 2024, com a possibilidade de admitir novos membros.

O processo de transformação de Fundo Regional em Banco de Desenvolvimento, a partir da aprovação das reformas de seu Convênio Constitutivo, ao final de 2018, e a aprovação do PEI para o período 2022–2026, colocou o foco do Banco no financiamento de projetos de infraestrutura sustentáveis, voltados para o fortalecimento da integração regional em seus três sentidos: físico, socioeconômico e de preservação das condições de vida das futuras gerações. Todo um leque de projetos teve impacto em várias regiões geográficas dos países membros, privilegiando as intervenções em áreas de fronteira.

As ações do Banco promoveram a aproximação com os países. Isso torna-se visível na rápida capacidade de resposta e nos menores custos das transações. A instituição configurou sua estrutura organizacional promovendo a profissionalização da gestão de seus recursos financeiros e de seu capital humano. O perfil adotado caracteriza-se pela gestão prudencial baseada em resultados e pela administração proativa dos riscos, assegurando adequado cumprimento de suas políticas e dos limites de risco estabelecidos.

A criação de valor para os países baseia-se em assegurar fluxos financeiros líquidos positivos para todos os países nas menores taxas de juros possíveis.

17. Gestão de riscos e compliance

Parte integral do estilo de gestão prudencial adotada pelo Banco no final de 2012 consiste nos processos de planejamento por resultados e na gestão integral dos riscos.

Em 2021, foi realizado processo de autoavaliação com foco na identificação dos principais riscos que afetam a operação, incluindo o risco de conformidade da prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo. Em relação a este último, o processo confirmou novamente que o nível de risco para a instituição é baixo. Como resultado, foram feitas melhorias no Manual de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo do FONPLATA. Entre as modificações introduzidas estão:

- a. Proibição expressa de operar com “bancos de fachada” e bancos sem licença.
- b. Melhorias na confidencialidade no manuseio interno de operações suspeitas.
- c. Melhorias nas informações a serem enviadas por entidades executoras que solicitam pagamentos diretos.

Dentre os resultados esperados, contidos no Documento de Programas e Orçamento aprovado para 2024–2026, inclui-se a adoção do COSO – ERM, que constitui padrão no marco de controle interno baseado nos riscos. Isso permitirá levar o processo de certificação anual de controles e processos a todos os níveis do Banco, o que oferecerá maior grau de confiança tanto na qualidade da gestão como na confiabilidade e transparência da informação gerada interna e externamente.

18. Contribuição para o crescimento da sub-região

O crescimento do volume de empréstimos aprovados é um dos indicadores relevantes utilizados pelo Banco para medir sua contribuição ao desenvolvimento e integração regional e global de seus países membros. Em 2023, o volume de empréstimos aprovados cresceu 27% em relação ao ano anterior, equivalente a mais de 10 vezes o volume acumulado até 2012.

A taxa de alavancagem dos recursos mobilizados tem subido progressivamente, atingindo 2,2 vezes por dólar de financiamento aprovado em 2023 (Tabela 10). Essa alavancagem possibilitou, em 2022, fluxos de empréstimos líquidos positivos para todos os países, que em valor agregado equivalem a 2,1 vezes o montante de amortizações de principais, juros e taxas.

Os fluxos líquidos de capital e as transferências líquidas aos países têm sido positivos e crescentes nos últimos anos.

Tabela 12: Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico

Indicador	2021	2022	2023
Variação anual de carteira de empréstimos	21,4%	15,8%	6,6%
Coeficiente de mobilização direta de recursos*	2,1	2,1	2,1
Fluxo líquido de capital para os países membros**	USD 268	USD 241	USD 116
Transferências líquidas para os países membros***	USD 227	USD 184	USD 21
Financiamento para países de menor desenvolvimento relativo/Total de aprovações****	44%	66%	96%
Financiamento preferencial para países de menor desenvolvimento relativo*****	33%	12%	36%

* Recursos totais mobilizados sobre recursos fornecidos pelo Banco.
** Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal.
*** Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal e cobranças de juros e taxas.
**** Desde a aprovação do financiamento da Linha Verde e da linha de Financiamento para Recuperação Econômica, todos os financiamentos que possuem esses componentes se qualificam para o FOCOM/número de projetos beneficiados.
***** Montante de empréstimos financiados pelo FOCOM/Montante total de empréstimos aprovados.

ANEXOS



I.
**INFORMAÇÕES
HISTÓRICAS DAS
OPERAÇÕES
APROVADAS**

Argentina						
Código	Aprovado	Cancelado	Pago	A pagar	Amortizado	A receber
ARG-02/83	7,100,000,00	0,00	7,100,000,00	0,00	7,100,000,00	0,00
ARG-03/83	9.200.000,00	61.130,72	9.138.869,28	0,00	9.138.869,28	0,00
ARG-04/93	1.462.438,00	25.303,72	1.437.134,28	0,00	1.437.134,28	0,00
ARG-05/94	2.244.211,00	2.244.211,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARG-06/94	34.836.132,00	529.003,26	34.307.128,74	0,00	34.307.128,74	0,00
ARG-07/94	22.477.306,00	516.898,00	21.960.408,00	0,00	21.960.408,00	0,00
ARG-08/94	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	0,00
ARG-09/96	3.238.200,00	2.881.119,73	357.080,27	0,00	357.080,27	0,00
ARG-10/96	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
ARG-11/99	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARG-12/02	900.000,00	121.638,71	778.361,29	0,00	778.361,29	0,00
ARG-12/2002	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARG-13/03	51.000.000,00	0,00	51.000.000,00	0,00	51.000.000,00	0,00
ARG-14/04	22.485.000,00	35,63	22.484.964,37	0,00	22.484.964,37	0,00
ARG-15/2004	27.650.000,00	27.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARG-16/2006	450.000,00	44.407,38	405.592,62	0,00	405.592,62	0,00
ARG-17/2006	47.200.000,00	0,00	47.200.000,00	0,00	27.175.251,76	20.024.748,24
ARG-18/2006	4.500.000,00	580.457,88	3.919.542,12	0,00	3.919.542,12	0,00
ARG-19/2013	25.000.000,00	1.410.347,90	23.589.652,10	0,00	12.838.152,82	10.751.499,28
ARG-20/2014	9.953.383,00	7.767.380,47	2.186.002,53	0,00	950.435,90	1.235.566,63
ARG-21/2014	28.170.000,00	5.845.004,25	22.324.995,75	0,00	10.087.859,88	12.237.135,87
ARG-22/2014	18.400.000,00	1.686.875,23	16.713.124,77	0,00	7.665.956,18	9.047.168,59
ARG-23/2015	35.000.000,00	0,00	25.160.219,00	9.839.781,00	6.117.564,92	19.042.654,08
ARG-24/2015	35.000.000,00	20.489.807,53	14.510.192,47	0,00	5.207.849,80	9.302.342,67
ARG-25/2016	12.000.000,00	3.998.999,56	8.001.000,44	0,00	4.606.630,31	3.394.370,13
ARG-26/2016	7.500.000,00	358.329,53	7.141.670,47	0,00	5.294.181,20	1.847.489,27
ARG-27/2016	20.000.000,00	0,00	19.999.999,96	0,04	13.932.044,68	6.067.955,28
ARG-28/2016I	20.000.000,00	0,00	18.152.498,23	1.847.501,77	4.675.218,64	13.477.279,59
ARG-29/2016I	20.000.000,00	0,00	3.234.779,86	16.765.220,14	766.808,47	2.467.971,39
ARG-30/2016	10.000.000,00	9.917.789,67	82.210,33	0,00	57.547,24	24.663,09
ARG-31/2016I	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00	12.000.000,00	8.000.000,00

ARG-31/2016II	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00	13.333.333,34	6.666.666,66
ARG-32/2016	33.000.000,00	33.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARG-33/2017	5.000.000,00	1.778.589,63	3.221.410,37	0,00	3.221.410,37	0,00
ARG-34/2017	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARG-35/2017	22.200.000,00	0,00	8.649.784,00	13.550.216,00	1.107.304,15	7.542.479,85
ARG-36/2017	40.000.000,00	0,00	33.679.964,63	6.320.035,37	3.061.814,96	30.618.149,67
ARG-37/2018	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	2.259.548,34	4.740.451,66
ARG-38/2018	50.000.000,00	6.485,00	49.993.515,00	0,00	8.817.348,71	41.176.166,29
ARG-39/2018	37.214.064,00	0,00	29.810.145,02	7.403.918,98	0,00	29.810.145,02
ARG-40/2018	10.849.706,00	0,00	10.849.706,00	0,00	0,00	10.849.706,00
ARG-41/2019	30.000.000,00	0,00	8.646.678,49	21.353.321,51	0,00	8.646.678,49
ARG-42/2019I	50.000.000,00	0,00	25.684.201,56	24.315.798,44	431.368,06	25.252.833,50
ARG-42/2019II	70.000.000,00	0,00	3.500.000,00	66.500.000,00	0,00	3.500.000,00
ARG-43/2019I	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
ARG-43/2019II	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
ARG-44/2019I	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
ARG-44/2019II	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
ARG-45/2019	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARG-46/2020	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
ARG-47/2020	30.000.000,00	0,00	18.000.000,00	12.000.000,00	0,00	18.000.000,00
ARG-48/2020I	20.000.000,00	0,00	18.267.733,43	1.732.266,57	0,00	18.267.733,43
ARG-48/2020II	20.000.000,00	0,00	0,00	20.000.000,00	0,00	0,00
ARG-49/2020	20.000.000,00	0,00	3.560.010,51	16.439.989,49	0,00	3.560.010,51
ARG-50/2020	15.000.000,00	0,00	7.320.536,17	7.679.463,83	0,00	7.320.536,17
ARG-51/2021	28.000.000,00	0,00	5.458.583,00	22.541.417,00	0,00	5.458.583,00
ARG-52/2021	5.000.000,00	0,00	194.000,00	4.806.000,00	0,00	194.000,00
ARG-53/2021	18.000.000,00	0,00	1.899.000,00	16.101.000,00	0,00	1.899.000,00
ARG-54/2021	5.000.000,00	0,00	1.510.000,00	3.490.000,00	0,00	1.510.000,00
ARG-55/2021	13.300.000,00	0,00	1.403.150,00	11.896.850,00	0,00	1.403.150,00
ARG-56/2021	15.000.000,00	0,00	1.567.500,00	13.432.500,00	0,00	1.567.500,00
ARG-57/2021	12.000.000,00	0,00	1.266.000,00	10.734.000,00	0,00	1.266.000,00
ARG-58/2021	25.000.000,00	0,00	2.667.500,00	22.332.500,00	0,00	2.667.500,00
ARG-59/2022	43.600.000,00	0,00	0,00	43.600.000,00	0,00	0,00
ARG-60/2022	33.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ARG-61/2022	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.359.830.440,00	172.413.814,80	769.334.845,06	374.681.780,14	308.496.710,70	460.838.134,36
Bolívia						
BOL-01/79	585.000,00	0,00	585.000,00	0,00	585.000,00	0,00
BOL-02/80	423.000,00	0,00	423.000,00	0,00	423.000,00	0,00
BOL-03/81	234.000,00	0,00	234.000,00	0,00	234.000,00	0,00
BOL-04/81	7.000.000,00	64.739,20	6.935.260,80	0,00	6.935.260,80	0,00
BOL-05/82	7.500.000,00	405.324,45	7.094.675,55	0,00	7.094.675,55	0,00
BOL-06/83	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
BOL-07/86	720.000,00	9.252,00	710.748,00	0,00	710.748,00	0,00
BOL-08/85	19.500.000,00	156.243,15	19.343.756,85	0,00	19.343.756,85	0,00
BOL-09/89	8.280.000,00	0,00	8.280.000,00	0,00	8.280.000,00	0,00
BOL-10/89	13.877.500,00	73.632,67	13.803.867,33	0,00	13.803.867,33	0,00
BOL-11/89	8.800.000,00	506.660,00	8.293.340,00	0,00	8.293.340,00	0,00
BOL-12/90	13.700.000,00	2.255,74	13.697.744,26	0,00	13.697.744,26	0,00
BOL-13/90	4.500.000,00	0,11	4.499.999,89	0,00	4.499.999,89	0,00
BOL-14/92	2.087.000,00	165.140,86	1.921.859,14	0,00	1.921.859,14	0,00
BOL-15/92	10.000.000,00	3.529,97	9.996.470,03	0,00	9.996.470,03	0,00
BOL-16/94	728.209,00	104.436,03	623.772,97	0,00	623.772,97	0,00
BOL-17/94	18.220.499,00	307.060,69	17.913.438,31	0,00	17.913.438,31	0,00
BOL-18/2004	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00	0,00
BOL-19/2011	63.450.000,00	0,00	63.450.000,00	0,00	30.398.577,84	33.051.422,16
BOL-20/2013	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00	0,00	18.955.513,88	16.044.486,12
BOL-21/2014	34.753.571,00	457.698,04	34.295.872,96	0,00	16.637.857,09	17.658.015,87
BOL-22/2014	20.531.123,00	3.169.670,34	17.361.452,66	0,00	8.082.654,36	9.278.798,30
BOL-23/2014	26.000.000,00	0,00	26.000.000,00	0,00	12.976.129,53	13.023.870,47
BOL-24/2014	13.400.000,00	29.566,77	13.370.433,23	0,00	6.130.403,11	7.240.030,12
BOL-25/2015	5.000.000,00	155.505,16	4.844.494,84	0,00	4.844.494,84	0,00
BOL-26/2015	50.000.000,00	0,00	40.575.322,18	9.424.677,82	10.035.785,06	30.539.537,12
BOL-27/2016	50.000.000,00	0,00	21.033.083,58	28.966.916,42	4.780.246,25	16.252.837,33
BOL-28/2016	10.000.000,00	1.148.982,59	8.851.017,41	0,00	3.491.512,70	5.359.504,71
BOL-29/2017	10.000.000,00	630.000,00	9.370.000,00	0,00	2.602.777,80	6.767.222,20
BOL-30/2017	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00	0,00	7.272.727,28	32.727.272,72
BOL-32/2018I	65.000.000,00	0,00	65.000.000,00	0,00	0,00	65.000.000,00

BOL-32/2018II	35.000.000,00	360.000,00	34.640.000,00	0,00	0,00	34.640.000,00
BOL-33/2019	41.942.761,00	0,00	32.060.111,72	9.882.649,28	0,00	32.060.111,72
BOL-34/2021	100.000.000,00	0,00	85.650.000,00	14.350.000,00	0,00	85.650.000,00
BOL-35/2022	40.000.000,00	0,00	35.324.172,11	4.675.827,89	0,00	35.324.172,11
BOL-36/2023	57.246.082,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BOL-37/2023	56.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	910.528.745,37	7.749.697,77	722.182.893,82	67.300.071,41	281.565.612,87	440.617.280,95
Brasil						
BR-01/94	20.000.000,00	594.089,21	19.405.910,79	0,00	19.405.910,79	0,00
BR-02/95	1.143.000,00	97.816,48	1.045.183,52	0,00	1.045.183,52	0,00
BR-03/95	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	0,00
BR-04/97	13.400.000,00	9.989,63	13.390.010,37	0,00	13.390.010,37	0,00
BR-05/2001	24.000.000,00	0,00	24.000.000,00	0,00	24.000.000,00	0,00
BR-06/2002	6.148.348,00	0,00	6.148.348,00	0,00	6.148.348,00	0,00
BR-07/2003	27.500.000,00	0,00	27.500.000,00	0,00	27.500.000,00	0,00
BR-08/2004	22.400.000,00	88.736,00	22.311.264,00	0,00	21.562.555,20	748.708,80
BR-09/2005	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	0,00	23.333.333,36	4.666.666,64
BR-10/2006	11.800.000,00	65.644,16	11.734.355,84	0,00	8.995.326,38	2.739.029,46
BR-11/2006	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00
BR-12/2007	17.061.000,00	0,00	17.061.000,00	0,00	13.208.516,16	3.852.483,84
BR-13/2007	14.750.000,00	3.321,79	14.746.678,23	-0,02	10.320.984,52	4.425.693,71
BR-14/2008	19.250.000,00	19.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BR-15/2008	8.910.000,00	0,00	8.910.000,00	0,00	5.837.586,22	3.072.413,78
BRA-16/2014	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00	0,00	5.716.135,96	34.283.864,04
BRA-17/2017	17.250.000,00	0,00	14.837.455,38	2.412.544,62	0,00	14.837.455,38
BRA-18/2017	40.000.000,00	0,00	5.054.963,75	34.945.036,25	459.542,16	4.595.421,59
BRA-19/2017	34.700.000,00	34.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-20/2017	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-21/2018	62.500.000,00	0,00	42.339.731,86	20.160.268,14	3.378.920,50	38.960.811,36
BRA-22/2019	27.600.000,00	0,00	19.345.600,00	8.254.400,00	0,00	19.345.600,00
BRA-23/2019	25.000.000,00	0,00	12.937.325,97	12.062.674,03	0,00	12.937.325,97
BRA-24/2019	15.997.360,00	15.997.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-25/2020	34.000.000,00	0,00	32.295.638,20	1.704.361,80	0,00	32.295.638,20
BRA-26/2020	32.000.000,00	4.500.000,00	7.500.000,00	20.000.000,00	0,00	7.500.000,00

BRA-27/2020	46.880.000,00	46.880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-28/2021	16.000.000,00	0,00	3.252.000,00	12.748.000,00	0,00	3.252.000,00
BRA-29/2021	30.000.000,00	0,00	3.409.497,01	26.590.502,99	0,00	3.409.497,01
BRA-30/2021	11.130.000,00	11.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-31/2021	25.000.000,00	0,00	2.675.000,00	22.325.000,00	0,00	2.675.000,00
BRA-32/2021	50.000.000,00	0,00	5.275.000,00	44.725.000,00	0,00	5.275.000,00
BRA-33/2022	40.000.000,00	0,00	4.220.000,00	35.780.000,00	0,00	4.220.000,00
BRA-34/2022	22.000.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00	0,00	0,00
BRA-35/2022	30.000.000,00	0,00	3.165.000,00	26.835.000,00	0,00	3.165.000,00
BRA-36/2022	42.000.000,00	0,00	0,00	42.000.000,00	0,00	0,00
BRA-37/2022	60.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-38/2023	40.000.000,00	0,00	0,00	40.000.000,00	0,00	0,00
BRA-39/2023	30.000.000,00	0,00	0,00	30.000.000,00	0,00	0,00
BRA-40/2023	39.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-41/2023	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRA-42/2023	52.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.190.019.708,00	183.316.957,27	403.159.962,92	402.542.787,81	196.902.353,14	206.257.609,78
Paraguai						
PAR-02/79	3.000.000,00	2.182.148,05	817.851,95	0,00	817.851,95	0,00
PAR-03/78	675.000,00	33,78	674.966,22	0,00	674.966,22	0,00
PAR-04/81	4.000.000,00	1.203.595,80	2.796.404,20	0,00	2.796.404,20	0,00
PAR-05/84	8.400.000,00	1.750.378,05	6.649.621,95	0,00	6.649.621,95	0,00
PAR-06/84	15.000.000,00	2.491.069,43	12.508.930,57	0,00	12.508.930,57	0,00
PAR-07/85	2.300.000,00	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR-08/86	20.300.000,00	28.557,79	20.271.442,21	0,00	20.271.442,21	0,00
PAR-09/90	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR-10/92	7.000.000,00	6.167.856,81	832.143,19	0,00	832.143,19	0,00
PAR-11/93	3.800.000,00	3.128,71	3.796.871,29	0,00	3.796.871,29	0,00
PAR-12/93	20.000.000,00	2.287.264,51	17.712.735,49	0,00	17.712.735,49	0,00
PAR-13/93	34.580.300,00	261.126,86	34.319.173,14	0,00	34.319.173,14	0,00
PAR-14/94	1.547.573,00	10.143,43	1.537.429,57	0,00	1.537.429,57	0,00
PAR-15/94	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00
PAR-16/2001	500.000,00	220.000,00	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00
PAR-16/2001 I	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00	0,00

PAR-17/2002	20.251.900,00	39.119,39	20.212.780,61	0,00	20.212.780,61	0,00
PAR-18/2004	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR-19/2011	97.928.094,00	0,00	97.928.094,00	0,00	40.521.969,96	57.406.124,04
PAR-20/2015I	70.000.000,00	0,00	70.000.000,00	0,00	14.736.842,12	55.263.157,88
PAR-20/2015II	70.000.000,00	0,00	68.487.576,93	1.512.423,07	9.755.806,89	58.731.770,04
PAR-21/2015	15.000.000,00	123.767,44	14.876.232,56	0,00	6.125.507,50	8.750.725,06
PAR-22/2016	42.750.000,00	0,00	32.297.630,58	10.452.369,42	4.373.771,86	27.923.858,72
PAR-23/2016	42.911.000,00	0,00	32.346.256,42	10.564.743,58	1.397.680,37	30.948.576,05
PAR-24/2017	42.857.143,00	0,00	31.741.093,88	11.116.049,12	1.477.931,33	30.263.162,55
PAR-25/2018	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR-26/2018	70.000.000,00	0,00	63.066.539,07	6.933.460,93	5.255.544,92	57.810.994,15
PAR-27/2019I	130.000.000,00	0,00	0,00	130.000.000,00	0,00	0,00
PAR-28/2020I	134.245.764,00	0,00	15.170.244,52	119.075.519,48	0,00	15.170.244,52
PAR-29/2022	45.000.000,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00	0,00
	942.776.774,00	41.298.190,05	566.824.018,35	334.654.565,60	224.555.405,34	342.268.613,01
Uruguai						
UR-02/82	2.000.000,00	1.285.844,26	714.155,74	0,00	714.155,74	0,00
UR-03/84	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
UR-04/88	3.534.170,00	5.300,44	3.528.869,56	0,00	3.528.869,56	0,00
UR-05/92	19.726.500,00	906.415,18	18.820.084,82	0,00	18.820.084,82	0,00
UR-06/92	441.327,00	165.506,00	275.821,00	0,00	275.821,00	0,00
UR-07/93	953.953,00	4.395,08	949.557,92	0,00	949.557,92	0,00
UR-08/93	1.830.000,00	0,00	1.830.000,00	0,00	1.830.000,00	0,00
UR-09/93	336.642,00	336.642,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UR-10/94	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00
UR-11/94	515.560,00	43.877,33	471.682,67	0,00	471.682,67	0,00
UR-12/2003	30.000.000,00	18.354.612,03	11.645.387,97	0,00	11.645.387,97	0,00
UR-13/2012	112.000.000,00	0,00	111.999.999,94	0,06	48.817.935,22	63.182.064,72
URU-14/2014	30.500.000,00	0,00	30.500.000,00	0,00	8.380.198,96	22.119.801,04
URU-15/2014	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URU-16/2015	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00	0,00	13.124.999,97	21.875.000,03
URU-17/2015	30.500.000,00	0,00	30.500.000,00	0,00	11.437.499,97	19.062.500,03
URU-18/2016	27.500.000,00	0,00	27.500.000,00	0,00	27.500.000,00	0,00

URU-19/2018	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00	0,00	2.272.727,27	47.727.272,73
URU-20/2018	60.535.000,00	0,00	60.535.000,00	0,00	5.263.913,04	55.271.086,96
URU-21/2020	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
URU-22/2020I	21.000.000,00	7.151.695,44	13.848.304,56	0,00	0,00	13.848.304,56
URU-23/2023I	40.000.000,00	0,00	39.999.999,50	0,50	0,00	39.999.999,50
URU-23/2023II	20.000.000,00	0,00		20.000.000,00		0,00
URU-24/2023	150.000.000,00	0,00	30.825.000,00	119.175.000,00	0,00	30.825.000,00
	718.373.152,00	68.254.287,76	510.943.863,68	139.175.000,56	182.032.834,11	328.911.029,57
Total:	5.121.528.819,37	473.032.947,65	2.972.445.583,83	1.318.354.205,52	1.193.552.916,16	1.778.892.667,67



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS 2023-2022

FONPLATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31
de dezembro de 2023 e 2022,
com o relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Assembleia de Governadores,
FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
(FONPLATA) – Banco Multilateral de Desenvolvimento

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras do **FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA** – Banco Multilateral de Desenvolvimento (denominado FONPLATA), que incluem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações dos resultados abrangentes, a evolução do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa no exercício findo nessa data, assim como as notas explicativas das demonstrações financeiras, que incluem informações das políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma adequada, em todos os seus aspectos materiais, a posição financeira do FONPLATA em 31 de dezembro de 2023, bem como os resultados abrangentes e fluxos de caixa do exercício findo na referida data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Base para opinião

Conduzimos nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (*International Standards on Auditing* – ISA). Nossas responsabilidades de acordo com essas normas são descritas na seção “Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras” de nosso relatório. Somos independentes da empresa, em conformidade com o Código Internacional de Ética para Profissionais da Contabilidade (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código de Ética do IESBA), e com os requisitos de ética aplicáveis à nossa auditoria das demonstrações financeiras no México pelo Código de Ética Profissional do Instituto Mexicano de Peritos-Contadores (Código de Ética do IMCP). Além disso, agimos de acordo com as demais responsabilidades de ética de acordo com esses requisitos e com o Código de Ética do IESBA.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos proporciona base suficiente e adequada para emitir nosso parecer.

Assuntos-chave de auditoria

Os assuntos-chave de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Tais assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e da formação de nossa opinião sobre eles; não expressamos parecer em separado sobre esses assuntos. Para cada assunto-chave da auditoria, descrevemos como foi abordado no contexto desta auditoria.

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento

Demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Conteúdo:

Relatório de revisão das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial
Demonstração dos resultados abrangentes
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração da evolução do patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

Cumprimos as responsabilidades descritas na seção “Responsabilidades do auditor” em relação à auditoria das demonstrações financeiras de nosso relatório, incluindo aquelas relacionadas com esses assuntos. Em consequência, nossa auditoria aplicou procedimentos concebidos para responder a nossa avaliação dos riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos de auditoria, incluindo os procedimentos realizados para responder aos assuntos descritos abaixo, fornecem as bases para nosso parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras anexas.

Avaliação dos instrumentos de *hedge*

Descrição e razão para considerá-lo assunto-chave de auditoria

Consideramos assunto-chave a avaliação dos instrumentos de *hedge* e sua classificação porque a Administração usa técnicas de avaliação que envolvem julgamentos quando é preciso usar insumos de fontes diversas e modelos complexos de avaliação, portanto, requerem o envolvimento de nossos especialistas para validá-lo.

Nas Notas 4.10 e 8.5 (ii) e (iii) das demonstrações financeiras anexas até 31 de dezembro de 2023 é descrita a política contábil aplicada às técnicas de validação e os supostos usados no reconhecimento dos investimentos em instrumentos de cobertura, bem como sua integralização.

Como respondemos ao assunto-chave da auditoria

A compreensão do processo do ambiente de controle estabelecidos pelo FONPLATA sobre o processo de validação de investimentos em instrumentos de cobertura fez parte dos procedimentos de auditoria, da mesma forma que a inspeção da origem contratual das transações e dos contratos de financiamento, bem como dos respectivos contratos derivativos e a avaliação do critério de contabilização dos instrumentos financeiros como “*Hedge* de fluxo de caixa ou de valor justo”.

Nossos especialistas revisaram a razoabilidade da avaliação dos instrumentos financeiros derivativos de cobertura, inspecionaram o cálculo do valor justo dos derivativos, por meio da seleção adequada das curvas de valor, e obtiveram das contrapartes a confirmação dos saldos de garantia no encerramento do exercício.

A avaliação da adequação das divulgações relacionadas com os instrumentos financeiros de cobertura nas demonstrações financeiras anexas até 31 de dezembro de 2023 também fez parte desses procedimentos.

Responsabilidades da Administração e dos responsáveis pela governança do FONPLATA em relação às demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do FONPLATA em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, devido a fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do FONPLATA de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do FONPLATA são encarregados da supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras em seu conjunto estão livres de distorção relevante, decorrentes de fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável confere alto grau de segurança, porém, não garante que uma auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Financeira sempre consiga detectar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, podem influenciar as decisões econômicas que os usuários possam tomar com base nas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria Financeira, exercemos nosso julgamento profissional e mantemos sempre atitude de ceticismo profissional. Ademais:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, planejamos e aplicamos procedimentos de auditoria para responder a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção relevante devida à fraude é maior do que de uma distorção relevante devida a erro, pois a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias e não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis aplicadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se há incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional do FONPLATA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria sobre as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se essas divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas na evidência de auditoria obtida até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se estas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos aos responsáveis pela governança do FONPLATA, entre outras questões, o alcance planejado, a época da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, bem como quaisquer deficiências significativas nos controles internos identificados durante o curso da auditoria.

Também fornecemos aos responsáveis pela governança do Banco declaração de que cumprimos os requisitos éticos aplicáveis em relação à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos e outras questões que podem afetar razoavelmente a nossa independência e, quando apropriado, as salvaguardas correspondentes.

Entre os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança do FONPLATA, identificamos os mais relevantes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício em curso e que são, por conseguinte, os assuntos-chave da auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que disposições legais ou regulamentares proibam sua divulgação pública ou, em circunstâncias extremamente raras, determinemos que um assunto não deva constar de nosso relatório porque é razoável esperar que as consequências adversas de fazê-lo constar superem os benefícios de interesse público daí decorrentes.

O sócio responsável por esta auditoria assina abaixo.

Este Relatório do Auditor Independente e as demonstrações financeiras que o acompanham foram traduzidos para o português apenas por conveniência.

Mancera, S.C.
Integrante da
Ernst & Young Global Limited


C.P.C. José Luis Loaeza Leyva

Cidade do México,
23 de fevereiro de 2024



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de dólares estadunidenses)

		Em 31 de dezembro de		
		2023		2022
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa – Notas 8.1 e 8.3			324.216	217.589
Investimentos				
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – Nota 8.2	376.448		338.850	
Ao custo amortizado	30.000	406.448	-.-	338.850
Carteira de empréstimos – Nota 8.4		1.853.302		1.744.396
Juros acumulados				
De investimentos – Notas 8.2 e 8.3	3.292		1.374	
De empréstimos – Nota 8.4	39.466	42.758	28.182	29.556
Outros ativos				
Hedges de valor justo – Nota 8.5 (ii)	6.799		5	
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.216		5.679	
Diversos – Nota 9.2	1.398	13.413	1.088	6.772
Total do ativo		<u>2.640.137</u>		<u>2.337.163</u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivos				
Dívidas – Nota 8.5	1.050.047		975.343	
Outros passivos – Nota 9.3	16.033		10.294	
Fundos especiais – Nota 8.6	24.507		22.635	
Total do passivo		<u>1.090.587</u>		<u>1.008.272</u>
Patrimônio Líquido				
Capital – Nota 10.1				
Autorizado	3.014.200		3.014.200	
Menos exigível	(1.665.000)		(1.665.000)	
Capital em dinheiro	1.349.200		1.349.200	
Capital em dinheiro a ser integralizado	(138.833)	1.210.367	(267.540)	1.081.660
Reserva geral – Nota 10.3		246.910		203.595
Outras reservas – Nota 10.2		210		(3.979)
Resultados acumulados – Nota 10.3		92.063		47.615
Total do patrimônio líquido		<u>1.549.550</u>		<u>1.328.891</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.640.137</u>		<u>2.337.163</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2023	2022
RECEITAS – Nota 11		
Carteira de Empréstimos		
Juros	139.352	69.613
Outras receitas de empréstimos	7.344	5.900
	<u>146.696</u>	<u>75.513</u>
Investimentos		
Juros	28.871	2.096
Outros	861	13
	<u>29.732</u>	<u>2.109</u>
Receitas financeiras	<u>176.428</u>	<u>77.622</u>
DESPESAS		
Juros e custo da dívida	(65.352)	(25.176)
Receitas financeiras líquidas	<u>111.076</u>	<u>52.446</u>
Outras receitas/despesas	(754)	7.390
Receitas antes de provisões e despesas administrativas	110.322	59.836
Provisão p/perdas esperadas em empréstimos – Notas 3 e 8.4	(5.891)	(1.171)
Receitas depois da provisão p/perdas esperadas em empréstimos	<u>104.431</u>	<u>58.665</u>
Despesas administrativas – Nota 12	(12.368)	(11.050)
Receita líquida	<u>92.063</u>	<u>47.615</u>
<i>Rubricas que podem ser reclassificadas na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)</i>		
Alterações no valor justo dos investimentos	4.213	1.191
Perdas/Ganhos em operações de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-.-	3.578
<i>Rubricas que não serão reclassificadas na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)</i>		
Reavaliação técnica de propriedades	(24)	(93)
Resultados abrangentes	<u>96.252</u>	<u>52.291</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Desembolsos	(291.890)	(354.629)
Caixa recebido das amortizações	175.507	113.387
Desembolsos líquidos	(116.383)	(241.242)
Caixa recebido de juros e outros encargos	136.999	57.346
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>20.616</u>	<u>(183.896)</u>
Outros fluxos operacionais:		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(7.238)	(7.564)
Pagamento de despesas administrativas	(3.656)	(3.369)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	(1.717)	(1.347)
Fluxo de caixa líquido de outras atividades operacionais	<u>(12.611)</u>	<u>(12.280)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>8.005</u>	<u>(196.176)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	114.365	169.114
Garantia recebida em derivativos para proteção	57.470	(44.460)
Amortizações e serviços da dívida	(165.081)	(84.285)
Fluxos líquidos do endividamento para financiamento de empréstimos	<u>6.754</u>	<u>40.369</u>
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	128.707	75.193
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>135.461</u>	<u>115.562</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	26.696	2.861
(Aquisição) ou venda de investimentos, líquida	(63.385)	166.980
Receitas da venda de salas comerciais	-.-	225
Despesas de capital	(150)	(124)
Fluxo de caixa líquidos das atividades de investimento	<u>(36.839)</u>	<u>169.942</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	<u>106.627</u>	<u>89.328</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>217.589</u>	<u>128.261</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>324.216</u>	<u>217.589</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	Capital em dinheiro	Reserva geral	Reserva de alterações no valor dos investimentos a valor justo	Reserva de alterações no valor das operações de proteção do fluxo de caixa	Reserva para reavaliação de propriedades	Resultados acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.006.467	183.165	(5.806)	(3.578)	729	24.030	1.205.007
Aumento de capital – em dinheiro	75.193	-	-	-	-	-	75.193
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	20.430	-	-	-	(20.430)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(500)	(500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	47.615	47.615
Resultados abrangentes do exercício	-	-	1.191	3.578	(93)	-	4.676
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.081.660	203.595	(4.615)	-	636	47.615	1.328.891
Saldo em 1 de janeiro de 2023	1.081.660	203.595	(4.615)	-	636	47.615	1.328.891
Aumento de capital – em dinheiro	128.707	-	-	-	-	-	128.707
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	43.315	-	-	-	(43.315)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(4.300)	(4.300)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	92.063	92.063
Resultados abrangentes do exercício	-	-	4.213	-	(24)	-	4.189
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.210.367	246.910	(402)	-	612	92.063	1.549.550

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVAFernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTOAntonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVARafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇASFONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Ao longo de todo o texto, os valores são expressos em milhares de dólares estadunidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado “FONPLATA” ou o “Banco”, é um banco multilateral de desenvolvimento, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e seus escritórios de ligação, nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989; Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018; Montevideu, República Oriental do Uruguai, inaugurado em dezembro de 2019; e Brasília, República Federativa do Brasil, desde março de 2021. Os escritórios de ligação fazem parte da estratégia do Banco de estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados “membros fundadores”, com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e reconhecimento como personalidade jurídica em 14 de outubro de 1976, com a entrada em vigor de seu Convênio Constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer a melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima, pois compartilham diversos ecossistemas, tais como os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus ativos líquidos; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e global; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; bem como outras que propiciem o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações ao Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar sua capacidade e relevância como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e global. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de “fundo” para “banco multilateral”; ii) mudança subsequente de sua denominação, para ser reconhecido formalmente como “FONPLATA” ou o “Banco”; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração ao mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros “fundadores”, reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos “não fundadores”; v) denominação do capital como “capital autorizado”, com valor inicial de USD 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de USD 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe “A”, correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe “B”, destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado inicial constitui-se em sua

totalidade de ações classe “A”, compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando USD 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de USD 1.665.000. As ações classe “B” serão emitidas após o aumento do capital autorizado e no número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações foram emitidas a partir do momento no qual as alterações ao Convênio Constitutivo entraram em vigor nos países membros fundadores, em 27 de janeiro de 2024, data da entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo, após sua ratificação ter sido completada pelo Brasil e informada oficialmente ao Banco em 27 de dezembro de 2023 (Notas 10 e 18).

A administração do Banco está focada no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013—2022 constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas dos resultados da gestão do Banco. O PEI e suas atualizações de 2017, que abrangem o período 2018—2022, e sua atualização mais recente, que abrange o período 2022—2026, foram aprovados pela Assembleia de Governadores em setembro de 2021. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. O DPP para o período 2024—2026, foi aprovado pela Assembleia de Governadores em 1 de dezembro de 2023, e o montante do orçamento em vigor para 2024 foi confirmado pela Diretoria-Executiva por delegação da Assembleia de Governadores em 21 de fevereiro de 2024, a fim de acompanhar o modelo de crescimento estabelecido no DPP, que inclui a Argentina como membro pleno.

Em 10 de abril de 2023, a Assembleia de Governadores designou Luciana Botafogo Brito Presidente-Executiva do FONPLATA para o período 2023—2028 e, em 11 de abril 2023, aprovou as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O EXERCÍCIO

Os próximos parágrafos apresentam as atividades operacionais e financeiras mais relevantes realizadas pelo Banco que contribuíram de forma direta para o aumento de seus ativos financeiros líquidos e a geração de receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

- A receita de empréstimos foi determinada em 94% pelo aumento das taxas de juros e, em 6%, pela diferença positiva entre os desembolsos e as amortizações do principal, que totalizaram USD 116.383, conforme mostrado na demonstração dos fluxos de caixa. O aumento das taxas de juros é produto do esforço das economias mais desenvolvidas para neutralizar pressões inflacionárias como resultado da disrupção das cadeias de produção e abastecimento mundiais durante a pandemia da COVID-19, seguida da disrupção do comércio internacional causada pela invasão russa à Ucrânia e aprofundada pela instabilidade derivada do conflito no Oriente Médio. A taxa SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), que em 2021 estava a 5 pontos base, durante 2022 aumentou 425 pontos base e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aumentou mais 108 pontos base. Espera-se que o ciclo de contração monetária iniciado pelo *Federal Reserve* dos Estados Unidos em 2022 esteja próximo de terminar. A taxa de juros, no entanto, deve se manter nos níveis atuais enquanto não houver evidência conclusiva de desaceleração da taxa de inflação geral, e sobretudo do núcleo da inflação, para a meta, de em torno de 2%. Em 31 de dezembro de 2023, cerca de 97% dos contratos de empréstimo têm a SOFR composta como taxa de referência. As médias acumuladas das taxas SOFR,

LIBOR e LIBOR sintética no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram 790, 740 e 830 pontos base, respectivamente, com média ponderada de 780 pontos base, sensivelmente superior à do exercício 2022, de 393 pontos base. Isso se explica pelo processo de adoção gradual da taxa SOFR e pelo fato de que se aplica a taxa LIBOR de 6 meses na modalidade de semestre vencido, ou seja, correspondente à taxa em vigor no semestre imediatamente anterior. Com exceção dos contratos de empréstimo para municípios do Brasil, o processo de adoção da taxa SOFR para todos os financiamentos concedidos pelo Banco foi completado em 31 de dezembro de 2023.

- Como parte de sua estratégia de minimizar os riscos de exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros, e de acordo com suas políticas, o Banco concede e denomina seus financiamentos em dólares estadunidenses e, até 31 de dezembro de 2021, usou a taxa LIBOR de 6 meses como taxa de referência. Para todos os financiamentos aprovados a partir de 2022, o Banco adotou a taxa SOFR composta como taxa de referência. Além disso, para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e como consequência da substituição da taxa LIBOR pela SOFR, o Banco acordou com seus países membros a adoção voluntária da taxa SOFR composta, mais margem de ajuste¹. Os contratos de empréstimo que não passaram para a SOFR composta até 30 de junho de 2023, data da descontinuação da publicação da LIBOR, incorrem em juros com base na taxa LIBOR sintética, que é baseada na Term SOFR.
- Antes da descontinuação da taxa LIBOR, o Banco, de comum acordo com seus países membros, substituiu esta taxa em todos os seus contratos de empréstimo com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai (31 de dezembro de 2022, 64 contratos de empréstimo tinham como base a taxa SOFR composta, no valor total de USD 1.040.568, e 52 contratos de empréstimo, no valor de USD 712.276, ainda usavam a taxa LIBOR de 6 meses). Em 31 de dezembro 2023, o Estado Plurinacional da Bolívia, por meio da Lei Orçamentária nº 1546, aprovou a alteração dos contratos de empréstimo, possibilitando a adoção da taxa SOFR composta nos contratos mantidos com o Banco. A migração de 15 dos 16 contratos em vigor ocorrerá a partir de 10 de janeiro de 2024, e o contrato restante, a partir de 14 de março de 2024. A carteira de empréstimos em vigor com a Bolívia totaliza USD 440.617 que, em média, incorrem em juros com base em taxa LIBOR sintética de 6 meses a 830 pontos base. Esse saldo da carteira inclui uma operação no valor de USD 35.324, que incorre em juros sob a LIBOR de 6 meses e que passará para a taxa SOFR composta em 10 de janeiro de 2024. No que diz respeito à carteira em vigor com o Brasil, é composta de 22 operações que totalizam USD 258.258. Dos contratos de empréstimo com o Brasil, 91% já passaram para a taxa SOFR composta. Restam 9% que correspondem a operações no valor de USD 9.625, referentes a financiamentos concedidos a prefeituras e municípios e que devem passar para a taxa SOFR composta nos próximos meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023, o Banco aprovou 10 operações de financiamento com garantia soberana, no valor de USD 534.296 (2022 – USD 456.000 em 12 operações com garantia soberana), e duas operações sem garantia soberana, no valor de USD 44.000 (2022 – USD 0). Além disso, foram desembolsados USD 291.728, incluindo USD 59.500 sem garantia soberana (2022 – USD 354.629, incluindo USD 10.000 em empréstimos sem garantia soberana), e recebidos USD 175.507 a título de amortizações do principal, dos quais USD 37.167 correspondem a empréstimos sem garantia soberana (2022 – USD 107.387 a título de amortização do principal em empréstimos com garantia soberana).

¹ A margem de ajuste, que é de 42.826 pontos base, foi determinada pelo ARRC (*Alternative Reference Rate Committee*) em março de 2021.

- Conforme explicado em mais detalhe na próxima subseção e na Nota 3 – Determinação de Receitas, durante o exercício de 2023, a taxa de referência dos empréstimos aumentou de forma constante. Isso possibilitou recuperação das receitas por empréstimos ao nível anterior à pandemia, em termos percentuais, e contribuiu para que o Banco alcançasse nível de receitas financeiras líquidas 125% mais alto que o registrado em 2022 reforçando assim seu robusto perfil financeiro.
- Os custos financeiros aumentaram em média 380 pontos base, produto do rápido aumento das taxas de juros. Esse aumento ultrapassa em 8 pontos base o aumento médio obtido nos juros e nas taxas dos empréstimos. Em dezembro de 2022, de comum acordo com suas contrapartes, o Banco converteu as operações de *swap* referentes às dívidas captadas por meio da emissão de títulos no mercado suíço, FONPLATA24 e FONPLATA28, da taxa LIBOR de 6 meses para a taxa SOFR composta. Esta mudança ocorreu em março e junho de 2023, respectivamente. O título FONPLATA26 migrou para a taxa SOFR composta no final do terceiro trimestre de 2023, seguindo as cláusulas de *fallback*. Por sua vez, as operações de *hedge* referentes aos títulos sustentáveis emitidos no Japão em março de 2023 foram contratadas sob a taxa SOFR. Por fim, as operações de *hedge* cambial e de taxa correspondentes à dívida captada em dezembro de 2022 contra a linha de crédito contratada com a AFD no final de 2022, com a taxa Euribor, e à dívida captada com a KfW em Euros, em 24 de agosto de 2023, foram convertidas para a taxa SOFR composta.
- De acordo com suas políticas e procedimentos para a manutenção de ativos líquidos e dívidas, em 24 de março de 2023, o Banco realizou emissão privada de títulos sustentáveis no Japão, captando JPY 7.200.000, equivalentes a USD 54.022, e captou recursos por meio de linhas de crédito no valor de USD 60.344, do total de USD 114.366, e amortizou dívidas e linhas de crédito no valor total de USD 104.592 (2022 – USD 66.016).

A tabela a seguir apresenta a comparação do saldo pendente de quitação de dívidas assumidas em relação a empréstimos, linhas de crédito e as quatro emissões de títulos realizadas até a data de publicação destas demonstrações financeiras:

<u>Entidade</u>	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Ajustes ao valor justo e diferenças cambiais</u>	<u>Recursos captados em 2023</u>	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2023</u>
	USD	USD	USD	USD	USD
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	100.000	-.-		-.-	100.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	118.396	(5.000)		19.576	132.972
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ¹	28.322	(1.818)	363	-.-	26.867
Banco Europeu de Investimento (BEI)	42.000	-.-		18.000	60.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	16.629	(1.107)		-.-	15.522
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	100.000	(16.667)		-.-	83.333
Banco Central do Uruguai (BCU) – Taxa fixa	80.000	(80.000)		-.-	-.-
KfW – Euros à taxa Euribor ¹	-.-	-.-	1.344	22.768	24.112
Subtotal antes de despesas diferidas	485.347	(104.592)	1.707	60.344	442.806
Diferidos	(496)	95		(279)	(680)
Subtotal multilaterais e outros	484.851	(104.497)	1.707	60.065	442.126
Emissão título CHF FONPLATA 24 ²	157.640	-.-	19.985	-.-	177.625
Emissão título CHF FONPLATA 26 ²	196.397	-.-	27.381	-.-	223.778
Emissão título CHF FONPLATA 28 ²	137.980	-.-	20.248	-.-	158.228
Emissão título JPY Série 1 ²	-.-	-.-	(1.447)	22.509	21.062

<u>Entidade</u>	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Ajustes ao valor justo e diferenças cambiais</u>	<u>Recursos captados em 2023</u>	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2023</u>
Emissão título JPY Série 2 ²	-.-	-.-	(2.219)	31.513	29.294
Subtotal antes de despesas diferidas	492.017	-.-	63.948	54.022	609.987
Diferidos	(1.525)	453	-.-	(994)	(2.066)
Subtotal de títulos	490.492	453	63.948	53.028	607.921
Total dívidas	975.343	(104.044)	65.655	113.093	1.050.047

¹ As linhas de crédito e dívidas captadas em moedas diferentes do dólar estadunidenses e sob taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo foram avaliadas ao valor justo (Nota 8.5 (ii)). O total apresentado em “Ajustes ao valor justo e diferenças cambiais” inclui perdas por diferenças cambiais de USD 321 e USD 437, para as dívidas mantidas com a AFD e a KfW, respectivamente, no exercício de 2023 (2022 – perda por diferença cambial USD 13) (Nota 8.5 (i) (4) e (8)).

² Os títulos emitidos em moedas diferentes do dólar estadunidense e sob taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo foram avaliados ao valor justo (Nota 8.5 (ii)).

- Os derivativos relacionados às emissões de títulos e à contratação de linhas de crédito ligados às operações de *hedge* cambial e de taxa foram classificados, a partir de 1º de janeiro de 2022, como operações de *hedge* de valor justo, de acordo com o quadro de referência estabelecido pela IFRS 9 (Notas 4.10, 6 e 8.5 (ii)). Esses derivativos estão amparados por contratos ISDA firmados com as contrapartes do Banco, a saber: Crédit Suisse (CS); JP Morgan (JPM); Deutsche Bank (DB); HSBC; e BBVA.
- O Banco usa derivativos com o único objetivo de reduzir o grau de exposição a riscos decorrentes de mudanças (i) nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense e (ii) nas taxas de juros diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos concedidos e não com fins especulativos.
- Em 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu do Brasil USD 69.842 correspondentes ao saldo devido das cotas de capital acordadas para o período 2020–2022 e, posteriormente, em 14 de abril de 2023, recebeu USD 98, completando então o valor de integralizações de capital subscrito em dinheiro e devidas em 31 de dezembro de 2022. Finalmente, em 27 de abril de 2023, o Brasil integralizou a cota de capital subscrito em dinheiro para 2023, de USD 27.600.
- No que se refere às despesas administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a média de gastos representou 83 pontos base em relação ao total dos ativos financeiros líquidos, permanecendo sem variação quando comparadas com 2022. Isso reafirma o compromisso da administração de garantir a seus países membros o menor custo possível nas transações.

- O Banco é o agente fiduciário para a administração da carteira de investimentos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

Em 18 de janeiro de 2024, o Banco recebeu formalmente carta assinada pelo Governador Titular pela Argentina desistindo da intenção da carta que fora entregue em 21 de abril de 2023 por seu antecessor, que informava a vontade de seu país de “iniciar o processo para deixar de ser membro” do FONPLATA.

Com base nesta comunicação oficial, o Governo da Argentina ratifica sua continuidade como membro pleno do FONPLATA.

De acordo com a transparência e prudência que caracterizam a gestão, após ter recebido a comunicação do Governador pela Argentina, a Alta Administração do Banco compartilhou os termos da comunicação com os detentores de seus títulos e credores, bem como com as agências de classificação de risco. A notícia foi recebida com satisfação e, embora as agências de classificação de risco não tenham modificado sua nota, a Standard & Poor’s assinalou que alterará a perspectiva do FONPLATA de “negativa” para “estável”.

Isso, unido ao robusto perfil financeiro da instituição, confirma que o FONPLATA Banco de Desenvolvimento, com foco no MERCOSUL, é uma instituição financeira solvente do ponto de vista patrimonial e relevante para as agendas de desenvolvimento de seus países membros.

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas como resultado da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, cerca de 5% provêm da concessão de empréstimos a bancos e empresas públicas nos âmbitos nacional ou subnacional dos países membros, sem garantia soberana. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas de empréstimos:

- A capacidade de empréstimo, que equivale a três vezes o valor do patrimônio líquido;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa Libor de 6 meses, para empréstimos antigos não convertidos à taxa SOFR no primeiro semestre de 2023, a taxa SOFR, para empréstimos concedidos a partir de 1º de janeiro de 2022 e para empréstimos antigos em que os tomadores de recursos optaram por adotar a taxa SOFR, a taxa LIBOR sintética, para os empréstimos não convertidos em 30 de junho de 2023, e a taxa de retorno operacional ou *spread*.

A receita de investimentos está diretamente ligada aos investimentos da liquidez (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (Nota 6.5).

A tabela a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de					
	2023	2022				
	Saldo médio	Receitas	Retorno %	Saldo médio	Receitas	Retorno %
Créditos a receber	1.819.035	146.696	8,06%	1.640.222	75.513	4,60%
Investimentos ¹	603.022	29.754	4,93%	546.226	2.275	0,42%
Caixa e equivalentes de caixa ¹	39.297	822	2,09%	47.955	106	0,22%
Ativos financeiros	2.461.354	177.272	7,20%	2.234.403	77.894	3,49%
Dívidas	(1.015.078)	(65.352)	(6,44%)	(953.363)	(25.176)	(2,64%)
Ativos financeiros líquidos	1.446.276	111.920	7,74%	1.281.040	52.718	4,12%
Provisões e outros encargos ²	-	(7.819)	(0,54%)	-	5.513	0,43%
Despesas administrativas	-	(12.038)	(0,83%)	-	(10.616)	(0,83%)
Ativos financeiros líquidos	1.446.276	92.063	6,37%	1.281.040	47.615	3,72%
Patrimônio Líquido	1.439.221	92.063	6,40%	1.266.949	47.615	3,76%

¹ O saldo médio dos investimentos em 31 de dezembro de 2023 inclui USD 264.867 reclassificados como caixa e equivalente de caixa nas demonstrações financeiras por corresponder a investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias e USD 12.283 de investimento os na conta *sweep* (2022 – USD 124.482).

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2023	2022
<u>2Provisões e outros encargos</u>	USD	USD
Provisão para perdas em empréstimos – Nota 8.4	(5.891)	(1.170)
Depreciação	(587)	(365)
Diferenças cambiais – lucros/(perdas)	257	(69)
Juros recebidos/(pagos) operações de <i>lending</i>	64	14
Participação de fundos especiais em receitas de investimentos	(909)	(180)
(Perdas)/Lucros não realizados de dívidas e operações de <i>swap</i> cambial e de taxas contabilizadas como <i>hedge</i> de valor justo – Nota 8.5	(1.390)	6.369
Outras receitas	637	914
Total Provisões e outros encargos	(7.819)	5.513

² Os rendimentos são apurados com base nas receitas/despesas reais no final do exercício, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo final do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por dois, de forma que podem ser diferentes da média real.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas à elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente a todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento das Normas Internacionais de Relatório Financeiro

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua recuperação ou liquidação nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (circulantes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não circulantes), conforme a Nota 13.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA).
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados ao custo amortizado e ajustados ao valor justo por meio de provisão para perdas potenciais por desvalorização, nos casos em que esta seja menor.
- Dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas de juros diferentes da taxa de juros de referência adotada pelo Banco para financiamentos a seus países membros, bem como as operações de *hedge* cambial e de taxas contratadas pelo Banco com suas contrapartes, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado do período.
- Propriedades mensuradas ao valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

O Banco adotou pela primeira vez algumas normas e emendas que se aplicam aos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou depois (exceto se indicado o contrário). O Banco não adotou antecipadamente qualquer norma, interpretação ou emenda que tenha sido emitida, mas que ainda não esteja em vigor.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 Contratos de seguro estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro ao alcance da Norma. A IFRS 17 substitui a IFRS Contratos de seguro e se aplica a todo tipo de contratos de seguro (i.e., seguros de vida, seguros diferentes dos de vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidade emissora, bem como a algumas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Quanto ao escopo, há algumas exceções. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer modelo contábil integral para os contratos de seguro que seja mais útil e congruente para as seguradoras e que abranja todos os aspectos contábeis relevantes. A Norma se baseia em modelo geral que é complementado com:

- Adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da tarifa variável);
- Abordagem simplificada (abordagem de atribuição de prêmios), principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Definição de estimativas contábeis – Alterações à IAS 8

As alterações esclarecem a diferença entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco.

Divulgação das políticas contábeis - Alterações à IAS 1 e à Declaração da Prática de IFRS 2

As alterações à IAS 1 e à Declaração da Prática da IFRS 2 – Fazendo Julgamentos sobre Materialidade, orienta e apresenta exemplos para ajudar às entidades a fazerem julgamentos sobre materialidade em suas divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar às entidades a proverem informações sobre políticas contábeis que sejam mais úteis, substituindo o requisito de que as entidades divulguem suas políticas contábeis “significativas” pelo requisito de divulgar suas políticas contábeis “materiais” e acrescentando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de “materialidade” na tomada de decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Banco, porém, não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de qualquer rubrica das demonstrações financeiras do Banco.

Impostos diferidos passivos e ativos produto de transação única – Alterações à IAS 12

As alterações à IAS 12, Impostos sobre a Renda, reduzem o escopo da exceção do reconhecimento inicial prevista na norma, portanto, já não aplica às transações que gerem os mesmos montantes de imposto a pagar e dedutíveis por diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco.

Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12

As alterações à IAS 12 foram apresentadas em resposta às regras do Pilar 2 da estrutura inclusiva sobre a erosão da base tributária e a transferência de lucros (BEPS, na sigla em inglês) da Organização de Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e incluem:

- Exceção temporária obrigatória sobre a contabilização e divulgação dos impostos diferidos decorrente da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar 2; e

- Divulgações exigidas das entidades envolvidas para que os usuários das demonstrações financeiras entendam melhor a exposição de entidades ao imposto de renda do Pilar 2 derivado dessa norma, especificamente, antes da data da entrada em vigor.

A exceção temporária obrigatória (seu uso deve ser informado) se aplica imediatamente. As exigências das divulgações restantes serão aplicáveis aos exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2023, mas não para períodos intermediários findos antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco, já que não é abrangido pelas regras do modelo do Pilar 2 por ter receitas inferiores a EUR 750.000.000 anuais.

Quanto a outras normas aplicáveis posteriores a 2023, não identificamos qualquer norma que possa se aplicar às operações do Banco dentre as seguintes, Alterações à IFRS 16: Passivo de Arrendamento em Transação de *Sale and Leaseback*, Alterações à IAS 1: Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Alterações à IAS 7 e à IFRS 7: Acordos de Financiamento de Fornecedores.

4.2 Informação sobre operações

Baseado em análise de suas operações, o Banco determinou que seu negócio principal possui apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros e que corresponde a seu único segmento a ser informado.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar estadunidense, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual o Banco opera (“moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar estadunidense e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, no Paraguai, Buenos Aires, na Argentina, Montevideú, no Uruguai, e Brasília, no Brasil. Os ganhos e perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados em base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos e passivos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares estadunidenses, com exceção dos títulos denominados em francos suíços e ienes e os saques denominados em euros, no contexto das linhas de crédito captadas em dezembro de 2022 junto à AFD e em agosto de 2023 junto à KfW, respectivamente, que foram trocados por dólares estadunidenses. O Banco não mantém outros passivos financeiros em moedas diferentes do dólar estadunidense, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Apenas é mantida disponível pequena importância em moeda local na sede do Banco e em cada escritório de ligação para pagar os custos dos bens e serviços nesses locais. Essas importâncias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados ao valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas ao valor justo.

4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e sobre investimentos ao custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.

(i) Receitas de taxas

As outras receitas referem-se à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e de empenho ou de serviço. Essas taxas referem-se aos serviços de supervisão e vigilância prestados pelo Banco e por assegurar a seus tomadores de recursos que os recursos estarão disponíveis para utilização durante o período contratualmente estabelecido e são reconhecidas como receitas, de acordo com o estabelecido na IFRS 15.

4.5 Aluguéis

Contratos de aluguel por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do respectivo contrato.

Todos os contratos de aluguel são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total da locação a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Após o início da locação, o Banco deve mensurar o ativo de direito de uso do bem alugado com base no modelo baseado em custos, menos qualquer importância acumulada, depreciação e perdas por desvalorização e ajustado por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o montante dos passivos de arrendamento reconhecidos, os custos diretos iniciais incorridos e os ativos de arrendamento pagos realizados na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebido. Ativos de direito de uso depreciam-se com base linear durante o prazo mais curto entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a desvalorização.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em espécie, depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de até 90 dias, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações de valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente ao valor justo e, posteriormente, é mensurada ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, ver Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinados por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi projetada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco multilateral de desenvolvimento (BMD), financia seu programa de empréstimos por meio da combinação de recursos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BMDs e instituições financeiras internacionais, públicas e privadas. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e autorizado pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BMDs, agências ou instituições bilaterais de cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.

Um dos elementos-chave do modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância, que é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BMDs devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BMDs podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.

A capacidade de empréstimo é determinada por meio do capital a realizar de membros com nota de risco de crédito com grau de investimento, como é o caso dos primeiros e mais antigos BMDs com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso dos BMDs contemporâneos e das instituições regionais de desenvolvimento, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio líquido.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do último aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos concedidos. A capacidade máxima de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos concedidos a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares estadunidenses e incorrem em juros com base na taxa de referência dos empréstimos, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de gestão de riscos do Banco, nos casos nos quais as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa de referência dos empréstimos, o Banco usa instrumentos de *hedge* com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações nas taxas de juros e não para fins especulativos. Esses derivativos são reconhecidos como *hedge* de valor justo. Por meio desses derivativos, o Banco troca a moeda em que contraiu a dívida original e sua taxa de referência, convertendo-as em dívida em dólares estadunidenses e a taxa de juros à taxa de referência utilizada nas operações de empréstimo. Dessa forma, o Banco neutraliza econômica e financeiramente a exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

De acordo com suas políticas financeiras, o Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, medidos, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.

(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma, na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra, na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores relevantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo e estão sujeitos à revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos)**: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, e são mensurados pelo custo amortizado. Os saldos desses ativos são avaliados periodicamente em relação ao seu risco de crédito. Caso ocorra degradação da qualidade creditícia, o Banco registra provisão para perdas esperadas. Essas provisões são reconhecidas e apuradas de acordo com o descrito nesta nota em (v) “Redução ao valor recuperável de ativos”.
- **Ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos, que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não são classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.
- O Banco não detém ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos resultantes da operação de *swap* cambial e de taxa são contraídos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e taxa de câmbio de moeda estrangeira e são associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar estadunidense ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco. A taxa de juros de referência para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, é a taxa LIBOR de 6 meses. Para todos os empréstimos acolhidos no programa voluntário de conversão da taxa de referência e para todos os contratos de empréstimo aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, a taxa de referência é a SOFR composta. Os derivativos foram classificados como instrumentos de *hedge* de valor justo e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. Os títulos são avaliados ao valor justo no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* cambial e de taxa de juros fazem parte de outras receitas e despesas na demonstração de resultados do exercício (Notas 2, 4.10 e 8.5 (ii)).

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros, ao contrário dos empréstimos, podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

O Banco reclassifica ativos financeiros apenas quando o modelo de negócios é alterado. No caso de reclassificações, elas são realizadas e informadas no período no qual elas ocorrem. Esse tipo de alterações é pouco frequente, não tendo ocorrido nenhuma neste exercício.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. A baixa de ativos financeiros ocorre no momento da expiração dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.

Os ativos e passivos financeiros são avaliados de acordo com sua classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros ao valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros, desde que esses ativos não sejam mensurados posteriormente ao valor justo por meio dos resultados.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente avaliados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros gerados a partir dos ativos financeiros mensurados ao valor justo, mantidos ao custo amortizado e empréstimos são apurados usando o método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Perdas por desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros e determina a adequação de sua provisão para perdas esperadas em empréstimos, usando metodologia padrão adotada pelos principais BMDs, considerada boa prática. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de inadimplência (*default*), (ii) a probabilidade de inadimplência e (iii) a perda máxima esperada no caso de inadimplência. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos concedidos com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de *default* dos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três das agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas.

Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de *default*, usando a classificação de risco de crédito mais recente desenvolvida e mantida pelo Banco.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuírem, e essa diminuição estiver ligada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento dessa desvalorização (como a melhoria na capacidade creditícia do devedor), as perdas por desvalorização antes contabilizadas podem reverter-se por meio da demonstração do resultado do exercício.

A cobrança de juros e taxas dos empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e taxas a receber de empréstimos declarado em estado de moratória manter-se-á inalterado até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o inadimplemento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos concedidos pelo Banco.

A Nota 8.4 (iii) apresenta explicação detalhada dessa metodologia, bem como da determinação da provisão para perdas em empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado.

Além disso, e no caso de investimentos avaliados ao custo amortizado, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos revisando as mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a estabelecer se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo uma provisão regularizadora do valor do investimento com lançamento no resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados ao custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto com o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da suficiência do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos referente a empréstimos com e sem garantia soberana e para estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, segundo suas políticas internas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapas 1: inclui os instrumentos cujo risco de incobrabilidade não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja desvalorização a incorrer for igual às PCE nos próximos 12 meses.

Etapas 2: inclui todos os ativos cuja qualidade de crédito sofreu mudança significativa desde seu reconhecimento inicial, mas que ainda não sofreram desvalorização.

Etapas 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como empenhos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso é provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, estima-se se ocorreu deterioração de sua qualidade de risco de crédito, e em que medida, com base nos seguintes critérios:

- Vencimento do prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros superior a 180 dias;
- Queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo; e
- Deterioração da qualidade de crédito do ativo.

(vi) Realização de receita

As receitas de juros derivadas da aplicação da taxa de referência e a margem operacional em empréstimos são reconhecidos por meio da taxa de juros efetiva. No caso de empréstimos em estado de moratória, e de acordo com o indicado em (v) acima, o Banco reverte a totalidade das receitas geradas e não cobradas e deixa de reconhecer juros e taxas. Além disso, avalia a potencial desvalorização do principal da dívida e diminui seu valor por meio do registro de provisão até a ocorrência com a estimativa de seu valor recuperável. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais mostra que há certa probabilidade de que o Banco não possa recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são contabilizadas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, são contabilizadas em resultados abrangentes e acumuladas nas reservas no patrimônio. Se o aumento do ativo por reavaliação tiver sido revertido anteriormente na demonstração de resultados, o aumento posterior também deve ser contabilizado por meio da demonstração de resultados. As diminuições que venham a reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são reconhecidas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes, na medida em que existam excedentes da reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são registradas na demonstração de resultados. Os equipamentos são contabilizados ao custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são contabilizados como ativo separado, se houver alguma probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e seus custos puderem ser avaliados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Na hora de serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada exercício. Os valores contábeis dos ativos são ajustados ao seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassa seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil e o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos em outras reservas para os resultados acumulados.

4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos concedidos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense. O valor justo dos instrumentos classificados como *hedge* de fluxo de caixa explica-se na Nota 8.5.

No início da operação de *hedge*, o Banco documenta o objetivo de gestão de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* contratados e os ativos e passivos a serem protegidos, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* contratados irão compensar as alterações nos fluxos de caixa dos ativos e passivos protegidos.

A seguir, incluímos explicação das dívidas e dos instrumentos derivativos contratados como parte das operações de *hedge* e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: As dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense, que é a moeda funcional do Banco, e a taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação e, posteriormente, mensurados ao valor justo. A diferença entre o valor justo da dívida e seu custo amortizado é reconhecida em outros resultados do exercício junto com a diferença líquida entre as operações de *hedge* a receber e a pagar, que também são mensuradas ao valor justo. Essas diferenças correspondem a mudanças nas taxas de câmbio e de juros e não se espera que afetem os fluxos de caixa futuros nem que resultem em perdas ou lucros, já que convergem a zero no momento do vencimento da dívida original, oportunidade em que o Banco troca com suas contrapartes os fluxos de caixa, saldando a dívida original e seus direitos e obrigações em relação aos derivativos a receber e a pagar.

As dívidas contratadas em dólares estadunidenses e à taxa de referência dos empréstimos são inicialmente reconhecidas ao valor ou preço de compra e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor reconhecido inicialmente desse passivo e o valor efetivamente pago é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de proteção: Os derivativos são utilizados unicamente para cobrir o risco de taxa de juros e de câmbio associados aos títulos emitidos no mercado suíço, denominados “FONPLATA24”, “FONPLATA26”, “FONPLATA28”, e os títulos emitidos no mercado japonês em março de 2023 denominados “Japão 1” e “Japão 2”, bem como outros passivos originalmente contraídos em outras moedas diferentes do dólar ou em dólares à taxa fixa (Notas 2 e 8.5 (ii)).

Os derivativos acarretam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado do instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou de outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como com a volatilidade do valor nocional base do contrato.

O risco de crédito inerente é a possibilidade de que a contraparte da operação de *swap* não cumpra seu compromisso de integralizar as garantias necessárias para recuperar o montante devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de transações com contrapartes altamente qualificadas, com classificação de crédito de grau de investimento, e assinando acordo mestre ISDA com anexo de apoio de crédito associado (CRA, na sigla em inglês), que prevê a compensação de saldos com suas contrapartes.

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de *hedge* para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de efetividade do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem cobertos. Além disto, o Banco documenta o resultado da estimativa de efetividade, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de inefetividade do instrumento derivativo.

Esse processo inclui relacionar todos os derivativos classificados como *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa ou de moeda estrangeira com o balanço geral ou com compromissos vinculantes ou com transações orçamentárias.

O Banco monitora a operação de *hedge* do início até seu vencimento, analisando a efetividade dos derivativos, neutralizando as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens a serem protegidos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo de um derivativo, junto com as alterações no valor da dívida original objeto da cobertura contratada são registradas em outras receitas e encargos na demonstração do resultado do exercício, como perda ou lucro líquido.

O Banco tem, em virtude dos Contratos Mestre ISDA assinados com suas contrapartes, a possibilidade e a intenção de trocar os fluxos contratados ao vencimento da dívida. Além disso, o Banco espera que suas contrapartes honrem sua obrigação e não antecipa inadimplência delas.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada na demonstração de resultados como custos de dívidas assumidas no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de *hedge* quando determina que esse tratamento deixou de ser efetivo para compensar as alterações nos fluxos de caixa do item protegido, ou no vencimento do derivativo ou quando ele é vendido, rescindido ou executado, ou quando o ativo protegido ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado, ou quando o derivativo não é classificado como instrumento de *hedge* porque é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer ou se a Administração determinar que a classificação de derivativo como *hedge* já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

São montantes que representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, mas que ainda não foram pagos. Os outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Esses passivos são contabilizados inicialmente ao valor justo e, posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.12 Fundos especiais

São montantes que representam passivos referentes a investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. As obrigações desses passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas quando os fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Tais passivos são contabilizados inicialmente ao valor justo e, posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Nota 8.6 explica detalhadamente os fundos especiais e seu propósito e o saldo devedor de cada um em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

4.13 Outros benefícios a colaboradores

São montantes que representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Esse passivo é pago aos colaboradores no momento do encerramento do vínculo empregatício com o Banco. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos colaboradores está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com os percentuais de retenção estabelecidos no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, à medida que os colaboradores cumprem o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) inclui explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital a realizar. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, que exigem que a Presidência-Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são considerados razoáveis na conjuntura e nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Incerteza da estimativa da probabilidade de que os tomadores de recursos desembolsem o total dos financiamentos aprovados durante o período estabelecido contratualmente, isso determina o reconhecimento da taxa de empenho ou de serviço de forma linear durante o período de desembolso – Nota 4.4.
- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos como *hedge* de fluxo de caixa – Nota 8.5 – (ii).

Questões ligadas à mudança do clima

O Banco e suas operações não estão expostos a risco importante quanto à mudança do clima nos julgamentos e estimativas que realiza como emissor. Como Banco Multilateral de Desenvolvimento, o FONPLATA adere às boas práticas aceitas internacionalmente para a gestão de riscos ambientais nos projetos que financia e as cumpre. Além disso, em 2021 implementou um quadro de dívida sustentável e promove, por meio de subsídios diretos, projetos que contribuem para a preservação do meio ambiente e para a redução do impacto na mudança climática.

Incerteza macroeconômica e geopolítica

Com relação a estes fatores, nas avaliações dos investimentos e dos instrumentos financeiros derivativos, os preços são considerados como componente a avaliar a valor de mercado.

NOTA 6 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como estes poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção das emissões dos títulos denominados em francos suíços e em ienes e das dívidas contratadas com a AFD e a KFW, denominadas em euros, que foram efetivamente cobertas por meio de operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros, como informado nas Notas 2, 4.10 e 8.5 – (ii), 99,9% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares	A valor justo do ativo subjacente.	Todas as transações de empréstimos, os investimentos e os passivos apresentados nas demonstrações financeiras foram ajustados ou contratados em dólares estadunidenses. O Banco assinou contratos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA, com direito a compensar com JPM, CS, DB, HSBC e BBVA,

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	estadunidenses (moeda funcional); 61% dos passivos foram contratados em moedas diferentes da moeda funcional e estão protegidos com operações de <i>swap</i> de moeda.		respectivamente. Com base nestes contratos, o Banco realizou operações de <i>swap</i> cambial para compensar o risco de exposição às taxas de juros e cambiais associado às emissões de títulos no mercado suíço entre 2019 e 2021, ao saque de EUR 8.000 em dezembro de 2022 da linha de crédito de EUR 30.000 contratada com a AFD, à emissão privada no Japão de duas séries de títulos sustentáveis em março de 2023 e ao saque de EUR 21.000 em agosto de 2023, da linha de crédito contratada com a KfW, de EUR 37.000. Esses derivativos fazem parte do processo de gestão de riscos do Banco, projetado para minimizar a exposição a riscos financeiros, portanto, foram designados como <i>hedge</i> de valor justo para proteger os fluxos de caixa usados em saques de empréstimos.
Risco de mercado – Taxa de juros	Risco de exposição a flutuações das taxas de juros ativa e passiva aplicáveis aos empréstimos e às dívidas do Banco. Como explicado nas Notas 2, 4.10 e 8.5 – (ii), em 13 de março de 2019, 3 de março de 2021 e 1º de dezembro de 2021, o Banco emitiu títulos denominados em francos suíços de 5 anos, 5 ½ anos e 7 anos à taxa fixa, respectivamente. Para cobrir os riscos de taxa de juros e cambial, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de	Análise de sensibilidade.	O Banco estabeleceu políticas para a determinação das taxas de juros com vistas a mitigar os possíveis efeitos das flutuações nas taxas de juros, bem como o impacto negativo associado a possíveis desajustes na duração da carteira de empréstimos e da dívida contraída para financiá-los. As possíveis exposições decorrentes da emissão dos títulos denominados em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	juros com o JPM e o CS, respectivamente, e assinou contratos mestres de compensação executáveis, sob a convenção da ISDA, e os anexos de suporte de crédito (CSA), que preveem o direito de compensação. Ademais, o Banco contratou com o DB operações de <i>swap</i> de taxa para mudar a taxa Term SOFR, aplicável aos saques realizados em dezembro de 2022 por meio linha de crédito mantida com a CAF, pela SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimo. Em março de 2023, o Banco emitiu duas séries no mercado japonês com 5 e 6 ½ anos de prazo. Para cobrir os riscos de taxa de juros e cambial, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros com o HSBC. Em dezembro de 2022, o Banco realizou saque de EUR 8.000 da linha de crédito contratada com a AFD, com base na taxa Euribor. Esta operação foi coberta por meio de <i>swap</i> cambial e de taxa contratado com o JPM. Em agosto de 2023, o Banco efetuou saque de EUR 21.000 da linha de crédito contratada com a KfW, com base na taxa Euribor. Esta operação foi coberta por meio de <i>swap</i> cambial e de taxa contratado com o BBVA.		concedidos são administradas com eficácia por meio das operações de <i>swap</i> cambial. Além disso, a possível exposição derivada da captação de empréstimo junto à CAF à taxa Term SOFR e dos saques realizados junto à AFD e à KfW, denominados em euros à taxa Euribor, foram cobertos pelas operações de <i>hedge</i> cambial e cambial e de taxa de juros, respectivamente. Esses <i>swaps</i> de moeda e taxa foram planejados para substituir a dívida captada em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos, que é a taxa SOFR composta, pelo dólar estadunidense e pela taxa SOFR composta, de forma a coincidir com a estrutura de taxas aplicável a todos os empréstimos aos países membros. Portanto, elimina-se de forma eficaz a exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio.
Risco de mercado – Preço	O Banco não mantém	Análise de	O Banco não mantém

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
das ações	investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que, de acordo com o modelo de negócios do Banco, são classificados como investimentos disponíveis para a venda ou a serem mantidos até seu vencimento.	sensibilidade baseada em mudanças na taxa de juros para títulos disponíveis para venda, avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e com base em mudanças na classificação de risco de crédito do emissor para títulos mantidos até seu vencimento, avaliados ao custo amortizado.	investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Os títulos classificados na carteira de disponíveis para venda são monitorados periodicamente. O banco não participa da carteira de negociação nem de atividades de negociação.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos ao valor de mercado por meio de ORA, investimentos ao custo amortizado, empréstimos e instrumentos derivativos financeiros de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para proteção de dívidas.	- Análise de áreas em função da <i>duration</i> de empréstimos, derivativos, títulos e outros instrumentos. - Análise do risco de crédito. - Provisão para empréstimos.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos ao valor de mercado e investimentos ao custo amortizado. Limites de concentração do risco de crédito aplicados aos países membros e aos empréstimos sem garantia para sociedades de economia mista. Sem empréstimos do setor privado.
Risco de liquidez	Dívidas, outros passivos e obrigações com fundos especiais.	Previsões de fluxo de caixa.	Disponibilidade dos recursos necessários para cumprir as obrigações e os compromissos para período mínimo de 12 meses seguintes à data das demonstrações financeiras.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos, que abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco visa garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente dentro de parâmetros estabelecidos pelas políticas financeiras do Banco e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. A gestão integral de riscos busca, assim, evitar os riscos que vão além do limite de tolerância do Banco e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Seguindo as boas práticas internacionais com relação à gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e as definições do *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC – Escritório Controlador da Moeda, dos EUA) e Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se em modelo de projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial e suas receitas. Essas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.

6.1 Risco de moeda

Cerca de 99% dos ativos e passivos financeiros, depois de considerar as operações de cobertura cambial e de taxa de juros, são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional do Banco. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

Os empréstimos do Banco, aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, utilizam como taxa de juros de referência a taxa LIBOR de 6 meses mais *spread* fixo. Os empréstimos que foram convertidos, por opção do tomador de recursos, à taxa SOFR composta, além de *spread* fixo, têm ainda uma margem de correção SOFR. Os empréstimos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022 têm como taxa de referência a taxa SOFR composta, mais *spread* fixo.

O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida, como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, ajustes no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Essa exposição é medida e avaliada regularmente pelo Banco para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

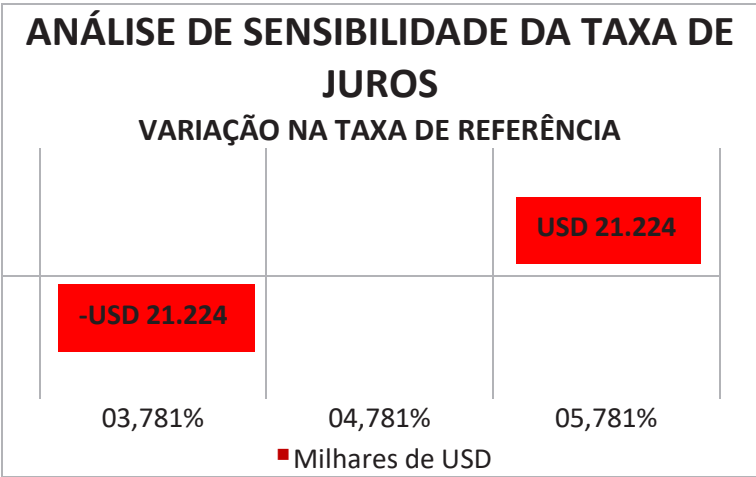
Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional – TRO). Para os empréstimos de risco não soberano aprovados após 3 de março de 2023, a Diretoria-Executiva aprovou redução de 25 pontos base na TRO (Resolução RES/DEJ-1508/23), mantendo as condições financeiras aprovadas para os empréstimos com garantia soberana em 15 de março de 2022 (Resolução RES/DEJ-1490/22).

O Presidente-Executivo está habilitado a estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Nesse sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciais.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa de referência. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio como resultado de mudanças na taxa de referência.

A análise de sensibilidade é apurada com base nas projeções da taxa SOFR para os próximos 12 meses, que é a taxa de referência das operações de financiamento concedidos pelo Banco, equivalente a 478 pontos base.

A análise apurou os valores máximo e mínimo para a taxa de referência média ponderada de 578 e 378 pontos base, respectivamente. Se ocorrer a variação positiva ou negativa de 100 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar ou diminuir USD 21.224, respectivamente.



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, por meio de medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas (Notas 4.8, 8.2 e 8.3).

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Consequentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- **Investimentos disponíveis para venda:** consistem em títulos e outros valores que possuem valor de mercado e são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- **Investimentos mantidos até o vencimento:** consistem em certificados de depósito e são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, o que for menor.

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nessa metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos para apurar as eventuais perdas máximas como resultado de mudanças nas taxas de juros dos investimentos classificados como disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e de mudanças na classificação de risco de crédito dos investimentos classificados na carteira de investimentos para serem mantidos até seu vencimento, avaliados ao custo amortizado e regularizados ao valor justo por meio de previsão, nos casos em que o valor justo for menor.

O próximo quadro apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como resultado de variação de 100 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente:

Carteira	Análise de sensibilidade dos investimentos					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil ¹	Perda máxima	Variação	Valor contábil ¹	Perda máxima	Variação
	USD	USD	%	USD	USD	%
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA ²	199.683	3.772	1,89%	293.759	1.136	0,39
Investimentos disponíveis para venda mais de 12 meses – VJORA	176.765	743	0,42%	45.091	947	2,10
Total	376.448	4.515	1,20%	338.850	2.083	0,61

¹ O valor contábil dos investimentos baseia-se no valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e no custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2). O Banco não possui instrumentos de investimento para os quais não seja possível estabelecer o valor justo nem que precisem da aplicação de modelos de mensuração (Nível 3).

² Em 31 de dezembro de 2023, há certificados de depósitos a prazo fixo originalmente classificados na carteira de investimentos mantidos até o vencimento, no valor de USD 264.867 (2022 – USD 169.836) e investimentos em contas *sweep*

no valor de USD 12.283. Esses investimentos são registrados no total de caixa e equivalente de caixa por terem sido realizados com prazo de vencimento original de até 90 dias. Para investimentos ao custo amortizado, o Banco avalia periodicamente se houve alterações na classificação de risco de crédito do emissor que evidenciem potencial desvalorização permanente no valor do investimento (Nota 4.8).

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição da carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de ativos financeiros ponderado por riscos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável da exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

Em 31 de dezembro de 2023, 95% do saldo de créditos pendentes corresponde a financiamentos que possuem garantia de risco soberano dos países membros (2022 – 96%). O Banco começou a conceder empréstimos sem garantia soberana em 2020, com a aprovação da Diretoria-Executiva, que criou essa linha inicialmente dirigida a bancos de desenvolvimento e sociedades de economia mista nacionais e subnacionais. Desde seu início e até 31 de dezembro de 2023, foram aprovados USD 164.000, em seis operações. Deste total aprovado, em 31 de dezembro de 2023, foram desembolsados USD 141.500 (2022 – USD 82.000) e foram recebidos USD 43.167 de amortizações do principal (2022 – USD 6.000), para um total a receber de USD 98.333 (2022 – USD 76.000) (Notas 2 e 8.4 (i)).

As políticas financeiras e o regulamento de empréstimos estabelecem as ações a serem tomadas com relação ao inadimplemento e aos saldos vencidos em empréstimos. Tais políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. Além disso, o Banco utiliza metodologia específica para determinar a adequação da provisão para perdas esperadas em créditos a receber e considera fatores diferentes em relação à sua carteira de empréstimos com e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir diversificação adequada e combinação apropriada de fontes e prazos de vencimento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respectivamente, a nota média de classificação de risco da carteira de investimentos do Banco manteve-se em AA e AA+, ultrapassando a nota de classificação média exigida pela política de investimentos, de AA-.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da entidade de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. O Banco mantém o nível de liquidez mínimo exigido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todos os seus compromissos, incluindo os passivos mantidos nos fundos especiais (Nota 8.6), desembolsos dos empréstimos, serviço da dívida e pagamento das despesas administrativas e de capital, por período de 12 meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, o Banco não assumiu compromissos nem obrigações que pudessem gerar exposição a risco de liquidez nos curto prazos ou médio.

A tabela a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

	31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	324.216	217.589
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	376.448	338.850
Liquidez bruta	700.664	556.439
Passivo financeiro		
Dívidas – Nota 8.5	1.050.047	975.343
Outros passivos – Nota 9.3	16.033	10.294
Fundos especiais – Nota 8.6	24.507	22.635
Passivo total	1.090.587	1.008.272

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,23 e 1,65 anos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de, por comissão ou omissão, ocorrer falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficazes, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas próprias políticas e com as de seus países membros.

7.1.1 Mudança esperada da taxa de juros LIBOR de 6 meses para a taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, até 31 de dezembro de 2021, a taxa de juros de referência usada pelo Banco era a taxa USD LIBOR de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. Em 2020, após consultas e da autorização da FCA, a IBA anunciou sua decisão de descontinuar a publicação da taxa LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022. Anunciou, ainda, que os demais prazos da taxa LIBOR, incluindo a taxa USD LIBOR de 6 meses usada pelo Banco, seriam descontinuados a partir de 1º de julho de 2023, após consulta e com a autorização do FCA. Essa mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa USD LIBOR de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, afeta todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BMDs e agências e para a parte variável de derivativos existentes.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa USD LIBOR. Em 2017, o ARRC identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa para substituir a taxa USD LIBOR. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente, bem como as médias em diversos prazos e o chamado Índice SOFR. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, do *spread* de ajuste USD LIBOR/SOFR e outras.

Assim, e da mesma forma que outras instituições multilaterais de desenvolvimento consideradas líderes, a partir do segundo semestre de 2020, o Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo, optando por utilizar a taxa SOFR composta, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Nesse sentido, com data de 1º de dezembro de 2022, o Banco implementou com êxito nova plataforma de administração de empréstimos fornecida pelo SOPRA *Financial Services* (SFP). Essa plataforma vem sendo utilizada por outros BMDs líderes há mais de dois anos. A implementação foi levada a cabo sem necessidade de customização nem desenvolvimentos personalizados da funcionalidade oferecida pela SFP a outros BMDs, o que não apenas reduz o risco operacional, mas também diminui o custo de manutenção futuro. A plataforma é operada na modalidade de assinatura, exigindo pagamento anual por parte do Banco para sua utilização.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico – É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento em que atua. O Banco possui Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo das conquistas do exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, com base na matriz de resultados estabelecida no PEI. Dessa forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de maneira a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para o Banco, em termos do atingimento das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento – É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos e conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por Compliance e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação – É o risco derivado de opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade a processo ou gerar perda financeira ou afetar sua competitividade. Por meio da área de comunicações, o Banco faz o monitoramento regular deste risco, enquanto a área de operações faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até o momento, não existem indícios deste tipo de risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pelo Banco.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo o julgamento profissional utilizado e as incertezas das estimativas

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros:

	<u>Nota</u>	<u>Ativos e passivos financeiros ao valor justo¹</u> <u>USD</u>	<u>Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros:				
Depósitos bancários	8.1	45.298	-.-	45.298
Equivalentes de caixa (investimentos ao custo amortizado)	8.1 e 8.3	-.-	278.918	278.918
Investimentos ao valor justo por meio de ORA ¹	8.2	379.365	-.-	379.365
Investimentos ao custo amortizado ²	8.3	-.-	30.375	30.375
Carteira de empréstimos ³	8.4		1.892.768	1.892.768
Subtotal		<u>424.663</u>	<u>2.202.061</u>	<u>2.626.724</u>
Hedges de valor justo	8.5	6.799	-	6.799
Total ativos financeiros		<u>431.462</u>	<u>2.202.061</u>	<u>2.633.523</u>
Passivos financeiros:				
Dívidas	8.5	(743.693)	(306.354)	(1.050.047)
Outros passivos	9.3	-.-	(16.033)	(16.033)
Fundos especiais	8.6	-.-	(24.507)	(24.507)
Total passivos financeiros		<u>(743.693)</u>	<u>(346.894)</u>	<u>(1.090.587)</u>
Ativos financeiros líquidos		<u>(312.231)</u>	<u>1.855.167</u>	<u>1.542.936</u>

31 de dezembro de 2022

Ativos financeiros:

Depósitos bancários	8.1	33.295	-.-	33.295
Equivalentes de caixa (investimentos ao valor justo e ao custo amortizado)	8.1 e 8.3	13.894	170.400	184.294
Investimentos ao valor justo por meio de ORA ¹	8.2	340.224	-.-	340.224
Carteira de empréstimos ³	8.4	-.-	1.772.578	1.772.578
Subtotal		387.413	1.942.978	2.330.391
Hedges de valor justo	8.5	5	-.-	5
Total ativos financeiros		387.418	1.942.978	2.330.396

Passivos financeiros:

Dívidas	8.5	(501.248)	(474.095)	(975.343)
Outros passivos	9.3	-.-	(10.294)	(10.294)
Fundos especiais	8.6	-.-	(22.635)	(22.635)
Total passivos financeiros		(501.248)	(507.024)	(1.008.272)
Ativos financeiros líquidos		(113.830)	1.435.954	1.322.124

¹ As alterações no valor justo dos investimentos são registradas em ORA e as alterações no valor justo de dívidas relacionadas a *hedge* de valor justo são registradas em outras receitas no resultado do exercício.

² Inclui juros e outras receitas de investimentos.

³ Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 (ii). O nível máximo de exposição a risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, corresponde aos saldos registrados acima para cada um dos ativos financeiros.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Saldos em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Depósitos bancários	45.298	33.295
Depósitos a prazo fixo, títulos de curto prazo e contas <i>sweep</i> ¹	278.918	184.294
Total	324.216	217.589

¹ O total apresentado em 31 de dezembro de 2023 corresponde a USD 264.867 relativos a investimentos com vencimento de até 90 dias mais USD 1.766 referentes a juros acumulados, além de investimentos, no valor de USD 12.283 e juros, no valor de USD 2, mantidos em conta *sweep* no Banco de Compensações Internacionais (BIS, do acrônimo em inglês). Em 31 de dezembro de 2022, o montante referente a Caixa e equivalentes de caixa corresponde a investimentos mantidos até o vencimento e avaliados ao custo amortizado mais juros, no valor de USD 170.400, e investimentos disponíveis para venda, avaliados ao valor de mercado mais juros, no valor de USD 13.894 (Nota 8.3).

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação a caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a títulos emitidos por emissores de alta qualidade e consistem em:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Títulos soberanos	260.552	245.920
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	114.214	89.455
Setor financeiro	-.-	1.948
Títulos do Tesouro da República Argentina	1.682	1.527
Subtotal	376.448	338.850
Juros acumulados a receber	2.917	1.374
Total	379.365	340.224

Na data do resgate dos investimentos, o saldo reconhecido nas “reservas de investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, o Banco não mantinha investimentos com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Perdas por desvalorização

Ver Nota 4.8 para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização dos ativos financeiros e à exposição a ela.

(iv) Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco acumulou ganhos não realizados de USD 4.189 e USD 4.676, em sua demonstração dos resultados abrangentes. Esses ganhos não realizados compõem-se de aumentos no valor de mercado dos investimentos disponíveis para venda, de USD 4.213 (2022 – USD 1.191 de ganhos), e USD 24 a título de redução da reserva de reavaliação técnica de propriedades (2022 – USD 93 a título de redução da reserva de reavaliação técnica como resultado da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, em janeiro de 2022). Além disso, e de acordo com a decisão do Banco de classificar suas operações de *hedge* e a dívida original como operações ao valor justo, em 2022, o saldo mantido em resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021, de USD 5.744 referentes a perdas por ajustes do valor de operações de troca de moeda e taxas de juros, foi reclassificado ao resultado do exercício em 1º de janeiro de 2022 (Notas 4.10 e 8.5).

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos ao valor justo são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

8.3 Investimentos ao custo amortizado (registrados em caixa e equivalentes de caixa)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a certificados de depósito. Em 31 de dezembro de 2023, esses investimentos totalizam USD 294.867, referentes a certificados com vencimento original de até 90 dias, razão pela qual foram reclassificados como caixa e equivalentes de caixa, e USD 30.000 com vencimento original maior que 90 dias (2022 – USD 169.836). A tabela a seguir mostra a composição dos investimentos antes de sua reclassificação:

	Em 31 de dezembro	
	2023 USD	2022 USD
<u>Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito</u>		
Soberanos	40.617	35.656
Organismos multilaterais de desenvolvimento	132.723	54.880
Entidades financeiras	121.527	79.300
Subtotal	294.867	169.836
Capital investido	294.867	169.836
Juros e taxas a receber	2.141	564
Total	297.008	170.400

(i) Investimentos mantidos até o vencimento

O Banco considera como investimentos mantidos até o vencimento ao custo amortizado aqueles ativos financeiros que são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros.

Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente a PCE dos investimentos mantidos ao custo amortizado, o Banco determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada.

8.4 Carteira de Empréstimos

A composição da carteira de créditos a receber por país membro é a seguinte:

País	Em 31 de dezembro	
	2023 USD	2022 USD
Argentina	460.838	490.462
Bolívia	440.617	395.009
Brasil	206.258	178.992
Paraguai	342.269	342.042
Uruguai	328.911	278.339
Carteira bruta de empréstimos com garantia soberana (CGS)	1.778.893	1.684.844
Carteira bruta de empréstimos sem garantia soberana (SGS)	98.333	76.000
Total carteira bruta	1.877.226	1.760.844
Menos: Taxa de administração a creditar	(4.524)	(2.938)
Subtotal carteira de empréstimos	1.872.702	1.757.906
Menos: Provisão p/ perdas esperadas em empréstimos CGS	(17.840)	(12.416)
Menos: Provisão p/ perdas esperadas de empréstimos SGS	(1.560)	(1.094)
Total carteira líquida de empréstimos	1.853.302	1.744.396

Os juros e as taxas a receber em relação aos empréstimos equivalem a USD 39.466, em 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 28.182).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, todos os empréstimos foram classificados no Nível 1. O saldo da provisão para perdas esperadas em empréstimos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é o seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2023 USD	2022 USD
Provisão no início do exercício de período ou ano CGS ¹	12.415	11.123
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos CGS	5.425	1.293
Subtotal provisão CGS	17.840	12.416
Provisão no início do exercício de período ou ano SGS	1.094	1.217
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos SGS	466	(123)
Subtotal provisão SGS	1.560	1.094
Provisão para perdas esperadas em empréstimos	19.400	13.510

¹ O saldo inicial foi ajustado por arredondamento para milhares.

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2023 USD	2022 USD
Prazo de até um ano	217.016	171.608
De um a dois anos	195.573	206.417
De dois a três anos	184.423	199.611
De três a quatro anos	189.107	176.313
De quatro a cinco anos	195.895	172.591
De mais de cinco anos	895.212	834.304
Total carteira bruta de empréstimos	1.877.226	1.760.844

(i) Classificação da carteira de empréstimos

Cerca de 95% da carteira de empréstimos corresponde a empréstimos concedidos com garantia soberana do país membro. Desde 2020, o Banco começou a outorgar financiamentos a bancos e empresas de economia mista, em nível subnacional. O saldo pendente desses empréstimos representa cerca de 5% dos empréstimos brutos pendentes em 31 de dezembro de 2023 (2022 – 4%).

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como circulante e o saldo restante, como não circulante. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações futuras, respectivamente.

O PEI 2022—2026, aprovado pela Assembleia de Governadores em 17 de setembro de 2021, inclui o financiamento de atividades de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e de geração de conhecimento. Isso se deve à aprovação pela Assembleia de Governadores, em 2019, de alteração na Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista dos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Antes dessa alteração, a Diretoria-Executiva havia aprovado nova linha de financiamento para operações SGS, em novembro de 2019.

Sob esta nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado a conceder empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis ao financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

Como se indica na Nota 6.4, em 31 de dezembro de 2023, o saldo a receber de empréstimos sem garantia soberana chega a USD 98.333, o que representa aumento de cerca de 29,4% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2022, USD 76 mil.

Esses financiamentos correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência de até 8 anos, com carência de até 2 anos e prazo de amortização de até 8 anos.

Da mesma forma que nos financiamentos concedidos com garantia soberana, sobre esses empréstimos incidem juros com base na taxa de referência SOFR mais *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento, bem como taxa de empenho sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito, mais taxa de administração com base na vigência de cada etapa.

As operações SGS requerem que o tomador de recursos pague uma soma inicial não reembolsável destinada a cobrir os custos legais e de risco de crédito no momento de requerer o financiamento.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil seja próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros desses ativos são próximos do valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

As provisões para perdas esperadas em empréstimos CGS e SGS são mantidas em nível considerado adequado pelo Banco para absorver as eventuais perdas inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a cobrança de juros sobre a carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros pendentes de empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que se voltem a cobrar juros sobre esses empréstimos. O que só acontece após a quitação da totalidade do principal e dos juros ou taxas devidos pelo tomador de recursos, que ainda deverá comprovar ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui provisão para refletir a incobrável potencial de sua carteira de empréstimos. A provisão para empréstimos com e sem garantia soberana é parte integral das políticas financeiras do Banco. De acordo com as normas em vigor, a provisão para perdas esperadas em empréstimos é calculada de maneira diferente para empréstimos CGS e SGS.

A provisão para empréstimos com garantia soberana é calculada considerando o saldo devedor de cada país membro no momento do cálculo. Esses saldos são multiplicados pela probabilidade de inadimplemento associado a cada país membro e pela estimativa de perda máxima resultante. A determinação da probabilidade de inadimplemento de cada país baseia-se na nota de risco de crédito atribuída por três agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas. Essa probabilidade é ajustada para dar a devida ênfase ao reconhecimento da condição de credor preferencial de que goza o Banco.

Para os empréstimos concedidos sem garantia soberana, a probabilidade de inadimplimento é determinada com base na nota de risco de crédito atribuída pela análise realizada pelo Banco no momento da análise do crédito e é atualizada periodicamente. A perda máxima é estimada de acordo com as diretrizes de gestão de riscos estabelecidas pelo Comitê de Basileia.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os montantes de seu patrimônio e o total de ativos. O Banco faz revisão trimestral de sua carteira de empréstimos para avaliar imparidades que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição a risco de crédito, moeda e taxa de juros constam das Notas 4.7 e 6.

8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a pagar contratados com outras organizações multilaterais e bilaterais de desenvolvimento (OMDs) e com instituições financeiras, além de títulos e depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco, que foram pagos em 5 de maio de 2023. Como se explica em (ii), a seguir, o Banco contrata operações de derivativos cambial e de taxa para reduzir o risco de variações das taxas de câmbio e de juros nos casos em que contrai dívidas em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência de seus empréstimos. O valor líquido das operações de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida dos bancos J.P. Morgan (JPM), Crédit Suisse (CS), HSBC, BBVA e Deutsche Bank (DB), constitui saldo líquido a receber de USD 6.799³, em 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 5 de saldo líquido a receber), e é registrado em “Derivativos para a proteção de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial.

O total da dívida em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, é o seguinte:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
Dívidas		
Empréstimos e certificados de depósito ao custo amortizado ¹	309.100	476.086
Empréstimos ao valor justo	133.706	9.261
Títulos ao valor justo ²	609.987	492.017
Carteira bruta	1.052.793	977.364
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	(2.746)	(2.021)
Total	1.050.047	975.343

¹ Inclui dívida denominada em euros à taxa Euribor contratada com a AFD e com o KfW, que foi objeto de operação de *hedge* por meio de contrato de *swap* cambial e de taxa. As dívidas, assim como as operações de *hedge*, estão mensuradas ao valor justo de USD 9.594 e USD 24.112, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 9.231, correspondente à AFD) (Nota 8.5 (i)).

² A partir de 1º de janeiro de 2022, o Banco classifica suas operações de cobertura de fluxos de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos como *hedge* de valor justo, de acordo com a IFRS 9. Esta mudança foi realizada no âmbito de referência da IAS 8, de forma prospectiva, dado que não existe efeito material em exercícios anteriores.

³ Este saldo refere-se principalmente a USD 6.969 de garantia junto ao CS e foi regularizado em 3 de janeiro de 2024.

(i) Empréstimos de OMDs e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de dívidas contratadas pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos aprovados a seus países membros é o seguinte:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
Corporação Andina de Fomento – ver nota (1) abaixo	100.000	100.000
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – ver nota (2) abaixo	-.-	80.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – ver nota (3) abaixo	132.972	118.396
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) – ver nota (4) abaixo	26.867	28.322
Banco Europeu de Investimentos (BEI) – ver nota (5) abaixo	60.000	42.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – ver nota (6) abaixo	15.522	16.629
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) – ver nota (7) abaixo	83.333	100.000
KfW	24.112	-.-
Total	442.806	485.347

Os saldos de empréstimos de OMDs e outras instituições incluem linhas de crédito com a AFD e a KfW, que se encontram mensuradas ao valor justo por estarem protegidas por *hedge* cambial e de taxa (Nota 8.5 (ii)).

As cláusulas contratuais das dívidas contratadas com a AFD e a KfW exigem a emissão de certificados de conformidade, reconhecidos pelos auditores independentes.

A partir de março de 2018, por resolução da Diretoria-Executiva, RDE 1409, a capacidade de empréstimo do Banco é estabelecida com base num múltiplo de três vezes o patrimônio líquido, e o limite máximo de endividamento é determinado pela soma dos ativos líquidos com duas vezes o patrimônio líquido.

O Banco planejou sua estratégia de endividamento e programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

(1) Em 9 de junho de 2022, o Banco pagou o valor pendente no âmbito da linha de crédito mantida com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) desde novembro de 2016. Em 1º de dezembro e em 6 de dezembro de 2022, respectivamente, o Banco tomou dois financiamentos de USD 50 mil, no âmbito da linha de crédito acordada com a CAF em 17 de setembro de 2021. O primeiro será amortizado em duas parcelas iguais de USD 25 mil, com vencimento em 1º de junho e 2 de setembro de 2024, e o segundo empréstimo será amortizado em duas parcelas iguais com vencimento em 6 de junho e 6 de dezembro de 2024. A taxa de juros que incide sobre ambos os empréstimos é taxa Term SOFR acrescida de *spread* fixo. Para proteger as diferenças potenciais entre a Term SOFR e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos concedidos pelo Banco, o Banco contratou com o DB, em 27 de janeiro de 2023, operações de *hedge* de taxa retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, respectivamente (Nota 8.5 (ii)). Em 6 de dezembro de 2023, o Banco e a CAF acordaram nova linha de crédito rotativo não comprometida, no valor de USD 75.000, com base na taxa Term SOFR. Até 31 de dezembro não foram utilizados recursos dessa linha.

(2) O Banco mantém acordos com os Bancos Centrais de seus países membros que lhe permitem aceitar recursos denominados em dólares estadunidenses no médio prazo, instrumentados por meio de nota promissória. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha dívida referente a certificado de depósito bancário a taxa fixa, do Banco Central do Uruguai, no valor de USD 80.000, que foi paga em 5 de maio de 2023. Os juros incidentes sobre este certificado estão incluídos nos custos financeiros do período.

(3) Em 7 de março de 2022, o Banco firmou um segundo acordo de financiamento no valor de USD 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), totalizando USD 200.000 o valor financiado pelo BID, tendo os primeiros USD 100.000 sido aprovados em 2017. Esse novo empréstimo baseia-se na taxa SOFR composta e prevê prazo de desembolso de 4 anos e período de amortização de 25 anos, com vida média de 14,95 anos a contar da primeira amortização do principal, em 15 de maio de 2027, e finalizando com a última amortização, em 15 de novembro de 2046. Ao amparo desse acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto financiamento retroativo com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 8 de dezembro de 2021 e a data de vigência estipulada para o último desembolso a ser aprovado no âmbito desta linha. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos sob essa linha, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos a serem requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria o montante desembolsado pelo Banco sob a modalidade de reconhecimento de despesas, de forma que os recursos tomados pelo Banco sob essa linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram desembolsados dessa nova linha USD 19.576 (2022 – USD 18.397). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco amortizou USD 5.000, referentes à primeira linha de crédito.

A tabela a seguir apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo a ser desembolsado:

<u>Empréstimos</u>	31 de dezembro de 2023			A ser financiado pelo <u>FONPLATA</u>
	BID			
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>A desembolsar</u>	
Linha de crédito vigente 2022:				
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	20.000	10.438	9.562	3.310
ARG-40/2018 Acesso Pto. Las Palmas	10.000	-.-	10.000	-.-
BRA-21/2018 Itajaí 2040	45.000	19.643	25.357	56.295
BRA-23/2019 Ponta Porã	25.000	7.892	17.108	2.870
Total linha em vigor	100.000	37.973	62.027	62.475

(4) Em 29 de junho de 2022, o Banco assinou nova linha de crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor total de EUR 30.000 amortizáveis em 12 anos à taxa Euribor de 6 meses mais *spread*. Esta linha soma-se à linha de crédito aprovada em outubro de 2018, no valor de USD 20.000, que foi totalmente executada em 2021 e encontra-se em processo de pagamento. Em 31 de dezembro de 2022, haviam sido financiados sob esta nova linha EUR 8.000, equivalentes a USD 8.519, não tendo sido registrados desembolsos no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023.

O total devido à AFD no âmbito dessas duas linhas é de USD 26.867, referente a USD 17.273 e EUR 8.000 (2022 – USD 0 e EUR 8.000). Para se proteger das potenciais variações de taxa de câmbio, entre o euro e o dólar estadunidense, e de taxa de juros, entre a Euribor e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos, o Banco contratou com a JPM operação de *hedge* cambial e de taxa (Nota 8.5 (ii)).

Empréstimos	AFD Financiamentos em EUR e USD em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
	Elegível	Desembolsado	Disponível	FONPLATA	A Pagar
ARG-51/2021-PROSAF	3.780	3.780	-.-	9.520	-.-
BRA-33/2022-DOURADOS	11.380	4.220	7.160	28.620	-.-
Projetos a identificar	14.840	-.-	14.840	-.-	-.-
Total Euros	30.000	8.000	22.000	38.140	8.000
USD equivalentes	33.150	8.840	24.310	42.145	8.840
Linha USD 2018	20.000	20.000	-.-	-.-	17.273
Total	53.150	28.840	24.310	42.145	26.113

(5) Em 29 de abril e 6 de dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 10.000 e USD 20.000, respectivamente, do Banco Europeu de Investimentos (BEI), no âmbito da linha de financiamento assinada em agosto de 2020, no valor total de USD 60.000. Esses valores somam-se aos USD 12.000 recebidos até 31 de dezembro de 2021. Em 6 de julho de 2023, o Banco recebeu do BEI USD 18.000, completando assim o total contratado nessa linha.

(6) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 12.200, sob a nova linha de crédito assinada em junho de 2021 com o “Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO)”, no valor total de USD 15.000. Essa linha soma-se à obtida em 2018, originalmente no valor de USD 15.000, dos quais foram liquidados USD 9.464 que não haviam sido utilizados até a data de sua expiração, em 17 de dezembro de 2020, deixando saldo a pagar pelos desembolsos recebidos de USD 5.536, dos quais USD 1.107 foram amortizados em 2023, permanecendo saldo pendente de USD 15.522 (2022 – USD 1.107 amortizados e saldo pendente de USD 16.629). Não foram registrados novos desembolsos desta linha no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimos	ICO			
	Elegível	Desembolsado	Desembolsado	Disponível
		2022	2023	
31 de dezembro de 2022				
ARG 23/2015 Estrada de Ferro Belgrano SUR	12.645	12.200	-.-	445
Total	12.645	12.200	-.-	445

(7) O valor devido sob esta linha de crédito corresponde ao financiamento de USD 100.000 em linha de crédito acordada com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), em junho de 2021, com prazo de 5 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram amortizados USD 16.667, restando saldo pendente de USD 83.333.

(8) Em 16 de dezembro de 2022, o Banco assinou contrato de empréstimo com a KfW, a fim de financiar projetos da Linha Verde e que contribuam para mitigar as mudanças climáticas e seu o impacto ao meio-ambiente. Este empréstimo é denominado em euros e incorre em juros com base na taxa Euribor mais *spread* fixo. O valor total do financiamento é de EUR 37.000. Este empréstimo pode ser desembolsado até 31 de dezembro de 2024, data em que expira o contrato de financiamento. A amortização do empréstimo está prevista em sete parcelas semestrais iguais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2027, finalizando em 15 de maio de 2030. Em 24 de agosto de 2023, o Banco sacou EUR 21.000, equivalentes a USD 22.768, operação que foi objeto de *hedge* cambial e de taxa contratada junto ao BBVA, a fim de alinhar a moeda do passivo com o dólar estadunidense e a taxa com a SOFR composta, que é a taxa de referência dos financiamentos concedidos.

A tabela a seguir apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o KfW, o valor total a ser financiado, o montante utilizado até hoje e o saldo disponível:

Empréstimos	KfW		
	Elegível	Desembolsado	Disponível
31 de dezembro de 2023			
ARG23/2015 Belgrano Sur	10.500	-.-	10.500
PAR26/2018 Ande Valenzuela	21.000	21.000	-.-
PAR29/2022 Ande Chaco	5.500	-.-	5.500
Total Euros	37.000	21.000	16.000
USD equivalentes	40.885	23.205	17.680

(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de valor justo

Como indicado nas Notas 2 e 4.10, entre 2019 e 2021, o Banco realizou três emissões de títulos no mercado de capitais suíço, identificados como FONPLATA24, FONPLATA26 e FONPLATA28, de acordo com o ano do respectivo vencimento. Essas emissões são denominadas em francos suíços à taxa de juros fixa com cupom anual e pagamento do principal no vencimento. FONPLATA 24, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 5 anos e vencimento em 11 de março de 2024; FONPLATA 26, com valor total de CHF 200.000, foi emitido com prazo de 5 1/2 anos e vencimento em 3 de setembro de 2026; e FONPLATA28, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 7 anos e vencimento em 1º de dezembro de 2028.

No final de março de 2023, o Banco ingressou no mercado de capitais japonês, realizando sua primeira emissão de títulos sustentáveis. Esta emissão consistiu em duas séries, a primeira com vencimento em março de 2028, no valor de JPY 3.000.000, equivalentes a USD 22.509, com taxa fixa e cupom semestral, e a segunda, com vencimento em outubro de 2029, no valor de JPY 4.200.000, equivalentes a USD 31.513, à taxa fixa com cupom semestral. Ademais, como indicado acima na Nota 8.5 (i) (1) e (4), o Banco contratou nova linha de crédito com a CAF, denominada em dólares estadunidenses e à taxa de juros Term SOFR, além de duas novas linhas de crédito, uma com a AFD e outra com a KfW, denominadas em euros à taxa Euribor. Em agosto de 2023, o Banco sacou EUR 21.000, equivalentes a USD 22.768 (2022 – EUR 8.000, equivalentes a USD 8.519, sacados da linha contratada com a AFD, denominada em euros à taxa Euribor).

Seguindo sua política de gestão de riscos, o Banco contrata derivativos para a troca de obrigações denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa de referência dos empréstimos, por obrigações denominadas em dólares estadunidenses sobre as quais incidem juros com base na taxa de referência da carteira de empréstimos. De acordo com a natureza dessas transações, o Banco considerou que as operações de *swap* cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de *hedge* de valor justo, de acordo com a IFRS 9.

A seguir apresentamos os *swaps* cambiais em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente:

31 de dezembro de 2023

1. HSBC – *Swap* cambial e de taxa de juros referente aos Títulos Sustentáveis série 1, JPY 3.000.000, com prazo de 5 anos e taxa anual fixa de 1,21% com cupom semestral, trocado por USD 22.509, com prazo de 5 anos com juros baseado na SOFR composta mais *spread*, e Títulos Sustentáveis série 2, JPY 4.200.000, com prazo de 6 ½ anos à taxa fixa anual de 1,3% com cupom semestral, trocado por USD 31.513, com prazo de 6 ½ anos e taxa de juros baseada na SOFR composta mais *spread*.
2. BBVA – *Swap* cambial e de taxa de juros referentes a EUR 21.000 desembolsados pela KfW à taxa Euribor, trocado por USD 22.768 com taxa SOFR composta em 28 de agosto de 2023, com prazo de 5 anos, em 15 de novembro de 2028. Esta operação de *swap* prevê a troca de juros semestrais de 3,8% em Euribor mais *spread* pelo pagamento por parte do Banco de juros semestrais baseados na SOFR composta mais *spread*.

31 de dezembro de 2022

1. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 5 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, por USD 148.809, com prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
2. CS – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos à taxa fixa com cupom anual de 0,556%, por USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 5 ½ anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
3. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para troca de CHF 150.000, com prazo de 7 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,7950%, por USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 7 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
4. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para troca de EUR 8.000, referente ao primeiro desembolso do empréstimo contratado com a AFD (Nota 8.5 (i) (4)) à taxa Euribor mais *spread* fixo. Esta operação de *swap* cobre o período da dívida contraída a partir de 23 de dezembro de 2022 até seu vencimento, em 31 de janeiro de 2034, e incorre em juros sobre total equivalente a USD 8.516 com base na SOFR composta, que é a taxa de referência de todos os empréstimos concedidos pelo Banco a partir de 1º de janeiro de 2022 (Nota 6.2).
5. DB – *Swap* de taxas de juros dos desembolsos recebidos em dezembro de 2023 da linha de crédito contratada com a CAF em 2021 (Nota 8.5 (i) (1)), para troca da taxa Term SOFR pela SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimos do Banco. Essas operações de *hedge* ocorreram no dia 27 de janeiro de 2023, com cobertura retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, data em que foram recebidos os desembolsos. O valor justo da dívida contraída junto à CAF e das operações de *hedge* de taxa de juros a receber e a pagar, em 31 de dezembro de 2022, é igual ao valor ao custo amortizado da dívida na mesma data, que é de USD 100.000. A operação de *hedge* resultou na diferença de juros a favor do Banco em 31 de dezembro de 2022, no valor de USD 81.000, que se encontram refletidos no menor custo de encargos financeiros.

O Banco assinou contrato mestre ISDA com cada uma de suas contrapartes, que determina que cada parte deve compensar a outra com garantia por qualquer diferença no risco de crédito como resultado de mudança na cotação diária das operações de *swap* devido a mudanças nas taxas de juros e cambial. A garantia a ser integralizada pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e é constituída toda vez que esse déficit ultrapassar o valor estipulado com cada contraparte. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das cotações realizadas pelas contrapartes, o qual se baseia em informações de mercado sobre taxas de juros e taxas de câmbio fornecidas pelo serviço financeiro da Bloomberg.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo *Federal Reserve* dos Estados Unidos.

Os juros recebidos ou pagos pelo Banco referente à garantia mantida com suas contrapartes são registrados em outras receitas/despesas na DRE. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possui valor líquido a receber de suas contrapartes de USD 20.612 (2022 – USD 36,858).

O valor total de juros recebidos e pagos como garantia às contrapartes baseia-se na taxa de juros das aplicações do *Federal Reserve* dos Estados Unidos. No exercício financeiro de 2023, o Banco recebeu juros relativos à garantia mantida com suas contrapartes no valor de USD 1.280 (2022 – USD 847) e pagou pela garantia recebida de suas contrapartes o valor de USD 223 (2022 – USD 2).

Os ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial, considerando que o Banco tem o direito, por contrato, de compensar os montantes reconhecidos e a intenção de cumprir o contrato, compensando a obrigação líquida, ou de realizar o ativo e saldar o passivo de forma simultânea.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operações de *swap* de taxa e cambial e de garantia) com base no direito de compensação e liquidação emergente do contrato, que não foi efetivado até 31 de dezembro de 2023. A coluna “montante líquido” mostra o impacto sobre o balanço patrimonial do Banco, caso o direito à compensação e liquidação seja executado.

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
31 de dezembro de 2023			
Crédit Suisse (CS):			
Ativos financeiros			
<i>Swap</i> cambial e de taxa de juros a receber ¹	238.455	(236.976)	1.479
Garantia a receber	5.490	-.-	5.490
Subtotal derivativos a receber	243.945	(236.976)	6.969
Passivos financeiros:			
<i>Swap</i> cambial e de taxa de juros a pagar ¹	(236.976)	236.976	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(236.976)	236.976	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber CS	6.969	-.-	6.969
J.P. Morgan (JPM):			
Ativos financeiros			
<i>Swap</i> cambial e de taxa de juros a receber ²	366.428	(366.428)	-.-
Subtotal derivativos a receber	366.428	(366.428)	-.-
Passivos financeiros:			
<i>Swap</i> cambial e de taxa de juros a pagar ²	(336.181)	366.428	30.247
Garantia a pagar	(30.392)	-.-	(30.392)
Subtotal derivativos a pagar	(366.573)	366.428	(145)
Exposição líquida de derivativos a pagar JPM	(145)	-.-	(145)

Deutsche Bank (DB):

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
Ativos financeiros			
Swap de taxa de juros a receber	50.490	(50.488)	2
Subtotal derivativos a receber	50.490	(50.488)	2
Passivo financeiro			
Swap de taxa de juros a pagar	(50.488)	50.488	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(50.488)	50.488	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber DB	2	-.-	2

HSBC:

Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber	55.277	(55.277)	-.-
Garantia a receber	4.760		(4.760)-
Subtotal derivativos a receber	60.037	(55.277)	60.037

Passivo financeiro

Swap cambial e de taxa de juros a pagar	(60.030)	60.037	7
Subtotal derivativos a pagar	(60.030)	60.037	7
Exposição líquida de derivativos a pagar ao HSBC	7	-.-	7

BBVA:

Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber	24.112	(24.112)	-.-
Subtotal derivativos a receber	24.112	(24.112)	-.-

Passivos financeiros:

Swap cambial e de taxa de juros a pagar	(23.676)	24.112	436
Garantia a pagar	(470)	-.-	(470)
Subtotal derivativos a pagar	(24.146)	24.112	(34)
Exposição líquida de derivativos a pagar BBVA	(34)	-.-	(34)

Posição líquida de derivativos a receber	6.799	-.-	6.799
---	--------------	------------	--------------

31 de dezembro de 2022

Crédit Suisse (CS):

Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ¹	210.781	(238.047)	(27.266)
Garantia a receber	27.270	-.-	27.270
Subtotal derivativos a receber	238.051	(238.047)	4

Passivos financeiros:

Swap cambial e de taxa de juros a pagar ¹	(238.047)	238.047	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(238.047)	238.047	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber de CS	4	-.-	4

J.P. Morgan (JPM):

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ²	329.137	(338.724)	(9.587)
Garantia a receber	9.588	-.-	9.588
Subtotal derivativos a receber	338.725	(338.724)	1

Passivos financeiros:

Swap cambial e de taxa de juros a pagar ²	(338.724)	338.724	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(338.724)	338.724	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber de JPM	1	-.-	1

Deutsche Bank (DB):

Ativos financeiros			
Swap de taxa de juros a receber	100.000	(100.000)	-.-
Subtotal derivativos a receber	100.000	(100.000)	-.-
Passivo financeiro			
Swap de taxa de juros a pagar	(100.000)	100.000	-.-
Posição líquida de derivativos com DB	-.-	-.-	-.-
Posição líquida de derivativos a receber	5	-.-	5

¹ Com base nas cláusulas que regem o contrato da operação de swap cambial e de taxas contraída originalmente com o CS, que foi absorvido pelo UBS Group AG (UBS) em março de 2023, no terceiro trimestre de 2023, a taxa de juros foi automaticamente modificada da LIBOR de 6 meses para a SOFR composta. Essa modificação é consistente com a taxa de referência aplicável às operações de empréstimo concedidas pelo Banco.

² Como se indica na Nota 2-B, em dezembro de 2022, o Banco substituiu a taxa LIBOR de 6 meses pela taxa SOFR composta, que é a taxa de referência de mais de 60% da carteira de empréstimos, em suas operações de swap cambial e de taxa com o JPM. Esta substituição é efetiva para os vencimentos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Todos os derivativos são mensurados ao valor justo, usando técnicas de avaliação, com base no uso de informações do mercado confiáveis e observáveis na medida do possível, portanto são classificados no nível 2 (Nota 8.7).

A dívida a pagar, classificada de acordo com sua data contratual de vencimento, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
Até um ano	318.884	104.592
De um a dois anos	41.992	298.900
De dois a três anos	251.734	41.992
De três a quatro anos	17.181	224.346
De quatro a cinco anos	201.071	12.928
Mais de cinco anos	221.930	294.606
Total	1.052.792	977.364

(iii) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMDs e outras instituições são mensurados ao custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.

Os recursos captados por meio de dívidas e os títulos emitidos em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo são objeto de operações de *swap* cambial e de taxa, a fim de mitigar a exposição a variações das taxas de câmbio e de juros, e são mensuradas ao valor justo. O efeito líquido dessas variações é reconhecido na demonstração de resultados em “Outras receitas”.

(iv) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, inclui os seguintes itens:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
FOCOM	15.768	14.230
PAC	4.913	4.184
PCT	3.826	4.221
Total	24.507	22.635

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes do Banco e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco.

Os fundos especiais foram criados pela Assembleia de Governadores em 2014 e são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou lucros retidos mantidos na reserva de capital. Em 1o de dezembro de 2023, foi aprovado pela Assembleia de Governadores a distribuição dos lucros acumulados não alocados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (ASG/RES-200/2023).

- Fundo especial para a compensação da taxa de operações (conhecido como FOCOM):** O objetivo deste fundo, de ajuda na redução do custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos por Bolívia, Paraguai e Uruguai com o Banco, foi ampliado, em 2020, para todos os países membros no caso de operações que possam ser elegíveis sob a Linha Verde, projetos com impacto ambiental e projetos sob a Linha de Reativação Econômica. Esta ajuda é realizada por meio do pagamento de parte dos juros devidos semestralmente pelos tomadores de recursos. O pagamento do benefício concedido por este fundo é contingente e determinado anualmente, em nome dos tomadores de recursos. Em 1º de dezembro de 2023 (RAG – 200), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o FOCOM de USD 4.300 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2022. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2023, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para este fundo de USD 25.910 dos resultados acumulados a título de contribuição (2022 – USD 21.610).
- Programa de Cooperação Técnica (PCT):** Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 16 de dezembro de 2022 (RAG – 192), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 500 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2021. Não foram alocados recursos adicionais ao PCT em 2023. A partir de sua criação e até 31 de dezembro de 2023, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação a título de contribuição ao PCT de USD 5.000 dos resultados acumulados não alocados (2022 – USD 5.000).
- Fundo de Pensão:** Conforme explicado na Nota 4.13 – Outros benefícios a colaboradores, em 14 de agosto de 2018, a Diretoria-Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1º de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos da relação de trabalho do colaborador. O PAC mantém o benefício a título de indenização por tempo de serviço, e o Banco contribui com o aporte de 100% do montante da taxa de contribuição dos colaboradores participantes da poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os colaboradores que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha da percentagem de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada exercício. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do/a colaborador/a. Além disso, e como incentivo para reter os colaboradores, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, bem como as contribuições do Banco para a poupança voluntária e os respectivos rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Esse percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos recursos acumulados em sua conta do PAC por ocasião do encerramento do vínculo empregatício.

O quadro a seguir apresenta detalhe dos recursos acumulados e do total disponível no PAC para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Contribuições para benefício de indenização USD	Contribuição de poupança voluntária de colaboradores USD	Contribuições s/poupança voluntária do FONPLATA USD	Total acumulado USD	Total disponível para pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2023						
Saldos em 31 de dezembro de 2022: ¹	1.775	1.379	1.031	4.184	4.130	54
Mudanças no tempo de serviço	--	--	--	--	39	(39)
Contribuição benefício de rescisão contratual	475	--	--	475	475	--
Poupança voluntária dos participantes	--	353	353	707	657	49
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	79	--	79	79	--
Receita acumulada sobre investimentos	--	66	51	116	116	--
Resgates	(218)	(250)	(180)	(648)	(648)	--
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.032	1.628	1.255	4.913	4.849	64
31 de dezembro de 2022						
Saldos em 31 de dezembro de 2021: ¹	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80
Mudanças no tempo de serviço	--	--	--	--	64	(64)
Contribuição benefício de rescisão contratual	471	--	--	471	471	--
Poupança voluntária dos participantes	--	358	358	716	673	43
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	65	--	65	65	--
Receita acumulada sobre investimentos	--	13	10	24	24	--
Resgates	(585)	(318)	(243)	(1.148)	(1.144)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.775	1.379	1.031	4.184	4.130	54

¹ O saldo inicial disponível para o pagamento de benefícios foi ajustado por arredondamento ao milhar.

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco, independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo do Banco. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um desses fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota apresenta informações sobre os julgamentos e estimativas usados na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos e passivos financeiros é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	Nível 1 USD	Nível 2 USD	Nível 3 USD
31 de dezembro de 2023			
Investimentos ao valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	376.448	--	--
Dívidas a valor justo por meio do resultado – Nota 8.5 (i)	(743.693)	--	--
Operações de <i>hedge</i> a receber ao valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (ii)	--	734.762	--
Operações de <i>hedge</i> a pagar a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (ii)	--	(707.351)	--
31 de dezembro de 2022			
Investimentos a valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	338.850	--	--
Dívidas a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (i)	(501.248)	--	--
Operações de <i>hedge</i> a receber a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5	--	539.918	--
Operações de <i>hedge</i> a pagar a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5	--	(576.772)	--

As duas séries de títulos sustentáveis emitidos no Japão correspondem à emissão privada. O valor justo para este investimento deriva de valores de mercado para títulos similares listados no mercado de valores japonês, com base nas informações e no modelo fornecidos pela plataforma de informações financeiras da Bloomberg. Com exceção da avaliação desses títulos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram mantidos instrumentos financeiros que deveriam ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.

- **Nível 1:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final do período. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pelo Banco é o preço de mercado. Esses instrumentos são incluídos no nível 1.
- **Nível 2:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

- Nível 3: Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros do Banco, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo os julgamentos profissionais utilizados e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos incluem os seguintes itens:

	Propriedades USD	Equipamento e móveis USD	Obras de Arte USD	Veículos USD	Total ¹ USD
Valor de origem					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.857	2.641	87	49	7.634
Adições	-.-	694	-.-	-.-	694
Bens de uso em trânsito	-.-	32	-.-	-.-	32
Baixas	(392)	(86)	-.-	-.-	(478)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.465	3.281	87	49	7.882
Adições	-.-	139	-.-	-.-	139
Imobilizado de uso em trânsito	-.-	10	-.-	-.-	10
Baixas	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Valor de origem em 31 de dezembro de 2023	4.465	3.430	87	49	8.031
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	679	1.165	-.-	49	1.893
Baixas	(22)	(33)	-.-	-.-	(55)
Depreciação	102	262	-.-	-.-	364
Saldo em 31 de dezembro de 2022	759	1.394	-.-	49	2.202
Baixas	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Depreciação	146	466	-.-	-.-	612
Depreciação acumulada em 31 de dez. de 2023	905	1.861	-.-	49	2.815
Valor líquido resultante em 31 de dez. de 2023	3.560	1.569	87	-.-	5.216
Valor líquido resultante em 31 de dez. de 2022	3.706	1.887	87	-.-	5.680

¹ Os saldos iniciais e as somas parciais incluem diferenças por arredondamento.

O valor líquido resultante de salas comerciais, estacionamentos e espaços para armazenamento que fazem parte da sede central do Banco incluem o montante de reavaliação técnica reconhecida em 31 de dezembro de 2018, de USD 812. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta reserva foi reduzida em USD 24 e USD 93, respectivamente, como resultado da depreciação do período e, em 2022, da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, como se explica a seguir. A reserva por reavaliação técnica é classificada em outros resultados abrangentes. O montante desta reserva é reduzido por meio da depreciação e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.

Em janeiro de 2022, como resultado da abertura dos Escritórios de Ligação em seus países membros e a alocação de pessoal técnico para esses escritórios, além da adoção de modelo híbrido de trabalho, o Banco otimizou o espaço físico ocupado em sua sede principal, o que possibilitou a venda das salas ocupadas no 3º andar. O valor da venda foi de USD 450, determinados com base no valor de mercado, representando lucros líquidos de USD 116 após dedução do valor líquido, resultante de USD 320 mais impostos de transferência, no valor de USD 14.

(i) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas ao valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, menos a depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos ao valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, o que for menor
Equipamento e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamento	8 a 10 anos
Equipamento de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas a propriedades e equipamento.

(ii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico

Se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	Em 31 de dezembro de	
	2023 USD	2022 USD
Custo	4.044	4.044
Depreciação acumulada	(703)	(583)
Total	3.341	3.461

9.2 Diversos

Este item inclui saldos menores devidos ao Banco por empréstimos ao pessoal, adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, despesas diferidas e depósito de caução para o escritório de ligação em Assunção, Paraguai.

O Banco assinou contratos de aluguel de médio prazo para assegurar o espaço para seus escritórios de ligação em Buenos Aires, Argentina, Brasília, Brasil, e Montevideú, Uruguai. Os arrendamentos por períodos superiores a um ano são reconhecidos e contabilizados em conformidade com a IFRS 16. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram pagos aluguéis e juros implícitos no valor total de USD 222 e USD 165, respectivamente. A tabela a seguir apresenta as informações relevantes sobre os arrendamentos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respectivamente.

	Obrigação de arrendamento 31 de dezembro de	
	2023 USD	2022 USD
Assunção – Paraguai, contrato de aluguel de 3 anos assinado em 1º de janeiro de 2023, com vencimento em 31 de dezembro de 2026. O contrato estipula pagamentos mínimos mensais de USD 2,5, incluindo duas vagas de estacionamento, mais valor adicional mensal fixo de USD 0.075 por uma vaga extra de estacionamento e prevê ajuste anual de 4% a partir de 1º de janeiro de 2024.	69	-.-
Montevideú – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020, incluindo ampliação pela locação de 75 m² adicionais em junho de 2022. O contrato estipula pagamentos mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5 a partir de 1º de fevereiro de 2021 até 1º de janeiro de 2024. A partir da ampliação, em junho de 2022, o pagamento mínimo é de USD 3,9 mensais. Os pagamentos mínimos de aluguel estão sujeitos a aumento anual de 4%.	7	83
Brasília – Brasil, contrato de aluguel de 3 anos, assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de USD 2,1, denominados em Reais, e sujeito a ajustes anuais com base no índice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.	6	31
Buenos Aires – Argentina, contrato de aluguel de 3 anos, a partir de 1º de fevereiro de 2022 até 31 de janeiro de 2025, com pagamento mínimo mensal de USD 5,4, incluindo o imposto sobre valor agregado e amortização de melhorias.	76	152
Total	158	266

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o montante total de diversos a receber é de USD 1.399 e USD 1.088, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e taxas acumulados a pagar por dívidas contraídas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos a colaboradores. Ademais, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de aluguel do escritório de ligação em Montevideú, Uruguai.

A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Juros e taxas sobre dívidas	15.158	9.638
Contas a pagar e liquidações	717	390
Parte não amortizada de aluguéis	158	266
Total	16.033	10.294

NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1 Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14ª Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de USD 1.375.000, passando o capital de USD 1.639.200 para USD 3.014.200. O novo aumento de capital efetivou-se em 2017, com o processo de subscrição pelos países membros de suas parcelas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando USD 550.000, e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando USD 825.000.

Nessa oportunidade foi acordado integralizar o capital a ser pago em dinheiro em oito parcelas. Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai comprometeram-se a integralizar suas parcelas entre 2018 e 2024, e o Brasil, entre 2018 e 2026. No final do processo de integralização, o capital a ser pago em dinheiro totalizará USD 1.349.200.

A totalidade do capital exigível, i.e., USD 1.665.000, foi subscrita e autorizada pelos países membros em 31 de dezembro de 2018. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, após aprovação pelos Governadores, caso seja necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, na falta de condições de fazê-lo com recursos próprios.

Como indicado na Nota 1 – “Antecedentes”, o novo Convênio Constitutivo do Banco, aprovado pela Assembleia de Governadores em novembro de 2018 e ratificado pelos cinco países membros em 27 junho de 2023, entrará em vigor em 27 de janeiro de 2024. Nessa ocasião, o capital será expresso em ações com valor nominal de USD 10.

Além disso, em 5 de fevereiro de 2024, com base nas recomendações da Diretoria-Executiva, a Assembleia de Governadores aprovou aumento do capital autorizado de USD 3.014.200 para USD 6.500.000. Esse aumento contempla a adição de novos membros. A distribuição do aumento do capital autorizado entre “Membros Fundadores, ações Classe A” e “Novos Membros, ações Classe B”, será tratada pela Assembleia de Governadores nos próximos meses.

Com base no montante de capital subscrito e pago pelos países membros em 27 de janeiro de 2024, data de entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo que denomina o capital em ações de valor nominal de USD 10 cada uma, o número de ações em circulação e subscritas a serem integralizadas é o que segue:

Capital Autorizado Emitido em 27 de janeiro de 2024 (número de ações)					
País membro	Ações de capital a ser pago em dinheiro			Ações de capital exigível subscritas e autorizadas	Total de ações emitidas
	Subscritas e integralizadas	Ações subscritas a integralizar	Total		
Argentina	38.741	6.233	44.974	55.501	100.476
Bolívia	13.952	1.039	14.990	18.499	33.490
Brasil	40.441	4.533	44.974	55.501	100.476
Paraguai	13.952	1.039	14.990	18.499	33.490
Uruguai	13.952	1.039	14.990	18.499	33.490
	121.037	13.883	134.920	166.500	301.420

A composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, é a que segue:

País membro ⁱ	Capital subscrito		Capital autorizado		Total	%
	Em espécie	Exigível	Em espécie	Exigível		
	USD	USD	USD	USD	USD	
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,1%
	1.349.200	1.665.000	1.349.200	1.665.000	3.014.200	100,0%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco recebeu capital em dinheiro dos países membros no total de USD 128.707 e USD 75.194, respectivamente. Os montantes de capital subscrito e ainda não integralizado, bem como de capital exigível e autorizado, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, são os seguintes:

País membro	31 de dezembro de 2023 Capital subscrito em dinheiro			31 de dezembro de 2022 Capital subscrito em dinheiro		
	Em espécie ⁱ	A integralizar ⁱ	Total	Em espécie ⁱ	A integralizar ⁱ	Total
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
• Argentina	387.410	62.334	449.744	387.411	62.333	449.744
• Bolívia	139.515	10.389	149.904	129.126	20.778	149.904
• Brasil	404.412	45.332	449.744	306.871	142.873	449.744
• Paraguai	139.515	10.389	149.904	129.126	20.778	149.904
• Uruguai	139.515	10.389	149.904	129.126	20.778	149.904
Total	1.210.367	138.833	1.349.200	1.081.660	267.540	1.349.200

Conforme indicado na Nota 2, em 3 de janeiro de 2023 e em 27 de abril de 2023, o Banco recebeu do Brasil USD 69.842 e USD 27.698, respectivamente, referente ao saldo remanescente das parcelas de capital acordadas para o período de 2020 a 2022 e parcela de capital a pagar em espécie subscrito para 2023. No mês de outubro de 2023, Bolívia, Paraguai e Uruguai integralizaram a subscrição das parcelas em dinheiro, no valor de USD 10.389 cada um.

31 de dezembro de 2023 e de 2022:

País membro	Capital subscrito exigível ⁱ
	Autorizado ⁱⁱ USD
• Argentina	555.014
• Bolívia	184.991
• Brasil	555.014
• Paraguai	184.991
• Uruguai	184.990
Total	1.665.000

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, todos os países membros haviam subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido ao arredondamento em milhares de dólares estadunidenses, os montantes parciais podem não concordar com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, incluem:

- Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva viu-se aumentado por ganho de USD 4.213, para uma perda acumulada de USD 401 (2022 – USD 1.191 de ganhos não realizados para total acumulado de perdas não realizadas de USD 4.615).
- Reserva para reavaliação de propriedades:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta reserva viu-se reduzida em USD 24 pela depreciação no exercício, para saldo de USD 612 (2022 – USD 93 para saldo de USD 636, como resultado da venda das salas ocupadas no 3º andar da sede principal do Banco, por USD 66, e USD 27 pela depreciação no exercício).

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023 totalizam USD 92.063 e correspondem totalmente à receita líquida obtida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 47.615). Esse é o lucro após dedução de USD 1.390 de perdas não realizadas referentes ao reconhecimento de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos e às operações de cobertura contratadas para mitigar os riscos de exposição às variações cambiais e de taxas de juros (2022 – USD 6.370 de lucros não realizados). Esses resultados não realizados resultam da diferença líquida da mensuração da dívida original e das coberturas a receber e a pagar no encerramento do exercício e vão convergindo a zero à medida que a dívida original e a cobertura expirem, quando o Banco fará a troca dos fluxos de caixa contratados e acordados com suas contrapartes.

As políticas do Banco preveem que os Resultados acumulados não alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial Compensação da Taxa Operacional (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT).

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, é o seguinte:

	Reserva de Capital
	USD
Saldo em 31 de dezembro de 2021	183.165
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2022	20.430
Saldo em 31 de dezembro de 2022	203.595
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2023	43.315
Saldo em 31 de dezembro de 2023	246.910

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
Receitas de empréstimos:		
Juros	139.352	69.613
Taxa de empenho	5.406	3.399
Taxa de administração	1.938	2.501
Subtotal	146.696	75.513
Receitas de investimentos:		
Juros	29.754	2.275
Outros	887	13
Receitas brutas de investimentos	30.641	2.288
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	(909)	(179)
Receitas líquidas de investimentos,	29.732	2.109
Receitas financeiras	176.428	77.622

Outras receitas

Ganhos não realizados nos ajustes a valor justo de dívidas protegidas por operações de <i>hedge</i> cambial e de taxa – Nota 4.10	64.265	48.807
Perdas não realizadas líquidas do valor justo das operações de <i>hedge</i> a receber e a pagar – Nota 4.10	(65.655)	(42.437)
Resultados líquidos não realizados	(1.390)	6.370
Outras receitas	636	1.020
Total outras receitas	(754)	7.390

NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco atingiu percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 84% e 81%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
Classificação das despesas		
Despesas de pessoal	8.052	7.563
Despesas de serviços	756	645
Serviços profissionais	880	838
Classificação de risco de crédito	103	78
Auditores externos	63	81
Despesas administrativas	1.960	1.229
Serviços financeiros	224	182
Total do orçamento administrativo executado	12.038	10.616
Classificação de outras despesas		
Depreciação	587	365
Diferenças cambiais – lucros	(257)	69
Total de despesas administrativas	12.368	11.050

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

As tabelas abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do período no qual se espera que sejam resgatados ou pagos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente:

	Circulante (Menos de 1 ano) USD	Não circulante (Mais de 1 ano) USD	Total USD
<u>31 de dezembro de 2023</u>			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	324.216	-.-	324.216
Investimentos			
Ao valor justo ¹	376.448	-.-	376.448
Ao custo amortizado	30.000	-.-	30.000
Carteira de Empréstimos			
Créditos a receber	214.627	1.638.675	1.853.302
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	3.292	-.-	3.292
Juros e taxas de empréstimos	39.466	-.-	39.466
Outros ativos			
Derivativos para cobertura de dívida	6.799	-.-	6.799
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.216	5.216
Diversos	1.095	303	1.398
Total Ativos	995.943	1.644.194	2.640.137
PASSIVOS			
Dívidas	318.494	731.553	1.050.047
Outros passivos	15.997	36	16.033
Fundos especiais	5.241	19.266	24.507
Total Passivos²	339.732	750.855	1.090.587
<u>31 de dezembro de 2022</u>			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	217.589	-.-	217.589
Investimentos			
Ao valor justo ¹	338.850	-.-	338.850
Ao custo amortizado	-.-	-.-	-.-
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	169.976	1.574.420	1.744.396
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.374	-.-	1.374
Juros e taxas de empréstimos	28.182	-.-	28.182
Outros ativos			
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa	5	-.-	5
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.679	5.679
Diversos	510	578	1.088
Total Ativos	756.486	1.580.677	2.337.163

PASSIVOS			
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)			
Dívidas	104.601	870.742	975.343
Outros passivos	10.028	266	10.294
Fundos especiais	4.520	18.115	22.635
Total do passivo	119.149	889.123	1.008.272

¹ Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, todos os investimentos classificados como disponíveis para venda e mensuradas ao VJORA são mantidos com vistas a financiar os desembolsos esperados de empréstimos em 12 meses.
² Inclui a diferença por arredondamento.

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Banco para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e de direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizer, para uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com a Bolívia e o Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES OPERACIONAIS RELEVANTES

(i) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional a ser contabilizado. Essa determinação reconhece o fato de que o Banco, ao alocar recursos entre operações, não gerencia suas operações medindo a contribuição dessas operações individuais para o lucro líquido do Banco. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou produtos, nem dos serviços prestados, de seu processo de preparação nem do método de preparação dos empréstimos e serviços prestados a seus membros. Todas as operações são realizadas na sede do Banco com apoio dos escritórios de ligação. O principal negócio do Banco são as operações de concessão de financiamento a seus cinco países membros, os quais são considerados segmentos para efeitos de áreas geográficas desta divulgação: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(ii) Ativos por área geográfica

A composição da carteira de empréstimos por país é a que segue:

	<u>Carteira bruta</u> <u>USD</u>	<u>Taxas a</u> <u>creditar</u> <u>USD</u>	<u>Perdas por</u> <u>desvalorização</u> <u>USD</u>	<u>Carteira de</u> <u>empréstimos</u> <u>USD</u>	<u>Juros e taxas a</u> <u>receber</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
31 de dezembro de 2023:						
Argentina	460.838	(385)	(9.935)	450.518	10.668	461.186
Bolívia	440.617	(610)	(6.087)	433.920	8.935	442.855
Brasil ¹	258.258	(1.457)	(1.495)	255.306	3.948	259.254
Paraguai ¹	372.269	(1.007)	(786)	370.476	9.397	379.873
Uruguai ¹	345.244	(1.065)	(1.097)	343.082	6.518	349.600
Total	1.877.226	(4.524)	(19.400)	1.853.302	39.466	1.892.768
31 de dezembro de 2022:						
Argentina	490.462	(1.237)	(8.571)	480.654	8.394	489.049
Bolívia	395.009	(916)	(2.192)	391.901	6.280	398.181
Brasil ¹	208.992	(404)	(1.159)	207.429	2.682	210.111
Paraguai ¹	378.042	(314)	(705)	377.024	6.262	383.286
Uruguai	288.339	(67)	(882)	287.390	4.564	291.953
Total²	1.760.844	(2.938)	(13.509)	1.744.398	28.182	1.772.580

¹ Inclui USD 98.333 em quatro empréstimos SGS pendentes (2022 – USD 76.000). Em 31 de dezembro de 2023, as taxas/comissões acumuladas a creditar de empréstimos SGS totalizam USD 4 (2022 – USD 55) e os juros a receber, USD 798 (2022 – USD 443). A provisão para perdas esperadas em empréstimos SGS é de USD 1.560 (2022 – USD 1.094) (Nota 8.4).

² As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.

A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de</u> <u>comunicações,</u> <u>transporte,</u> <u>energia e logística</u> <u>USD</u>	<u>Infraestrutura</u> <u>para o</u> <u>desenvolvimento</u> <u>produtivo</u> <u>USD</u>	<u>Infraestrutura</u> <u>para o</u> <u>desenvolvimento</u> <u>socioeconômico</u> <u>USD</u>	<u>Empréstimos SGS</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
31 de dezembro de 2023:					
Argentina	234.641	61.067	165.129	--	460.837
Bolívia	392.694	35.324	12.600	--	440.618
Brasil ¹	192.343	--	13.915	52.000	258.258
Paraguai ¹	333.518	8.751	--	30.000	372.269
Uruguai ¹	237.943	28.848	62.120	16.333	345.244
Total	1.391.139	133.990	253.764	98.333	1.877.226
31 de dezembro de 2022:					
Argentina	244.789	72.112	173.560	--	490.462
Bolívia	370.725	9.596	14.688	--	395.009
Brasil	170.387	--	8.605	30.000	208.992
Paraguai	331.542	10.501	--	36.000	378.042
Uruguai	227.133	28.848	22.358	10.000	288.339
Total²	1.344.576	121.057	219.211	76.000	1.760.844

¹ Os empréstimos SGS não se enquadram em nenhuma das classificações usadas para os financiamentos concedidos a países membros com garantia soberana (Nota 8.4).

² As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde exclusivamente a empréstimos em execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição por país é a seguinte:

	<u>Em 31 de dezembro</u> <u>2023</u> <u>USD</u>	<u>2022</u> <u>USD</u>
Argentina	374.682	341.506
Bolívia	67.300	140.389
Brasil	412.543	285.740
Paraguai	340.654	193.947
Uruguai	152.342	22.422
Total	1.347.521	984.004

Além disso, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não havia sido assinado ou ainda aguardava ratificação do Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	<u>Em 31 de dezembro</u> <u>2023</u> <u>USD</u>	<u>2022</u> <u>USD</u>
Argentina	43.400	87.000
Bolívia	113.296	--
Brasil	201.000	165.130
Paraguai	--	175.000
Uruguai	--	--
Total	357.696	427.130

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	<u>De 1º de janeiro a 31 de dezembro de</u> <u>2023</u> <u>Saldo médio</u> <u>USD</u>	<u>Retorno</u> <u>médio</u> <u>%</u>	<u>2022</u> <u>Saldo médio</u> <u>USD</u>	<u>Retorno</u> <u>médio</u> <u>%</u>
Carteira de empréstimos	1.819.035	8,06%	1.640.222	4,60%

(iii) Receitas por área geográfica

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	Juros sobre empréstimos USD	Outras receitas operacionais USD	Total USD
De 1º de janeiro a 31 de dezembro 2023:			
Argentina	38.159	2.210	40.369
Bolívia	29.859	839	30.698
Brasil ¹	16.965	1.479	18.444
Paraguai ¹	30.439	2.686	33.125
Uruguai ¹	23.930	130	24.060
Total	139.352	7.344	146.696
De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022:			
Argentina	19.800	2.254	22.054
Bolívia	14.924	759	15.683
Brasil	8.291	1.013	9.304
Paraguai	15.130	1.508	16.638
Uruguai	11.467	366	11.833
Total	69.612	5.900	75.512

¹ Inclui juros acumulados, no total de USD 6.647, e taxa de administração, de USD 81, correspondentes a empréstimos SGS concedidos a bancos públicos de desenvolvimento do Brasil e do Paraguai e à Corporação Viária do Uruguai (2022 – USD 3.254 e USD 79, referentes a juros e outros encargos relacionados a empréstimos SGS).

NOTA 16 – ENTIDADES COLIGADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco concede financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a empresas e entidades públicas e bancos de desenvolvimento de economia mista nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento das políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria-Executiva ou o Presidente-Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e transações mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas Notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar de forma significativa as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

Em 18 de janeiro de 2024, a Governança do Banco recebeu formalmente carta assinada pelo Governador pela Argentina retirando a carta de intenção entregue em 21 de abril de 2023 por seu antecessor, que informava a vontade de seu país de iniciar o processo para deixar de ser membro do Banco. O Governador Titular, em sua carta, e a República Argentina, por meio de comunicado de imprensa em 22 de janeiro de 2024, ratificou a vontade de seu país de continuar como membro pleno do FONPLATA (Nota 2 B).

Em 5 de fevereiro de 2024, a Assembleia de Governadores aprovou o aumento do montante do capital autorizado de USD 3.014.200 para USD 6.500.000, tornando possível considerar aumentos futuros do capital subscrito e integralizado e autorizado, bem como a incorporação de novos membros (Nota 10).

Em 27 de janeiro de 2024, entrou em vigor o novo Convênio Constitutivo do Banco, 30 dias após a assinatura do decreto pelo Presidente do Brasil ratificando a aprovação legislativa. Com a entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo, o capital do Banco passa a ser denominado em ações com valor nominal de USD 10 cada uma, estando prevista a admissão de novos membros, com participação de até 30% do total.

O Banco avaliou a ocorrência de fatos posteriores ao fechamento das demonstrações financeiras, até 23 de fevereiro de 2024, data da entrega das demonstrações pela Presidente-Executiva, Luciana Botafogo Brito, para autorização pela Assembleia de Governadores, com base em recomendação da Diretoria-Executiva, e não foram identificados outros eventos com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respectivamente.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS



FONPLATA

Banco de Desenvolvimento